

**LETÍCIA JÓIA RIBEIRO**

**A EXPERIÊNCIA PARENTAL DE CASAIS  
HOMOAFETIVOS: UMA ABORDAGEM  
PSICANALÍTICA**

**PUC-CAMPINAS**

**2018**

**LETÍCIA JÓIA RIBEIRO**

**A EXPERIÊNCIA PARENTAL DE CASAIS  
HOMOAFETIVOS: UMA ABORDAGEM  
PSICANALÍTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida - PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato

**PUC-CAMPINAS**

**2018**

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira – CRB 8/8423  
Sistema de Bibliotecas e Informação – SBI – PUC-Campinas

t158.24  
R484e

Ribeiro, Leticia J6ia.

A experi6ncia parental de casais homoafetivos: uma abordagem psicanal6tica/ Leticia J6ia Ribeiro.- Campinas: PUC-Campinas, 2018. 146f.

Orientadora: T6nia Mara Marques Granato.

Disserta6o (mestrado) - Pontificia Universidade Cat6lica de Campinas, Centro de Ci6ncias da Vida, Programa de P6s-Gradua6o em Psicologia

Inclui anexos e bibliografia.

1. Fam6lia - Aspectos psicol6gicos. 2. Homoparentalidade. 3. Psican6lise e homossexualidade. 4. Ado6o por homossexuais. I. Granato, T6nia Mara Marques. II. Pontificia Universidade Cat6lica de Campinas, Centro de Ci6ncias da Vida, Programa de P6s-Gradua6o em Psicologia. III. T6tulo.

CDD - 22. ed. t158.24

**LETÍCIA JÓIA RIBEIRO**

**A EXPERIÊNCIA PARENTAL DE CASAIS  
HOMOAFETIVOS: UMA ABORDAGEM  
PSICANALÍTICA**

**BANCA EXAMINADORA**



---

Presidente Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato



---

Profa. Dra. Vera Engler Cury



---

Prof. Dr. Cleber José Aló de Moraes

**PUC-CAMPINAS**

**2018**

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Tania Mara Marques Granato, a quem admiro muito pela orientação dedicada, pela disponibilidade em vésperas de férias e Ano Novo, pelo estímulo e apoio durante toda a construção desse trabalho. Obrigada pela confiança e por acreditar em meu potencial.

A meus pais Maria Claudilene Jóia Ribeiro e Rogério Ribeiro por me concederem a oportunidade de realizar o mestrado e por me incentivarem a alcançar meus sonhos.

À minha querida avó Maria Margarida Sampaio Jóia por sempre vibrar com minhas vitórias e pela paz que me proporciona com sua presença.

Ao Hudis Paio Junior (Ju) meu amor, por sempre estar ao meu lado, por me apoiar, mesmo quando precisei estar ausente, pelas palavras de amor, carinho e incentivo que foram ditas nos momentos em que mais precisei. Com o início do mestrado também iniciamos nossa vida juntos e agradeço pela parceria que compartilhamos para a construção de um lar repleto de amor e paz.

Ao Ju e a meus pais por estarem sempre disponíveis para ler meus textos quando eu solicitava e por me ajudarem a me reerguer em cada dificuldade vivenciada ao longo do mestrado.

À Sofia Creato Bonfatti, minha querida amiga pelo apoio quando mais precisei, pela parceria e escuta sensível. O caminho do mestrado foi mais leve ao seu lado.

Aos colegas do grupo de pesquisa pela parceria, pelas discussões que me ajudaram na construção desse trabalho e pelos momentos prazerosos que passamos juntos: Sofia Creato Bonfatti, Antônio Richard Carias, Mariana Biffi, Marina Autuori, Thaiane Diniz, Matheus Silva e Vivian Mazini Pekny.

Às docentes Profa. Dra. Tania Maria José Aiello-Vaisberg e Profa. Dra. Elisa Corbett, pelas contribuições valiosas por ocasião de meu Exame de Qualificação.

Aos casais participantes dessa pesquisa por compartilharem suas histórias de vida comigo.

Ao Centro de Referência LGBT pela receptividade calorosa.

A todos os docentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Ao CNPq pelo auxílio concedido, sem o qual não seria possível construir esse trabalho.

## RESUMO

Ribeiro, L. J. (2018). *A experiência parental de casais homoafetivos: uma abordagem psicanalítica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Diferentes configurações familiares têm surgido na esteira das transformações sociais nas relações interpessoais e familiares que marcam a contemporaneidade. Entre os novos arranjos familiares, a família homoparental é a que mais desafia o modelo hegemônico heteronormativo, uma vez que a capacidade parental dos pais acaba sendo associada à sua orientação sexual. Diante desse cenário de preconceito e discriminação, o objetivo desse trabalho foi investigar os sentidos afetivo-emocionais da experiência parental de casais homoafetivos. Partimos de uma abordagem qualitativa de pesquisa fazendo uso do método psicanalítico, tendo em vista seu potencial para acessar os sentidos da conduta humana. Como recurso investigativo foi utilizada uma Narrativa Interativa, história fictícia elaborada pela pesquisadora em torno do drama de um casal homoafetivo em suas primeiras experiências com a parentalidade. Seis casais homoafetivos com filhos, sendo três masculinos e três femininos, participaram deste estudo, sendo entrevistados em suas residências. Os encontros foram registrados sob a forma de Narrativas Transferenciais compondo com as Narrativas Interativas o *corpus* da pesquisa. A análise do material narrativo resultou em dois campos de sentidos afetivo-emocionais, além de um subcampo, os quais traduzem dramaticamente a experiência parental dos participantes. O campo **“Que família é essa?”** comunica o estranhamento que a família homoparental desperta no outro em decorrência de uma visão social heteronormativa, enquanto o campo **“A gente dá conta”** aborda as produções dos participantes que fazem referência à capacidade pessoal para o exercício da parentalidade, assim como o desafio apresentado pelo terceiro que está implicado na concepção do(a) filho(a) do casal. O subcampo **“O amor tudo cura”** acrescenta um elemento de esperança ao projeto parental, além de situar a parentalidade em termos de vinculação afetiva e não conforme laços de consanguinidade. Ainda presos à lógica heteronormativa, os casais homoafetivos exploram possibilidades de exercer a parentalidade de modo criativo e espontâneo sem que a busca de aceitação social se converta em submissão do self.

**Palavras chave:** Homoparentalidade; Psicanálise; Narrativa Interativa.

## ABSTRACT

Ribeiro, L. J. (2018). *The parental experience of homoaffective couples: a psychoanalytic approach*. Master Dissertation, Postgraduate Program in Psychology, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Different family configurations have arisen in the wake of social transformations in the interpersonal and family relations that mark contemporaneity. Among new family arrangements, the homoparental family is what challenges the most the hegemonic heteronormative model, since their parental capacity ends up being associated with their sexual orientation. Given this scenario of prejudice and discrimination, this work's objective was to investigate the affective-emotional senses of parental experience of homoaffective couples. The investigative resource used was the qualitative approach of Interactive Narratives, a fictional story elaborated by the researcher around the drama of a homoaffective couple in their first experiences with parenting. Six homoaffective couples with children, three males and three females, participated in this study, with the interviews taking place in their homes. The meetings were recorded via Transfential Narratives, composing the corpus of research along with the Interactive Narratives. The analysis of the narrative material resulted in two fields of affective-emotional senses, as well as a subfield, which dramatically translate the participants' parental experience. The field "**What is this family?**" communicates the strangeness that the homoparental family awakens in others due to heteronormative social visions, while the "**We can handle it**" field deals with the productions of the participants that refer to their capacity for exercise of parenting, as well as the challenge presented by the third party who is involved in the conception of the couple's child. The subfield "**Love Cures All**" adds elements of hope to the parental project, in addition to situating the parenting in terms of affective attachment and not according to consanguinity. Still bound to the heteronormative logic, homoaffective couples explore possibilities of exercising parenthood in a creative and spontaneous way without the search for social acceptance becoming the submission of the self.

**Keywords:** Homoparenthood; Psychoanalysis; Interactive Narrative

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
<b>1. HOMOPARENTALIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	9
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	32
2.1 Pesquisa qualitativa .....	32
2.2 Considerações sobre a pesquisa psicanalítica.....	33
2.3 Narrativa como recurso investigativo .....	36
2.4 Delineando o campo de pesquisa .....	40
2.5 Participantes.....	41
2.6 Registro e Análise do material narrativo.....	44
2.7 Cuidados éticos.....	45
<b>3. MATERIAL NARRATIVO</b> .....	46
3.1 Casal Vermelho .....	48
3.2 Casal Laranja .....	56
3.3 Casal Amarelo.....	64
3.4 Casal Verde.....	71
3.5 Casal Azul .....	78
3.6 Casal Roxo.....	87
<b>4. DISCUSSÃO</b> .....	96
4.1 Campo 1: Que família é essa? .....	96
4.2 Campo 2: A gente dá conta.....	107
4.2.1 Subcampo: O amor tudo cura .....	116
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	122
<b>ANEXO I. CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	138
<b>ANEXO II. PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS PUC CAMPINAS</b> .....	141
<b>ANEXO III. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	145

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma trajetória pessoal que se inicia na Graduação em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, assim como de meu amadurecimento pessoal. Durante o segundo ano da graduação pude me aproximar da psicanálise e logo percebi que aquela abordagem havia me escolhido, conforme costuma-se dizer. Lembro que embora visse sentido nas teorizações aprendidas, questionava-me a respeito dos papéis fixos reservados ao homem e à mulher nas teorias psicanalíticas. Aqui nasciam minhas ideias feministas.

Durante minha iniciação científica com o Professor Doutor Leopoldo Fulgencio pude me debruçar a respeito desse assunto ao estudar o Complexo de Édipo feminino e me recordo que à época me indignava a respeito da ideia de a menina sentir-se lesada, frente à diferença anatômica entre os sexos. Nesse contexto, a inveja do pênis conduziria a menina, portanto, ao Complexo de Édipo em sua forma positiva.

Recordo-me que tais teorizações eram por mim compreendidas como um impasse ao empoderamento feminino. Contudo, ainda durante a iniciação científica, ao ser 'adotada' pela Professora Doutora Tania Mara Marques Granato em seu grupo de pesquisa, pude caminhar neste trabalho a partir de um aporte winnicottiano e compreender que tais formulações precisavam ser contrapostas ao contexto sociocultural da época em que foram produzidas. Assim, ao me aproximar das questões discutidas pelo grupo de pesquisa, fui delineando meu objeto de estudo no campo da homoparentalidade.

Desse modo, reconhecendo a família homoparental como uma nova configuração familiar que emerge das transformações sociais de nossa época, questionei-me a respeito da experiência parental de casais homoafetivos, partindo da premissa de que essas famílias desafiam o modelo hegemônico e sugerem reformulações na esfera das relações conjugais e familiares. Com o intuito de compreender uma dentre as muitas formas pelas quais a parentalidade se expressa, minha orientadora e eu desenvolvemos este projeto de pesquisa começando pela ideia de dar voz a casais homoafetivos que se tornaram pais.

## 1. HOMOPARENTALIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA<sup>1</sup>

A família passou por mudanças significativas ao longo dos anos, na esteira das transformações sociais que modularam as relações interpessoais. Pautada na sociedade patriarcal, a família tradicional, predominante até o final do século XVIII, valorizava a transmissão do patrimônio em detrimento do vínculo afetivo e sexual, mas perde a sua força em meados do século XX com a ascensão da família moderna. Nesta, o casamento arranjado é substituído pelo casamento por amor, passando-se a valorizar a reciprocidade dos sentimentos e o vínculo sexual (Roudinesco, 2003; Santos, Araújo, Negreiros & Cerqueira-Santos, 2018).

Apesar dessas conquistas, a família moderna manteve a divisão de tarefas entre os cônjuges, tornando a mulher responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, enquanto do homem se esperava a provisão financeira. Na década de 1960, a família pós-moderna opera nova mudança na concepção de família, e conseqüentemente nas relações familiares, em decorrência de avanços sociais, tais como a emergência do feminismo, a entrada da mulher no mercado de trabalho, o controle da natalidade e a possibilidade do divórcio. A transmissão da linhagem deixa de ser um valor e o afeto passa a protagonizar as relações familiares que são mantidas em nome do amor (Roudinesco, 2003).

Entre as configurações familiares emergentes, a homoparentalidade é a que mais gera preconceito, já que inclui a questão da diferenciação sexual no cerne das críticas às alternativas ao modelo hegemônico nuclear (Martinez, 2013; Santos, Araújo, Negreiros & Cerqueira-Santos, 2018). O próprio termo homoparentalidade foi criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) na França, para caracterizar a parentalidade exercida por ao menos um indivíduo homossexual (Roudinesco, 2003; Tarnovski, 2013).

O uso do termo homoparentalidade tem sido criticado por focalizar a orientação sexual dos pais (Uziel, 2007) e não o cuidado infantil. Contudo, como vem sendo utilizado como descritor na maior parte dos estudos brasileiros e

---

<sup>1</sup> O presente capítulo é uma versão ampliada do artigo de revisão sistemática de literatura submetido em agosto de 2018 ao periódico científico *Psicologia: teoria e pesquisa*.

franceses (Gross & Mehl, 2011; Lira, Morais, & Boris, 2015, 2016a, 2016b; Lourenço & Amazonas, 2015; Machin, 2016; Martinez, 2013; Medeiros, 2006; Pontes, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015, 2017; Tarnovski, 2011, 2012, 2013), optamos pelo seu uso nesta revisão para a busca de artigos científicos.

A configuração homoparental tem sido objeto de preconceito de uma sociedade que defende a impossibilidade de casais do mesmo sexo desempenharem as funções parentais de forma adequada criando filhos saudáveis (Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira & Leal, 2013; Martinez, 2013). Apesar dos avanços conquistados na esfera das relações familiares, o modelo heteronormativo ainda vigora, tendo como consequência imediata a exclusão da família homoparental. Nesse lugar desprivilegiado, essas famílias buscam garantias legais que assegurem seus direitos e os legitimem enquanto família, de sorte que o desejo de ter filhos não sofra entraves legais e julgamentos enviesados pela lógica da homofobia (Passos, 2005).

De acordo com Passos (2005), a ausência de um consenso teórico a respeito da capacidade de pais homossexuais desempenharem a parentalidade como os heterossexuais também contribui para que a homoparentalidade seja mantida sob a ótica do preconceito. Nesse sentido, é necessário que pesquisas empíricas sobre a homoparentalidade sejam desenvolvidas, de modo que a comunidade científica venha contribuir para o debate social e para o desenvolvimento de práticas profissionais mais afinadas com as necessidades de uma sociedade em transformação. Além disso, há que se considerar a necessária prevenção do sofrimento de pais e filhos que decorre do preconceito contra a homoparentalidade.

## **Metodologia**

Realizamos uma revisão de literatura sobre o tema da homoparentalidade reunindo artigos científicos que focalizassem a experiência vivida, de modo a sintetizar, analisar e interpretar seus principais resultados de forma sistemática e crítica, a fim de contribuir com a produção de conhecimento sobre a

homoparentalidade e identificar lacunas que demandem investigação ulterior. Esse método agrega rigor à revisão, ao propor passos precisos na busca de estudos sobre o tema focalizado, sendo seu objetivo promover a ampliação e atualização do conhecimento em uma determinada área de pesquisa (Sampaio & Mancini, 2007). Esta revisão se deu em dois passos: a busca por artigos nas bases de dados e a busca por artigos colhidos nas referências dos artigos primários. Na primeira etapa, foram realizadas buscas nas bases de dados Scielo Brasil/Regional, Lilacs, PsycINFO e Academic Search Premier, fazendo uso dos descritores *homoparentalidade* e *homoparenthood*.

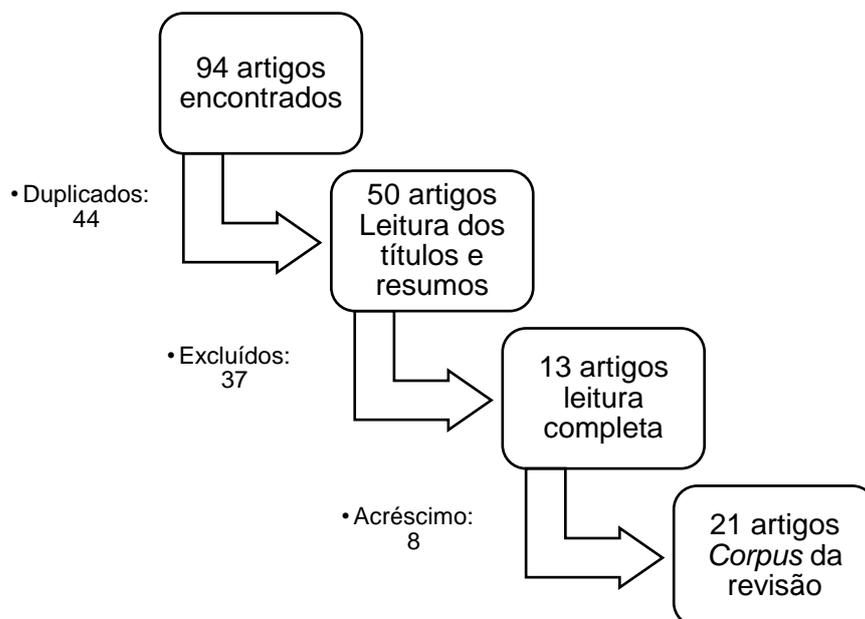
Como critérios de inclusão, elegemos artigos empíricos, avaliados rigorosamente por pares, publicados nos idiomas português, inglês, espanhol e francês, cujos participantes são membros de famílias homoparentais, dado o nosso foco sobre a experiência vivida. Como se trata de área recente de pesquisa, não houve necessidade de delimitar um período para as publicações, participando desta revisão todos os artigos que atenderam aos critérios de seleção. Também não houve restrição quanto à metodologia adotada pelos pesquisadores nem quanto à área de conhecimento. Em contrapartida, foram excluídos livros, teses e dissertações, dado o critério de avaliação cega por pares, bem como artigos teóricos e de revisão.

O levantamento bibliográfico ocorreu em novembro de 2017 quando, atendendo aos critérios elencados, obtivemos um total de 94 artigos. Após a exclusão dos duplicados, resultaram 50 estudos. Realizamos a leitura dos 50 títulos e resumos e selecionamos aqueles que atendiam ao objetivo de compreender a experiência da família homoparental. Entretanto, quando o artigo suscitava dúvida, era lido integralmente para determinar sua inclusão ou exclusão. Como resultado parcial, obtivemos 13 artigos que foram lidos na íntegra e participam do *corpus* desta revisão.

Na segunda etapa, analisamos as referências bibliográficas dos 13 trabalhos selecionados, em busca de estudos empíricos que tenham escapado à busca inicial nas bases de dados, embora atendessem aos objetivos desta revisão. Esta segunda busca resultou em 8 novos artigos que, acrescentados

aos 13 artigos primários, totalizando 21 artigos selecionados, conforme a Figura 1 ilustra abaixo.

Figura 1: Etapas da Revisão de Literatura



Para sintetizar os resultados desta revisão, organizamos as publicações em um quadro (Anexo I), conforme autoria do trabalho, participantes, objetivo do estudo e principais resultados, obtendo uma visão panorâmica que permitirá ao leitor acompanhar a análise e a discussão que propomos sobre os caminhos da pesquisa na área da homoparentalidade ao longo dos anos. Esclarecemos que para a caracterização dos participantes dos estudos, respeitamos os termos utilizados por seus autores para a composição do quadro.

## Resultados

A análise dos artigos revisados nos permite observar que a primeira publicação sobre o tema da homoparentalidade data de 2001. Trata-se de um estudo na área da Psicologia, desenvolvido nos Estados Unidos, cujo foco é explorar a relação entre a saúde mental de mães homossexuais e o ajustamento

e a saúde mental de seus filhos. Com relação às publicações nacionais, o primeiro artigo data de 2006, sendo uma pesquisa etnográfica que visa refletir sobre a experiência de uma família recomposta homoafetiva feminina, para a qual uma das companheiras levou os filhos de seu primeiro casamento.

Entre os artigos selecionados, há estudos do mesmo autor e com os mesmos participantes, diferindo, contudo, em relação aos objetivos do estudo e à discussão proposta. Nesta categoria temos os trabalhos de Lira, Morais e Boris (2015, 2016a, 2016b), os de Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2015, 2017) e os de Tarnovski (2011, 2012, 2013).

Há um predomínio de estudos com delineamento qualitativo, com exceção de três quantitativos (Gartrell, Bos, Peyser, Deck, & Rodas, 2012; Golombok et al., 2003; Patterson, 2001). A maior parte dos artigos qualitativos se propõe a investigar a homoparentalidade da perspectiva de pais e mães homossexuais (Ben-Ari & Livni, 2006; Hequembourg, 2004; Lira, Morais, & Boris, 2015, 2016a, 2016b; Martinez, 2013; Machin, 2016; Medeiros, 2006; Pontes, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015, 2017; Ryan-Flood, 2005; Tarnovski, 2011, 2012, 2013).

Já o estudo de Lourenço e Amazonas (2015) investiga a vivência de crianças e adolescentes em contexto homoparental, enquanto Rodriguez, Merli e Gomes (2015) investigam a representação parental de casais homoafetivos masculinos que ainda não eram pais. Já os estudos quantitativos investigam a homoparentalidade da perspectiva de pais e filhos (Gartrell et al., 2012; Golombok et al., 2003; Patterson, 2001).

Quanto aos objetivos dos artigos que compõem o *corpus* desta revisão, esclarecemos que para sua caracterização respeitamos o que foi declarado pelos próprios autores dos estudos, organizando-os cronologicamente. Assim, iniciando pelos estudos qualitativos, os quais são maioria nesta revisão, Locan (2004) busca refletir sobre a identidade de gênero de mães homossexuais e de seus filhos. No mesmo ano, Hequembourg (2004) investiga as diferentes trajetórias para a maternidade em famílias de lésbicas. Ryan-Flood (2005) explora discursos sobre paternidade com mães lésbicas suecas e irlandesas. Já Medeiros (2006) reflete sobre uma família recomposta homoparental feminina,

enquanto Ben-Ari e Livni (2006) busca compreender a experiência subjetiva de mães lésbicas israelenses.

Já incluindo casais homoafetivos masculinos, Tarnovski (2011) analisa o projeto parental de gays e lésbicas por meio da coparentalidade. Gross e Mehl (2011) investigam a vivência de pais gays que recorrem à fertilização *in vitro* com a colaboração de uma mulher para tornarem-se pais. Tarnovski (2012) analisa os contextos sociais de surgimento do desejo de ter filhos e questões relacionadas à elaboração do projeto parental e em seu terceiro estudo, Tarnovski (2013) analisa as concepções de paternidade e maternidade relacionadas à coparentalidade em famílias homoafetivas. No mesmo ano, Martinez (2013) analisa as problemáticas emocionais que podem levar à dificuldade no desenvolvimento psicosssexual de crianças de famílias homoafetivas e heteroafetivas.

Na sequência dos estudos qualitativos, Lira, Morais e Boris (2015) buscam compreender os papéis parentais de mulheres lésbicas que têm filhos. Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2015) focalizam os desafios enfrentados por casais de mulheres homossexuais para a concretização da maternidade biológica por meio das NTR. Já Lourenço e Amazonas (2015) investigam como crianças e adolescentes que vivem em famílias homoparentais atribuem sentido às suas famílias. Rodriguez, Merli e Gomes (2015) analisam as representações parentais de casais homossexuais masculinos, por meio das imagos parentais e legados geracionais. Em um segundo estudo, Lira, Morais e Boris (2016a) investigam as concepções e modos de viver em famílias de mulheres lésbicas que têm filhos. Machin (2016) visa compreender a vivência de casais homossexuais masculinos e femininos que recorreram às NTR e à adoção como estratégias para compor uma família. Lira, Morais e Boris (2016b) investigam a ambiguidade quanto à (in)visibilidade das vivências homoparentais femininas no cenário brasileiro e, por fim, Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2017) estudam a dinâmica de famílias homoparentais nas quais somente uma das mães possui vínculo biológico com os filhos.

Quanto aos estudos quantitativos, Patterson (2001) analisa a saúde mental de mães lésbicas e o ajustamento de crianças criadas nesse contexto de

homoparentalidade. Golombok et al., (2003) exploram a qualidade da relação entre mães lésbicas e seus filhos, assim como o desenvolvimento socioemocional e de gênero de seus filhos. Já Gartrell et al. (2012) analisam a experiência acadêmica, planos para o futuro e interação familiar de adolescentes criados por mães lésbicas.

A maior parte dos estudos revisados teve mães homossexuais como participantes, seja nas pesquisas de delineamento qualitativo e quantitativo. Embora casais homoafetivos sejam uma preferência dentre os autores, estando presente em 14 estudos, em alguns estudos observamos uma mescla de casais homoafetivos e indivíduos homossexuais (Gross & Mehl, 2011; Hequembourg, 2004; Lira, Morais & Boris, 2015, 2016a, 2016b; Pontes, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015, 2017; Ryan-Flood, 2005). O estudo de Lourenço e Amazonas (2015) é o único que tem somente filhos como participantes, enquanto os estudos de Patterson (2001), Golombok et al. (2003) e Gartrell et al., (2012) incluem os filhos e suas mães homossexuais.

Com relação à área de conhecimento, 11 estudos provêm da Psicologia, quatro da Sociologia, quatro da Antropologia, e dois da Psiquiatria. Na França, predominam os estudos antropológicos, sendo somente um da Psiquiatria (Locan, 2004). Nos Estados Unidos, os três artigos provêm de áreas distintas, sendo um da Psicologia (Patterson, 2001), um da Sociologia (Ryan-Flood, 2005) e o último da Psiquiatria (Gartrell et al., 2012). Na Inglaterra, temos um estudo psicológico (Golombok et al., 2003) e um sociológico (Ryan-Flood, 2005) enquanto, em Israel, a publicação se insere na área da Psicologia (Ben-Ari & Livni, 2006). No Brasil também predominam estudos na área da Psicologia, havendo somente um artigo da Sociologia (Medeiros, 2006).

Quanto aos procedimentos utilizados para coleta de dados, nos estudos qualitativos predomina o uso da entrevista semi-dirigida (Ben-Ari & Livni, 2006; Gross & Mehl, 2011; Lourenço & Amazonas, 2015; Machin, 2016; Martinez, 2013; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015, 2017; Rodriguez, Merli & Gomes, 2015; Ryan-Flood, 2005), enquanto alguns estudos utilizam recursos narrativos a fim de facilitar a expressão emocional dos participantes (Hequembourg, 2004; Lourenço & Amazonas, 2015). Entrevistas abertas foram

utilizadas em quatro estudos (Hequembourg, 2004; Lira, Morais & Boris, 2015, 2016a, 2016b), e pesquisa de campo em outros quatro (Medeiros, 2006; Tarnovski, 2011, 2012, 2013).

Quanto aos estudos quantitativos, Patterson (2001) faz uso de diferentes estratégias: com as mães homossexuais realizou entrevistas dirigidas com o recurso de escalas para avaliar sua saúde mental e autoestima, já com os filhos utilizou escalas para compreender seu ajustamento. Golombok et al. (2003) realizam entrevistas dirigidas e gravadas com mães homossexuais e seus filhos. O mesmo procedimento é realizado com o grupo controle de famílias nucleares heterossexuais e famílias monoparentais lideradas por mães heterossexuais. Todas as entrevistas são mediadas por escalas ou inventários. Finalmente, Gartrell et al. (2012) aplicam um questionário online com os adolescentes filhos de famílias homoparentais femininas, enquanto com as mães, é realizada uma entrevista por telefone e aplicação de um questionário online.

Sobre o método de análise de dados dos estudos qualitativos, Gross e Mehl (2011) e Lira, Morais e Boris (2015, 2016a, 2016b) realizam análise de conteúdo, enquanto Locan (2004), Martinez (2013) e Rodriguez, Merli e Gomes (2015) analisam a partir da teoria psicanalítica, sendo que este último adota a perspectiva da psicanálise vincular. Tarnovski (2011, 2012, 2013) e Machin (2016) criam categorias para análise, enquanto Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2015, 2017) optam pela análise de discurso. Ben-Ari e Livni (2006) realizam análise fenomenológica das entrevistas e Hequembourg (2004), Ryan-Flood (2005) e Medeiros (2006) não explicitam seu método de análise.

Quanto aos estudos quantitativos, predomina a análise estatística dos dados colhidos. Gartrell et al. (2012) decidem por uma dupla abordagem, procedendo à análise estatística para as perguntas fechadas, enquanto as perguntas abertas são analisadas qualitativamente a partir de categorias.

Para concluir, a perspectiva teórica adotada pelos estudos qualitativos provém de quatro campos disciplinares, Locan (2004), Martinez (2013), Rodriguez, Merli e Gomes (2015), Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2015, 2017) partem da perspectiva psicanalítica. Ben-Ari e Livni (2006) e Lira, Morais e Boris (2015, 2016a, 2016b) adotam a fenomenologia como referencial de

análise. Medeiros (2006) e Tarnovski (2011, 2012, 2013) escolhem a abordagem etnográfica, enquanto Hequembourg (2004), Ryan-Flood (2005), Gross e Mehl (2011) e Machin (2016) partem de uma compreensão sociológica da homoparentalidade. Com relação aos estudos quantitativos, seus autores não declaram qualquer referencial teórico.

## **Discussão**

Ao revisar os estudos, constatamos uma pluralidade de termos utilizados pelos autores para referir seus participantes homossexuais. Patterson (2001), Golombok et al. (2003), Locan (2004), Hequembourg (2004), Ryan-Flood (2005), Medeiros (2006), Ben-Ari e Livni (2006) e Gartrell et al. (2012) nomeiam suas participantes como 'mães lésbicas'. Lira, Morais e Boris (2015, 2016a, 2016b) utilizam a expressão 'mulheres lésbicas com filhos', enquanto Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2015, 2017) se referem a 'mulheres em coabitação com outras mulheres que planejaram a maternidade conjuntamente'. Martinez (2013) nomeia um de seus participantes como 'casal homossexual feminino', Machin (2016) refere-se a 'casais de gays' e 'casais de lésbicas', enquanto Lourenço e Amazonas (2015) os caracteriza como 'casais do mesmo sexo'. Por fim, Tarnovski (2011, 2012, 2013) adota o termo 'pais homossexuais', enquanto Gross e Mehl (2011) usam 'pais gays'.

Essa falta de consenso entre os pesquisadores revela um campo de pesquisa em pleno desenvolvimento que ainda busca estabelecer referenciais para a comunicação científica, a fim de acompanhar as transformações sociais que afetam a parentalidade contemporânea. Há que se considerar a possibilidade de que diferenças culturais favoreçam o uso de uma determinada terminologia, porém esse debate nos distanciaria dos objetivos deste estudo de revisão.

Para fins de alinhamento dos termos a serem utilizados nesta discussão, e assim facilitar o percurso do leitor, adotaremos como nomenclatura 'mãe homossexual' e 'pai homossexual' para referir os participantes que são

entrevistados sem seus companheiros; 'casal homoafetivo feminino ou masculino com filhos' para os participantes que vivem em união e têm filhos; e 'casal homoafetivo feminino ou masculino sem filhos' para os participantes que vivem em união, mas não têm filhos.

O exercício da parentalidade tem sido historicamente reservado para a família tradicional, cujo modelo heteronormativo tornava a homoparentalidade impensável (Roudinesco, 2003). Conforme aponta Tarnovski (2012) em seu estudo realizado com pais homossexuais franceses, indivíduos homossexuais desconheciam a possibilidade da homoparentalidade no final do século XX, já que compartilhavam a crença de que a orientação homossexual implicaria na impossibilidade de serem pais. Nesse sentido, a APGL tem sido apontada como lugar de suporte e acolhimento para os indivíduos homossexuais, além de promover reflexões e intercâmbio de experiências, o que possibilitou o empoderamento dos casais homoafetivos, legitimando seus desejos e direitos, sobretudo no campo da homoparentalidade.

Em seu estudo com casais homoafetivos brasileiros, Machin (2016) aponta a influência das mídias e redes sociais como fator que influenciou e encorajou o debate sobre a homoparentalidade pela primeira vez, pressionando o reconhecimento social e jurídico dessa nova demanda e abrindo o caminho para a concretização do projeto homoparental. Ben-Ari e Livni (2006) e Tarnovski (2012) argumentam que a existência de um relacionamento estável e de boa convivência com o(a) companheiro(a) é fator essencial para que casais homoafetivos deem início ao projeto parental. A condição socioeconômica também foi identificada como ponto de partida para o projeto homoparental, tal como a compra ou reforma de um imóvel para acomodar a criança, além de uma reserva financeira para sua futura educação (Machin, 2016).

O planejamento conjunto da parentalidade, quando ambos os cônjuges manifestam o desejo de ter filhos, foi observado nos estudos de Golombok et al. (2003), Gross e Mehl (2011), Lira, Morais e Boris (2015, 2016a, 2016b), Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2015, 2017), e de Ryan-Flood (2005). Contudo, também foram relatados projetos parentais iniciados por um dos cônjuges e

posteriormente compartilhado por ambos (Golombok et al., 2003; Hequembourg, 2004; Machin, 2016; Tarnovski, 2012).

As configurações familiares no contexto da homoparentalidade também são diversas e dependem de concepções pessoais a respeito da parentalidade, suas possibilidades e limites. Entre elas estão a recomposição familiar, a adoção, a utilização de novas tecnologias reprodutivas (NTR), tais como fertilização in vitro, inseminação artificial e implantação de óvulo fertilizado no útero de uma mulher, além da coparentalidade (Gross & Mehl, 2011; Lira, Moraes & Boris, 2016b; Machin, 2016; Tarnovski, 2011).

A recomposição familiar ocorre após uma separação, quando ao menos um dos cônjuges leva para o novo relacionamento os filhos de sua primeira união. Medeiros (2006) observa dificuldades no relacionamento de uma das mulheres de um casal homoafetivo feminino com o ex-marido, pai biológico de seus filhos, que a agrediu e ameaçou com a perda da guarda das filhas, em decorrência de sua reorientação sexual. Locan (2004) aponta para um cenário semelhante, no qual a convivência com o ex-marido se tornou insustentável a partir do momento em que a participante assumiu sua homossexualidade, ocasião em que seu ex-marido tentou o suicídio. Nesse contexto conflituoso, o relacionamento homoafetivo das participantes é mantido na clandestinidade, sendo acompanhado de intenso sofrimento do casal e do filho proveniente do relacionamento heterossexual anterior da participante.

Para a concretização do projeto homoparental, a adoção tem sido a estratégia mais adotada no Brasil, sobretudo quando se trata de casais homoafetivos masculinos, apesar desta opção ser marcada por entraves legais devido ao preconceito contra a orientação sexual dos candidatos a pais adotivos (Machin, 2016). A preferência por crianças mais velhas é mais comum em casais homoafetivos masculinos, devido à crença de que um bebê demandaria uma terceira pessoa, em especial de uma figura feminina para os seus cuidados, crença que se fundamenta em outra – a que prega a naturalização da maternidade, na figura do instinto materno (Lira, Moraes & Boris, 2016b; Machin, 2016; Tarnovski, 2011, 2012, 2013).

Para as mulheres homossexuais, a adoção é, na maioria das vezes, uma opção diante da impossibilidade de recorrerem às novas tecnologias reprodutivas, seja por questões relacionadas à idade, por questões de saúde ou impossibilidade financeira (Hequembourg, 2004; Machin, 2016).

A adoção costuma ser vista como uma boa ação social, já que privilegia o acolhimento de uma criança que, por inúmeros motivos, foi retirada ou abandonada por sua família de origem. A adoção evita que o casal recorra a tecnologias reprodutivas, compreendidas por alguns como uma forma consumista de gerar, que desumaniza o vínculo parental (Lira, Moraes & Boris, 2016b; Machin, 2016). Em contrapartida, a adoção costuma mobilizar o receio em relação à herança genética da qual a criança é portadora, bem como a traumas desencadeados pelo abandono dos pais biológicos (Gross & Mehl, 2011; Machin, 2016). Vale ressaltar que esses questionamentos marcam qualquer adoção (Pekny, 2018), não somente a que se dá no contexto da homoparentalidade.

O uso das novas tecnologias reprodutivas (NTR) para concretização da maternidade supõe a valorização do vínculo biológico, concebido como o real e verdadeiro pelos participantes da maior parte dos estudos (Ben-Ari & Livni, 2006; Hequembourg, 2004; Lira, Moraes & Boris, 2015; Machin, 2016; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015, 2017; Ryan-Flood, 2005; Tarnovski, 2011, 2012, 2013). Assim, a partir das NTR inauguram-se novas possibilidades de acesso à parentalidade, segundo as quais a relação sexual do casal deixa de ser condição para a concepção de uma criança (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017).

A inseminação artificial e a fertilização *in vitro* são os recursos mais utilizados por mulheres homossexuais (Golombok et al., 2003; Hequembourg, 2004; Lira, Morais & Boris, 2015, 2016; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015, 2017; Ryan-Flood, 2005). Apesar desse recurso implicar frustração e desgaste emocional devido às tentativas malsucedidas de fertilização, as mulheres homossexuais insistem no uso desse expediente, já que o desejo de ter filhos parece superar o sofrimento.

Um importante fator na tomada de decisão das mães homossexuais que recorrem às NTR diz respeito à escolha de um doador, sendo ele anônimo ou

conhecido. Hequembourg (2004) constatou a escolha unânime pelo doador anônimo, com a justificativa de evitar futuros problemas relacionados à custódia da criança. Outros estudos (Ben-Ari & Livni, 2006; Hequembourg, 2004; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães 2015; Ryan-Flood, 2005) acrescentam que a escolha pelo doador anônimo, além de ser uma forma de se precaver contra possíveis embates jurídicos com o pai biológico, inibe a participação de um terceiro na relação parental. Na Suécia, entretanto, a escolha pelo doador conhecido predomina e visa proporcionar ao filho a possibilidade de conhecer sua origem e, em alguns casos, manter contato com o pai biológico (Ryan-Flood, 2005). Ryan-Flood acrescenta que, embora os casais homoafetivos femininos da Irlanda que optam por doador conhecido o tenham feito pelos mesmos motivos, preferem evitar envolvimento com o doador após a concepção. Este achado é corroborado por Ben-Ari e Livni (2006), cujas participantes que são mães homossexuais israelenses justificam o afastamento do pai biológico pelo desejo de evitar a interferência de um terceiro na relação parental.

Além das questões relacionadas ao doador, o casal homoafetivo feminino se defronta com a decisão de quem gestará a criança, sendo uma das possibilidades a transferência de óvulos de uma companheira para a outra. Também é comum a opção pela transferência conjunta de óvulos de ambas para a futura fecundação, de modo que jamais saibam quem será a mãe biológica da criança, evitando diferenças hierárquicas entre a mãe biológica e a mãe não biológica (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

Ainda com relação às NTR, a busca por doadores anônimos com características semelhantes ao casal parental é outra estratégia, cuja finalidade é reproduzir, mesmo que inconscientemente, o modelo tradicional de família, de acordo com o qual o vínculo biológico está no cerne da formação parental (Hequembourg, 2004).

A implantação de um óvulo fertilizado no útero de uma mulher, procedimento popularmente conhecido como 'barriga de aluguel', é usualmente utilizada por casais homoafetivos a fim de concretizar a paternidade. Gross e Mehl (2011) afirmam que, na França, a dificuldade para a adoção de uma criança por casais homoafetivos masculinos os leva a recorrer à implantação de óvulo

fertilizado no útero de uma mulher, cujos benefícios são citados pelos participantes do estudo, tais como a aproximação com a criança desde seu nascimento, além de sua orientação sexual não ser tomada como empecilho, como o é no processo de adoção.

Entre a fertilização *in vitro* e a inseminação artificial, esta é vivenciada pelos pais homossexuais de modo mais conflituoso (Gross & Mehl, 2011), já que precisam de uma doadora de óvulos e de uma mulher que vá gestar seus filhos. Esta tomada de decisão é sempre permeada de questionamentos. Com receio de que a ligação estabelecida entre a gestante e a criança impossibilite a separação de ambas, a maioria dos participantes do estudo de Gross e Mehl (2011) optou pela *gestation pour autrui*, processo do qual participam duas mulheres: uma delas contribui com o óvulo e a outra será a gestante. Os autores ponderam que a cisão da figura materna em duas mulheres parece ser um modo de amenizar a ameaça diante do valorizado vínculo materno. Esses pais imaginam que terão menos problemas para que a gestante se desapegue da criança, pela ausência de vínculo biológico e também pela crença de que nenhuma delas seria mãe por completo.

*Maternité pour autrui* é a segunda forma de concretizar a paternidade por meio das NTR, opção esta em que a mulher que doa os óvulos é a mesma que gestará a criança. Embora os pais homossexuais considerem a possibilidade de uma maior vinculação entre a mãe e o bebê, o objetivo desta escolha é reduzir a complexidade do nascimento da criança.

Apesar desta estratégia se dar pela via biológica, não foi constatado que os participantes de Gross e Mehl (2011) valorizassem a biologia como fundamento para o vínculo afetivo. Os participantes chegam a considerar a hipótese da adoção, mas devido às dificuldades encontradas e a resistência para esconder a própria homossexualidade, optam pelas NTR, ainda que, na França, sejam consideradas práticas ilegais e demandem maior investimento e esforço, por terem de recorrer a clínicas no estrangeiro (Tarnovski, 2011).

Por fim, a coparentalidade é outro arranjo familiar apontado pelos estudos revisados. Trata-se de um acordo familiar estabelecido entre pessoas que se unem para ter filhos sem que se configure uma relação conjugal, de modo que a

criança alterne entre o lar materno e o paterno, contando com ambos os pais como figuras ativas em sua vida desde o seu nascimento. Casais homoafetivos optam por essa configuração para que seus filhos tenham as figuras materna e paterna em suas vidas, sobretudo para os pais homossexuais (Tarnovski, 2011, 2012, 2013).

No estudo de Tarnovski (2013), a maior parte dos pais que recorreram à coparentalidade encontraram a pessoa com quem compartilhariam a parentalidade nas reuniões da APGL. Embora esta seja uma estratégia eficaz, sobretudo para os homens, Tarnovski (2013) sugere a possibilidade de conflitos e disputas relacionadas ao papel que cada um vai desempenhar na vida dos filhos. Já Gross e Mehl (2011) relatam que a coparentalidade chegou a ser considerada por seus participantes, mas foi descartada pela crença de que o trânsito da criança entre dois lares equivaleria à vivência de filhos de pais separados e que dificultaria a educação dos filhos.

Ainda no cenário conflituoso da coparentalidade, Tarnovski (2013) evidencia dificuldades de pais homossexuais para exercer um papel mais ativo na vida de seus filhos, sugerindo que as mães acabam levando vantagem na coparentalidade, na medida em que aproveitam a necessidade do aleitamento materno para ficarem mais próximas da criança, rompendo acordos pré-estabelecidos. Segundo Tarnovski, embora as mulheres anunciem sua intenção de dividir a parentalidade de forma equilibrada estão mais interessadas em encontrar um doador conhecido que um pai dedicado.

Diante desse cenário em que a paternidade é submetida à maternidade, Tarnovski (2013) argumenta que enquanto a paternidade é uma relação construída a partir da experiência, a maternidade é algo dado, sendo, portanto, vivida como uma situação ameaçadora para os homens, que se encontram menos amparados pela lei.

Famílias recompostas femininas também enfrentam dificuldades em seu cotidiano em decorrência da ausência de modelos pré-estabelecidos, sobretudo para a companheira da mãe, que se encontra em um lugar menos privilegiado e depende desta para integrar-se na relação parental. Apesar dessa integração ser percebida como essencial para uma dinâmica familiar saudável, as mães

biológicas não demonstram grande interesse na participação da companheira na educação de seus filhos, o que gera conflitos quanto à disciplina e à educação e podem levar à separação dos casais homoafetivos femininos (Hequembourg, 2004).

No contexto da homoparentalidade feminina tornada possível pelas NTR, o cenário é similar. Contudo, devido ao planejamento conjunto da maternidade, os conflitos relacionados ao papel que cabe a cada cônjuge podem ser menos evidentes (Golombok et al., 2003; Gross & Mehl, 2011; Lira, Morais & Boris, 2015, 2016a, 2016b; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015, 2017; Ryan-Flood, 2005). Ainda que se observe uma diferenciação de papéis entre a mãe biológica e a não biológica, ela é reduzida pelo fato do casal estabelecer acordos sobre o papel de cada cônjuge na vida da criança desde o início.

Mães não biológicas e madrastas compartilham a sensação de figurarem em segundo plano na relação parental, já que carecem do vínculo biológico que lhes daria uma maior segurança legal, além do reconhecimento na esfera social, favorecendo a construção da identidade materna (Ben-Ari & Livni, 2006; Hequembourg, 2004).

Assim, mães não biológicas de filhos concebidos a partir de NTR recorrem a estratégias, tais como participar do cuidado diário com a criança, fortalecendo o vínculo parental (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017) ou alternar gestações, de modo que a mãe não biológica do primeiro filho será a mãe biológica do segundo (Ben-Ari & Livni, 2006; Lira, Morais & Boris, 2015, 2016a, 2016b). A fim de preencher as lacunas da legislação sobre os direitos da família homoparental feminina, há ainda duas alternativas: a implantação de óvulo de uma das companheiras no útero da outra, ou a fertilização de óvulos de ambas visando a vinculação biológica das duas mães com a criança, ainda que imaginária.

A adoção unilateral é outra alternativa para mães não biológicas e consiste no processo pelo qual a companheira da mãe biológica legaliza um vínculo anteriormente estabelecido com o filho desta (Gross & Mehl, 2011; Hequembourg, 2004; Lira, Moraes & Boris, 2016b; Machin, 2016; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017; Ryan-Flood, 2005). Segundo essas autoras, no

caso da adoção unilateral, os seguintes direitos já estão garantidos para a mãe não biológica: direito de guarda e visitação em caso de separação, permissão para tomar decisões médicas, benefícios de herança em nome da criança, além da permissão de ter a criança como beneficiária no seguro-saúde da mãe não biológica.

Os estudos desta revisão também sinalizam a preocupação com a custódia dos filhos como um fator determinante para que mães homossexuais que fizeram uso de NTR prefiram doadores anônimos. E naqueles casos em que optam pelo doador conhecido, há uma preferência por doadores gays, devido à crença de que em uma hipotética batalha jurídica pela guarda da criança tanto o doador quanto a mãe ficariam igualmente vulneráveis ao preconceito dada a sua orientação homossexual (Ryan-Flood, 2005). Nesse sentido, a legalização do vínculo homoafetivo a partir da união estável e do casamento tem sido uma estratégia para garantir direitos e proteção aos membros da família homoparental (Lira, Morais, & Boris, 2015, 2016a, 2016b).

Segundo os estudos de Hequembourg (2004) e de Ben-Ari e Livni (2006), a companheira da mãe biológica nem sempre busca um espaço de igualdade na relação parental. Em contrapartida, uma participante do estudo de Ben-Ari e Livni (2006) vê a ausência de um papel pré-estabelecido que nortearia suas tarefas e responsabilidades como oportunidade para a construção da própria parentalidade.

Tendo em vista as limitações e dificuldades vivenciadas no contexto da homoparentalidade, podemos afirmar que a ausência de garantias legais está diretamente relacionada à invisibilidade social dada a esse novo arranjo familiar, em decorrência do preconceito e da estigmatização. Indivíduos homossexuais relatam que assumir sua orientação sexual pode levar ao rompimento de laços de amizade e com familiares, o que pode comprometer o projeto de parentalidade, dada a ausência de espaço psíquico para concebê-la, somada a sentimentos de ambivalência pela própria orientação sexual (Rodriguez, Merli, & Gomes, 2015). Lira, Morais e Boris (2016a) observam a dificuldade do ex-marido aceitar a separação da esposa quando ela se assume homossexual, chegando

a agredi-la e ameaçá-la requerendo a guarda dos filhos (Hequembourg, 2004; Locan, 2004; Medeiros, 2006).

Em um estudo etnográfico realizado com casais homoafetivos femininos com filhos, Medeiros (2006) argumenta que a homofobia se mostra tão intensa na periferia da cidade de São Paulo, que o indivíduo só assume socialmente sua orientação sexual se estiver seguro dela, na medida em que se expõe a um risco aumentado de sofrer agressões. Ainda neste estudo, Medeiros observa que assumir a orientação homossexual pode ser vivida como uma forma de resistência contra essa dura realidade, e que a militância de mulheres homossexuais pode se converter em conquista de segurança e proteção.

Alguns estudos sugerem que assumir a homossexualidade é uma condição necessária para o exercício da homoparentalidade, uma vez que seu ocultamento pode se constituir como mensagem para os filhos de que há algo errado com sua família (Ben-Ari & Livni, 2006; Medeiros, 2006). Nesse sentido, o estudo de Ben-Ari e Livni (2006) e o de Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2017) evidenciam a importância de a mãe não biológica assumir-se como mãe da criança publicamente, sempre que esse tipo de vinculação corresponder ao que acontece no lar. Todas as participantes do estudo de Ben-Ari e Livni (2006) assumiram sua orientação sexual, se ainda não o tinham feito, ao darem início ao projeto parental.

Tendo em vista o cenário sociocultural no qual o ideal de família é heteronormativo, o preconceito contra a homoparentalidade atinge tanto hetero quanto homossexuais. Como consequência, os próprios membros da família homoparental, embora se apoiem na crença de que essa configuração familiar seja uma forma de subversão, almejam a extinção das diferenças que os conduziria à normalização (Hequembourg, 2004; Rodriguez, Merli, & Gomes, 2015). Outros recorrem à invisibilidade, como é o caso de um casal homoafetivo feminino, participante do estudo de Locan (2004), que vivia na clandestinidade para proteger-se do ex-marido de uma delas.

Gartrell et al. (2012) argumentam que a franqueza das mães homossexuais a respeito de sua orientação sexual está associada ao fato dos filhos não terem vergonha de falar sobre suas mães para seus amigos, nem

problemas para levá-los para casa. Já Lira, Morais e Boris (2016b) identificam a vergonha como elemento que define as relações sociais dos filhos de casais homoafetivos. Tal disparidade evidencia o papel da franqueza dos pais homossexuais quanto à sua orientação sexual no bem-estar das crianças, já que mantê-la em segredo pode passar a ideia de que sua família deve ser mantida na clandestinidade (Ben-Ari & Livni, 2006; Passos, 2005).

Machin (2016) observa como casais homoafetivos masculinos com filhos se afastam da ‘cultura gay’, comumente associada à promiscuidade, em busca de inclusão social. Entretanto, apesar da homofobia estar na base do preconceito contra a homoparentalidade, Ben-Ari e Livni (2006) observam que a homoparentalidade proporcionou visibilidade e aceitação social para casais homoafetivos femininos em Israel, devido à valorização social da maternidade neste país. Os achados de Hequembourg (2004) também apontam para esse quadro de aceitação social de uma condição (homossexualidade) a partir de sua associação com outra (parentalidade), quando indivíduos homossexuais recuperam o vínculo com a família de origem assim que a parentalidade entra em cena. Dessa forma, a vinda de um filho passa a ser vista como um ‘milagre’ que, ao se tornar figura, deixa a orientação sexual dos pais como pano de fundo (Ben-Ari & Livni, 2006; Lira, Morais, & Boris, 2016b; Machin, 2016).

Diante desse cenário de intolerância, é comum que casais homoafetivos optem pela união precoce como uma forma de construir em seu novo lar o ambiente de proteção que perderam em seu lar de origem, conforme Rodriguez, Merli e Gomes (2015) argumentam. A família homoparental se constrói sobre a valorização do vínculo afetivo, sendo o companheirismo e a reciprocidade a base sobre a qual as relações se estruturam. Nesta perspectiva, a família homoparental passa a ser vista como um novo lugar de proteção para os seus integrantes (Lira, Morais & Boris, 2016b).

Os estudos de Lira, Morais e Boris (2015) e o de Lourenço e Amazonas (2015) sugerem que, na família homoparental, o convívio diário está ligado à criação de vínculo com os filhos. Lira, Morais e Boris, (2016a) e Medeiros (2006) observam uma divisão igualitária das tarefas de casa nas famílias homoparentais, respeitando as habilidades individuais dos parceiros. Todavia,

Medeiros (2006) identifica diferenciação de gênero nos casais homoafetivos, o que pode ser compreendido como reprodução do modelo heteronormativo de família nuclear segundo o qual o papel de cuidar da casa e das crianças é ainda atribuído à mulher.

No âmbito dos primeiros estudos sobre a homoparentalidade, notamos uma preocupação com o impacto da sexualidade dos pais sobre a saúde mental dos filhos, na medida em que tais estudos focalizavam o desenvolvimento infantil em paralelo com a avaliação da saúde mental de mães homossexuais. Patterson (2001) constata a boa saúde mental de mães homossexuais, além da ausência de diferenças significativas no desenvolvimento emocional de filhos criados por casais homoafetivos femininos quando comparados àqueles criados por uma mãe homossexual. Contrariamente a Patterson (2001), Golombok et al. (2003) observam que filhos criados por duas mães homossexuais têm um desenvolvimento psicológico mais saudável que os criados por uma mãe homossexual, sugerindo que a tarefa parental é mais facilmente desempenhada quando compartilhada. Além disso, Golombok et al. (2003) comparam mães homossexuais a mães heterossexuais em termos de saúde mental e não constata diferenças significativas e concluem que a orientação sexual dos pais tem pouco impacto no desenvolvimento psicológico dos filhos.

Dez anos depois, Martinez (2013) acrescenta que a orientação sexual parental não é fator determinante no desenvolvimento psicossocial do filho, nem afeta o bom exercício da parentalidade, refutando a ideia de que filhos de pais homossexuais seriam igualmente homossexuais, em virtude do modelo familiar homoparental. Desse modo, a crença de que filhos de pais homossexuais teriam dificuldades relacionadas ao desenvolvimento psicossocial é novamente contestada, como Golombok et al. (2003) já o haviam feito e Lourenço e Amazonas (2015) vieram corroborar. Assim, a família heterossexual é desmistificada como esteio da saúde mental da prole (Gartrell et al., 2012) já que os filhos de famílias homoafetivas são tão bem-sucedidos academicamente quanto os de famílias heteroafetivas, têm pretensões positivas quanto ao futuro e uma ampla rede de amizades.

Embora rica do ponto de vista do conhecimento científico sobre os limites e possibilidades da homoparentalidade, esta revisão de literatura nos permitiu notar uma lacuna em termos de estudos que investiguem a função parental e o desenvolvimento global de crianças em famílias homoafetivas masculinas. Este quadro chama a nossa atenção e sugere a possibilidade de que no imaginário social, contra o qual pesquisadores não são imunes, famílias homoafetivas femininas estariam mais afinadas com o modelo parental vigente, segundo o qual o cuidado infantil seria preferencialmente feminino, sendo melhor tolerada socialmente que as famílias homoafetivas masculinas. Entretanto, há que se considerar que o menor número de trabalhos com famílias homoafetivas masculinas pode estar traduzindo uma configuração familiar ainda em construção, além de sugerir que o preconceito contra casais homoafetivos masculinos seja mais intenso que o enfrentado por casais homoafetivos femininos.

### **Considerações finais**

A partir desta revisão, pudemos notar como as publicações científicas no campo da homoparentalidade evoluíram ao longo de sua história. Os estudos partem de uma preocupação mais ampla com a saúde mental de pais e filhos, mais especificamente de mães e filhos, ao tomarem casais homoafetivos femininos como participantes preferenciais, tendência esta também apontada por Gato e Fontaine (2014), e aqui discutida como possível expressão do preconceito social contra pais homossexuais masculinos. Da constatação de que não há diferença significativa entre crianças e adolescentes criados em famílias homoafetivas ou heteroafetivas, seja em termos de saúde mental, desempenho acadêmico, socialização, planos para o futuro, ou orientação sexual, os pesquisadores redirecionam seu foco para vivências singulares. Questões ligadas à vinculação biológica e à heteronormatividade como ideais compartilhados pela família homoparental, assim como as novas tecnologias de reprodução e a coparentalidade nesse novo arranjo familiar têm desafiado os

pesquisadores nos estudos mais recentes sobre a dinâmica da família homoparental.

Quanto às lacunas observadas nos estudos revisados, as quais nos informam sobre a necessidade de futuras pesquisas, além da preponderância de estudos que se baseiam no testemunho de indivíduos ou casais homoafetivos femininos, são raras as pesquisas que incluem a vivência dos filhos. Como a homoparentalidade é um fenômeno ainda recente, seja como prática ou como campo de pesquisa, podemos supor que o futuro nos reserva uma multiplicação desses estudos em direção a temas, experiências e populações ainda não contemplados. Também sabemos que questões éticas dificultam a inclusão de crianças e outras populações vulneráveis como participantes de pesquisas, mas que este não deve ser tomado como um obstáculo à produção de conhecimento que visa justamente fortalecer a rede de apoio a crianças e adolescentes.

A respeito das datas das publicações que compõem esta revisão, notamos uma ligeira concentração de artigos internacionais nos anos de 2004, 2011 e 2012, enquanto os nacionais se concentram em 2015 e 2016. Tendo em vista que, no Brasil, o direito à união estável foi estendido a casais homoafetivos em 2011 e que a oficialização do casamento homossexual foi possível a partir de 2013, o aumento de visibilidade e a maior aceitação social que a lei enseja podem explicar essa defasagem da produção nacional sobre a homoparentalidade.

Compreendemos a pluralidade de termos utilizados pelos autores para identificar seus participantes como reflexo do fato de que a realidade da homoparentalidade é ainda recente e desafia modelos parentais, referências teóricas e legais que fundamentam concepções sobre a família, relações familiares e práticas parentais. Deparamo-nos com o mesmo panorama controverso quanto à definição do descritor que reuniria a literatura para esta revisão. Conscientes de que o termo 'homoparentalidade' possa ter excluído artigos igualmente importantes do *corpus* desta revisão, procuramos minimizar essa limitação buscando trabalhos complementares nas referências bibliográficas dos artigos primários. Apesar dessas limitações, consideramos fundamental compreender uma realidade que está se tornando cada vez mais

presente na atualidade e nos convoca a reavaliar nossos valores e práticas que fundamentam o cuidado à saúde e o bem-estar das pessoas.

Outro achado que nos parece relevante é o fato de a maioria dos participantes dos estudos revisados serem brancos e pertencerem à classe média, o que não nos permite generalizar as conclusões para outras condições socioeconômicas. Podemos supor que critérios de conveniência dos pesquisadores tenham orientado a seleção de participantes, já que em seus objetivos não declaram o interesse de trabalhar exclusivamente com os privilegiados. No entanto, há que se considerar uma certa invisibilidade da homoparentalidade dentre os desfavorecidos (Medeiros, 2006) que, apesar de compartilharem os mesmos valores sociais das classes privilegiadas, sua marginalização, inclusive geográfica, pode ter dificultado o acesso aos pesquisadores.

O fenômeno da homoparentalidade parece traduzir o desejo humano de ter filhos, não se restringindo, portanto, a uma determinada subjetividade, cultura ou condição socioeconômica, carregando toda uma rede de sentidos socialmente construídos que determinam relações sociais, leis, práticas profissionais e políticas públicas. Por todas essas razões, consideramos fundamental o desenvolvimento de futuras pesquisas nesse campo da experiência humana que nos interroga sobre as relações de gênero em sua articulação com o cuidado infantil.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

### 2.1 Pesquisa qualitativa

A fim de investigar os sentidos afetivo-emocionais da experiência parental para casais homoafetivos, desenvolvemos este estudo de delineamento qualitativo, buscando uma aproximação do fenômeno aqui investigado de forma natural e contextualizada (Flick, 2009; Marconi & Lakatos, 2011, Santos, 1985/2008; Stake, 2011). A abordagem qualitativa mostra-se particularmente adequada quando a experiência humana é tomada como objeto de estudo que visa o estudo aprofundado do particular (Turato, 2011), em oposição à generalização, e considera a subjetividade do pesquisador tanto quanto a dos participantes na produção de dados da pesquisa (Stake, 2011).

O movimento crescente da pesquisa qualitativa, sobretudo nas ciências sociais, marca o nascimento da ciência pós-moderna, com a crise do paradigma dominante segundo o qual as ciências naturais – as chamadas “ciências duras” – eram tidas como a única e exclusiva forma de fazer ciência (Santos, 1985/2008). Embora estejamos falando em crise, vale ressaltar que o paradigma que atendia às exigências epistemológicas da ciência moderna ainda predomina como critério de distinção entre o que é e o que não é científico. A partir desse modelo de ciência pautado na racionalidade e na causalidade, ao pesquisador fica reservado o lugar de distanciamento de seu objeto de estudo, a fim de evitar a interferência de sua subjetividade. A assim obtida neutralidade na pesquisa visava garantir a objetividade que se tornou o combustível da ciência moderna (Santos, 1985/2008).

De acordo com Santos (1985/2008) e Stake (2011), a emergência da pesquisa qualitativa deveu-se ainda a questionamentos a respeito da utilidade dos conhecimentos produzidos pela ciência moderna para a compreensão do ser humano no mundo, haja vista que ela pouco amplia nosso conhecimento sobre nós mesmos. Enquanto a ciência moderna nega os conhecimentos do senso comum, ao considerá-los superficiais e ilusórios, a pesquisa qualitativa vai

ao seu encontro, acessando o que há de mais espontâneo e verdadeiro para o sujeito em suas vivências cotidianas (Santos, 1985/2008; Stake, 2011).

Dessa forma, enquanto a ciência moderna, modelo adotado pelas ciências naturais, se desenvolve a partir da neutralidade do pesquisador e controle de variáveis, a ciência pós-moderna coloca a intersubjetividade como o campo em que as ciências humanas se movem (Flick, 2009; Santos, 1985/2008). Ao valorizar a relação intersubjetiva entre pesquisador e pesquisado, a pesquisa qualitativa alça o pesquisador a coprodutor de sua pesquisa, cuja presença deixará marcas em todas as etapas da pesquisa, desde o encontro com os participantes até a análise do material colhido (Creswell, 2011).

Stake (2011) conclui que, além de interpretativa, a pesquisa qualitativa é experiencial, na medida em que se desenvolve em contextos naturalísticos, e não experimentais; é personalística, ao privilegiar a perspectiva pessoal do pesquisado; e é situacional, pois valoriza o contexto em que a vivência do participante se produz, opondo-se à generalização reducionista.

Considerando que a pesquisa qualitativa tem como foco compreender o fenômeno vivido em sua singularidade e contexto (Flick, 2009), que nosso objetivo é compreender o drama (Politzer, 1928/1998) da homoparentalidade, e que o método psicanalítico nos oferece acesso privilegiado à experiência emocional dos participantes, definimos esta pesquisa como psicanalítica.

## **2.2 Considerações sobre a pesquisa psicanalítica**

Há inúmeras discussões a respeito da inclusão da psicanálise no campo das ciências. Silva (1993) discute a controversa relação entre psicanálise e ciência, antes vista como incompatível, já que não se imaginava a psicanálise fora do *setting* analítico. Contudo, Laplanche e Pontalis (1991) salientam os três eixos sobre os quais se desenvolve a psicanálise: como método terapêutico, como método de investigação e, finalmente, como um conjunto de teorias psicológicas. Silva acrescenta que estender a atuação da psicanálise para o campo investigativo, a postura psicanalítica de abertura e valorização da escuta

permite que o pesquisador não antecipe descobertas antes do encontro com seu participante.

Em uma entrevista concedida a Silva (1993), Fabio Herrmann comenta que embora seja necessário circunscrever a área de estudo para delimitar o sujeito da pesquisa, o pesquisador deve ter cuidado quanto a ir a campo com teorias pré-concebidas que acabem ocupando todo o cenário e, conforme afirma Silva (1993), possam “impedir a aventura da busca do desconhecido” (p.17). Dessa forma, a relação estabelecida entre pesquisador e participante precisa ser considerada como produtora de sentidos, já que a pesquisa psicanalítica se estabelece no contexto da intersubjetividade (Aiello-Vaisberg & Machado, 2005).

Ao elaborar uma reflexão crítica a respeito da psicanálise, Politzer (1928/1998) argumenta que a maior contribuição de Freud foi partir da narrativa de seus pacientes para acessar o verdadeiro fato psicológico: o drama vivido pelo indivíduo. Em contrapartida, Politzer critica a metapsicologia de Freud que acaba cedendo à tendência especulativa e se distancia da experiência vivida.

Quanto à presença da Psicanálise na universidade, Figueiredo e Minerbo (2006) questionam os inúmeros trabalhos científicos que propõem uma aproximação com a psicanálise sem fazer uso do método psicanalítico. Entretanto, consideram imprescindível que o pesquisador seja psicanalista para captar e interpretar conteúdos inconscientes produzidos no encontro com o participante.

Aiello-Fernandes, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2012) discordam dessa perspectiva que defende a necessidade de um psicanalista para utilização do método psicanalítico no campo da pesquisa já que este é um método investigativo heurísticamente fecundo na produção de sentidos que subjazem às condutas humanas (Aiello-Vaisberg & Machado, 2005). Aiello-Fernandes, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2012) recomendam, ainda, que a psicanálise deva ser tomada como um método investigativo e não como um conjunto de teorias imutáveis, o que a tornaria uma doutrina, perdendo o seu valor heurístico na produção de sentidos.

Fulgencio (2013) também contribui com o debate sobre as condições de possibilidade da pesquisa psicanalítica no contexto acadêmico, ao distinguir

duas aproximações possíveis. A pesquisa teórica pura, segundo a qual as teorias são tomadas como objeto de estudo, com o objetivo de serem aprimoradas e tornarem-se mais precisas, à medida que são analisadas criticamente. As pesquisas empíricas seriam a segunda modalidade, de acordo com a qual a psicanálise seria tomada como uma lente para compreensão e interpretação de fenômenos, em um contexto não clínico, tendo como finalidade fornecer uma maneira de formular problemas. Dessa forma, o autor recomenda que o *setting* que configurou o encontro deve ser descrito e a presença do pesquisador considerada como integrante do material a ser analisado. Contrariamente a Figueiredo e Minerbo (2006), Fulgencio (2013) acredita que o que caracteriza a pesquisa psicanalítica é o fato de considerar a relação transferencial, o que pode acontecer fora do *setting* clínico.

Brunet (2009) sugere três possibilidades para a psicanálise na pesquisa: pesquisa em psicanálise, pesquisa sobre a psicanálise, e pesquisa a partir da psicanálise. A primeira, refere-se às pesquisas que vêm sendo conduzidas por psicanalistas e que propõem uma reflexão teórica, conceitual e/ou clínica sobre a psicanálise, geralmente com a apresentação de um estudo de caso. Já a pesquisa sobre a psicanálise se refere aos estudos que visam a avaliação da eficácia terapêutica, sendo esta a forma mais controversa entre as pesquisas psicanalíticas, recebendo críticas por não levarem em conta os processos e a dinâmica do inconsciente.

A terceira modalidade descrita por Brunet (2009) – a pesquisa a partir da psicanálise ou pesquisa qualitativa psicanalítica – consiste na adoção da psicanálise como lente para interpretar fenômenos clínicos diversos que ocorram fora do contexto terapêutico propriamente dito. Nesta concepção, tanto o *setting* em que se dá o encontro quanto a atitude do pesquisador são orientados pelo método psicanalítico, tendo a associação livre do participante e a atenção flutuante do pesquisador mantida como parte essencial do processo. Também é valorizada a abertura ao encontro com o outro, de forma a garantir um terreno fértil para a emergência de sentidos afetivo-emocionais, além da valorização da relação intersubjetiva como ferramenta para a pesquisa qualitativa psicanalítica.

Como vemos, o campo da pesquisa psicanalítica abriga posicionamentos que são contrastantes, ligeiramente semelhantes ou quase idênticos, mas que adotam nomenclaturas próprias, sem que se chegue a um consenso.

### **2.3 Narrativa como recurso investigativo**

A narrativa tem sido amplamente utilizada na pesquisa qualitativa em diferentes áreas do conhecimento, além da psicanálise, tal como antropologia, literatura e filosofia (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011), assim como nas ciências da saúde, como um recurso facilitador para acesso à experiência emocional dos participantes (Campos & Furtado, 2008; Costa & Gualda, 2010; Onocko-Campos et al., 2013).

Benjamin (1936/1994) define a narrativa como uma forma de comunicação artesanal que possibilita o intercâmbio de experiências, na medida em que o narrador transmite ao leitor uma história a qual carrega elementos da sua própria experiência de vida. O narrador não se preocupa, portanto, em polí-la para garantir sua neutralidade, conforme é esperado em textos informativos, já que a narrativa consiste em uma história viva, aberta para que cada um possa interpretá-la a partir da própria subjetividade, atravessando gerações e culturas pela voz do narrador.

Benjamin (1936/1994) reflete sobre as mudanças sociais que levaram ao declínio do uso da narrativa, em prol da informação imediatista que fornece explicações prontas aos leitores e compromete a troca de experiências entre narrador e leitor. O autor aponta a experiência da Primeira Guerra Mundial como o evento histórico que marca o declínio da arte do narrar, na medida em que os fuzileiros voltavam para suas casas calados pela impossibilidade de compartilhar aquelas experiências traumáticas.

A narrativa é utilizada como recurso investigativo por diferentes abordagens teóricas no campo da Psicologia. Bruner (2004) conceitua a narrativa como descrição do tempo vivido, e afirma que o narrar é inerente ao homem que, por sua vez, é caracterizado como um contador de histórias que se

modifica à medida que narra sua própria história. Mozena e Cury (2010) sublinham que a narrativa valoriza a relação intersubjetiva entre pesquisador e pesquisado, construindo-se de acordo com o desenrolar do encontro dialógico, e não como relato de fatos ocorridos.

Na psicanálise, a narrativa está no centro da criação de seu método, ao permitir que os pacientes narrem suas próprias experiências em primeira pessoa, fornecendo elementos para que o analista tenha acesso ao drama vivido (Politzer, 1928/1998). Além de comunicar suas vivências ao narrar, o paciente elabora seu viver nesse intercâmbio de experiências em que paciente e analista buscam compreender os sentidos que percorrem o drama que é narrado.

A narrativa também é utilizada na psicanálise como forma de registrar o encontro analítico, tendo como objetivo comunicar o acontecer humano. Nesses relatos, os psicanalistas estão preocupados com a transmissão da experiência emocional vivida pela dupla paciente-analista a partir da dinâmica transferencial. Na pesquisa psicanalítica, temos utilizado a Narrativa Transferencial (NT), tal como proposta por Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron e Beaune (2009), como registro pessoal do pesquisador que visa comunicar a experiência do encontro com o participante, assumindo a própria implicação no processo de produção e interpretação dos sentidos comunicados nesse contexto intersubjetivo de pesquisa.

Partindo de sua experiência na clínica winnicottiana da maternidade, Granato e Aiello-Vaisberg (2011) desenvolvem a Narrativa Interativa (NI) com o objetivo de criar um espaço potencial na pesquisa, tal como no Jogo do Rabisco de Winnicott (1968/1994) e investigar a experiência materna e seus conflitos de modo lúdico e interativo. A NI é um recurso mediador que pode ser utilizado no enquadre de uma entrevista individual ou coletiva, cujo objetivo é a aproximação do drama vivido pelo participante de forma não invasiva e transicional, operando na articulação entre o subjetivo e o compartilhado (Winnicott, 1971/1975a).

A NI consiste em uma breve história fictícia elaborada pelo pesquisador em interlocução com seu grupo de pesquisa, que retrata uma situação que se relaciona com o seu objeto de estudo. Assim como o Jogo do Rabisco (Winnicott, 1968/1994), no qual o terapeuta desenha um rabisco em uma folha em branco e

convida o paciente a completá-lo, a história se interrompe em determinado ponto da narrativa, sendo o participante convidado a dar um desfecho por escrito ou oralmente, de modo livre e associativo (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011; Granato, Russo & Aiello-Vaisberg, 2009).

Nesse sentido, adotamos como referencial teórico para esta pesquisa a psicanálise winnicottiana, a qual concebe o homem como um ser que nasce dependente e ruma para a independência, ainda que relativa, a partir de suas tendências inatas para o desenvolvimento emocional e de um ambiente favorável que o sustente (Winnicott, 1960/1993d). A postura psicanalítica de abertura para o encontro com o outro, de modo a valorizar o gesto espontâneo do participante e do pesquisador, orientou a conduta do pesquisador durante as entrevistas, oferecendo a NI como facilitador da expressão das emoções. A opção pela via da ficção visa criar uma condição protegida para que o participante se coloque na medida do que lhe for possível, podendo se valer dos personagens para comunicar-se de forma indireta, tornando-se, ainda assim, criador da própria história (Miranda & Granato, 2016; Moraes & Granato, 2014).

Como segunda etapa da NI, o pesquisador convida o participante para uma reflexão acerca da história criada, a fim de compreender os sentidos afetivo-emocionais que emergem do processo de elaboração da NI (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011). Vale ressaltar que a cada estudo corresponde uma NI, que assim se torna personalizada, a fim de contemplar a dramática focalizada. Granato e Aiello-Vaisberg (2013) recomendam que a história deva ser escrita em uma linguagem acessível e envolvente de modo a permitir a identificação do participante com a trama e com os personagens da história.

Dessa forma, é necessário que o pesquisador circunscreva o campo vivencial para que sua NI funcione como articuladora de sentidos, mantendo-se aberta a mais de uma possibilidade de desfecho. Embora a experiência pessoal e profissional do pesquisador com o tema investigado facilite a elaboração da NI (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011), é possível que o pesquisador se aproprie dos elementos essenciais daquela experiência pela via da revisão de literatura sobre o tema e/ou por um período de ambientação no campo ou local da pesquisa.

Feita a ambientação, uma primeira versão de NI será criada pelo pesquisador que a aprimorará na interlocução com seu grupo de pesquisa até que seja considerada suficientemente boa para a investigação do tema pretendido. A utilização da NI em um grupo piloto é uma estratégia útil para verificar sua potencialidade heurística na criação de sentidos afetivo-emocionais e o envolvimento dos participantes em seu mundo fenomênico.

Assim, tendo em vista a potencialidade heurística da NI na exploração de sentidos afetivo-emocionais, elaboramos a seguinte história sobre o drama de um casal homoafetivo em suas primeiras experiências com a parentalidade:

*Rafael e Henrique foram visitar as amigas Laura e Vanessa, que tinham acabado de adotar Caio, de cinco anos de idade, e estavam ansiosas para compartilhar essa nova experiência.*

*Rafael e Henrique perceberam que o casal estava ansioso e, enquanto tomavam café, perguntaram:*

*- Como está o Caio? E vocês, como estão se virando?*

*Laura comentou que estava difícil conciliar o cuidado de Caio, o trabalho e a vida social. Além disso, desde que o filho chegou, elas não têm tido tempo para si.*

*Vanessa se queixou das noites mal dormidas, pois Caio tem pesadelos e as chama em seu quarto. Laura compartilhou seu receio de não saber educar um menino. E Vanessa confessou estar perdida quanto à melhor escola para o filho.*

*O casal Rafael e Henrique perceberam o pedido de ajuda das amigas e decidiram compartilhar sua própria experiência como pais.*

*Sei que não está sendo fácil. Com a gente foi assim...*

## 2.4 Delineando o campo de pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida com a colaboração do Centro de Referência LGBT de município do interior paulista (SP) que auxiliou na busca por participantes voluntários dentre os seus membros. O Centro de Referência LGBT é um serviço público municipal, o qual oferece apoio psicológico, social e jurídico para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Também realiza encaminhamentos para órgãos de proteção e oferece oficinas e atividades diversas tais como: grupo de transexuais, dança do ventre, rodas de conversa, capoeira, grupo de pais, oficina de culinária, reiki, massoterapia, canto e libras.

O serviço foi inaugurado em 31 de julho de 2003<sup>2</sup> pela Prefeitura Municipal, com o nome de Centro de Referência GLTTB, o qual foi modificado posteriormente para Centro de Referência LGBT (CR-LGBT), a fim de dar maior visibilidade às mulheres lésbicas, conforme foi sugerido na 1ª Conferência Nacional LGBT (Brasília, 2008).

O CR-LGBT foi o primeiro serviço público criado para atender as demandas específicas da população LGBT no país e foi uma conquista de movimentos sociais em parceria com a Prefeitura Municipal, a partir de reivindicações por um serviço público que fornecesse atendimento às demandas por saúde, educação, além da construção de políticas públicas inclusivas para a população LGBT.

Além do atendimento presencial, o CR-LGBT oferece à população um Disque Defesa do Homossexual, serviço que garante o sigilo de quem procura ajuda. O CR-LGBT fornece, ainda, à população cartilhas educativas e folders explicativos sobre questões relacionadas aos direitos e garantias da população LGBT.

Em 2017, foi realizado um levantamento do total de atendimentos realizados pelo CR-LGBT: foram 33.724 atendimentos, entre eles 66% presenciais e 34% via telefone. Dentre os solicitantes, 30% se declararam gays,

---

<sup>2</sup> As informações a respeito do Centro de Referência LGBT foram concedidas pela coordenadora da instituição em entrevista exclusiva à pesquisadora.

28% lésbicas, 25% travestis, 10% transexuais, 3% bissexuais, 3% heterossexuais e 1% não declarados. As demandas que motivam a procura pelo CR-LGBT são diversas, desde questões relacionadas à identidade de gênero, auto aceitação, processo transexualizador e alteração de nome, até discriminação e violência sofrida pela intolerância social à população LGBT.

Visando estabelecer contato com o CR-LGBT, um encontro foi agendado com a psicóloga responsável. A instituição está abrigada em uma casa grande e antiga em uma rua tranquila, próxima ao centro da cidade. Embora esteja bem localizada, não havia nenhuma placa de identificação no local. Na sala de espera, havia inúmeras pessoas conversando de forma descontraída. Nas paredes da sala havia cartazes feitos à mão com canetas coloridas com a sigla CR-LGBT, junto de um arco-íris muito bem feito. Havia cartazes informativos sobre os direitos da população LGBT, assim como uma estante com algumas revistas, folders e cartilhas direcionadas para temas como: medidas preventivas para profissionais do sexo, cartilha sobre sinais de doenças transmissíveis, assim como informações sobre o serviço Disque Denúncia contra a Homofobia. Em uma sala adjacente, havia uma mesa posta com bolo, pães e café à disposição do público.

A instituição tem parceria com universidades e oferece estágio clínico supervisionado a estudantes quintanistas de Psicologia para o atendimento de usuários do serviço. Além do atendimento psicológico, o CR-LGBT acolhe pessoas que procuram o serviço sem agendamento prévio, sempre que possível.

## **2.5 Participantes**

Participaram desta pesquisa seis casais homoafetivos (três femininos e três masculinos) de classe média com idade variando entre 28 e 61 anos, com filhos entre 6 meses e 27 anos de idade, sendo estes filhos biológicos trazidos de casamento heterossexual anterior, ou concebidos por fertilização in vitro (FIV) ou adotados. Os participantes residem em duas cidades do Estado de São Paulo, tendo sido encaminhados pelo CR-LGBT que, após ter ciência dos

objetivos e metodologia da pesquisa, selecionou entre seus usuários, todos aqueles que se enquadravam em nossos critérios de inclusão: casais homoafetivos que vivem em coabitação e que têm um ou mais filhos, independentemente de sua idade, etnia, religião, escolaridade e condição socioeconômica.

Após a secretaria da instituição ter entrado em contato com os usuários por telefone, convidando-os para esta pesquisa, realizamos contato telefônico com aqueles que manifestaram interesse em participar, respeitando os critérios de inclusão desta pesquisa. Ao telefone, explicamos a origem e o motivo de nosso contato, finalizando com um convite para participação na pesquisa, o qual foi aceito pelos seis casais indicados. Todos os casais preferiram que a entrevista fosse realizada em suas residências, sendo escolhido um horário em que ambos estivessem presentes. Os encontros ocorreram entre 20 de outubro de 2017 e 06 de dezembro de 2017, cuja duração variou de uma hora e trinta minutos a duas horas e quinze minutos.

Apresentamos logo abaixo, o Quadro I, com a caracterização do grupo de participantes, abordando faixa etária, escolaridade, tempo de união, idade dos filhos e estratégia parental adotada pelos casais.

QUADRO I- Caracterização dos casais participantes do estudo

Participantes		Idade	Escolaridade	Tempo de união	Filhos	Idade	Estratégia parental
Casal Vermelho	Eduardo Fábio	61 anos 52 anos	Pós-graduado Pós-graduado	18 anos	Guilherme	8 anos	Adoção
Casal Laranja	Natália Bianca	36 anos 37 anos	Pós-graduada Superior em andamento	5 anos	Amanda	6 meses	Fertilização in vitro
Casal Amarelo	Luís Bruno	47 anos 28 anos	Superior completo Superior completo	1 ano e 3 meses	Aline	3 anos	Adoção
Casal Verde	Gabriel Francisco	31 anos 46 anos	Superior em andamento Nível técnico	11 anos	Vinícius Carlos	8 anos 6 anos	Adoção
Casal Azul	Larissa Giovana	35 anos 34 anos	Superior completo Superior completo	3 anos e meio	Marcelo	1 ano	Fertilização in vitro
Casal Roxo	Débora Lia	38 anos 44 anos	Ensino médio Superior completo	3 anos e meio	Diego Júlia Lorenzo Samuel Jéssica	27 anos 15 anos 11 anos 8 anos 4 anos	Biológico de casamento anterior e adoção

## 2.6 Registro e Análise do material narrativo

Como forma de registro, utilizamos a Narrativa Transferencial (NT) (Aiello-Vaisberg, Machado, Ayounch, Caron & Beaune, 2009) com a intenção de transmitir ao leitor a perspectiva do pesquisador sobre os encontros com os participantes e o contexto em que tiveram lugar. Nessa modalidade de narrativa estão presentes associações, sentimentos e movimentos transferenciais e contratransferenciais vividos nas entrevistas. Desse modo, a NT se mostrou um recurso particularmente fecundo para a comunicação da dinâmica relacional que se estabeleceu entre a pesquisadora e os casais participantes.

Elaboramos uma NT para cada uma das entrevistas, sem preocupação com a grafia ou com a ordem cronológica dos eventos, a fim de realizarmos um primeiro registro associativo dos encontros. Em seguida, essa primeira versão foi reformulada com o objetivo de precisar os termos, corrigir erros gramaticais e tornar o relato coerente, visando uma primeira análise interpretativa do material narrativo, composto pelas NI e pelas NT, em busca dos sentidos que dele emergiam (Granato, Russo & Aiello-Vaisberg, 2009). As NI e NT foram discutidas com o grupo de pesquisa para que os pesquisadores se deixassem impressionar pelas histórias, a partir de uma escuta psicanalítica, na qual a atenção flutuante e abertura ao inconsciente favorecessem a emergência de sentidos (Granato, Russo & Aiello-Vaisberg, 2009).

As interpretações produzidas foram trianguladas no contexto do grupo de pesquisa, conforme sugerido por Flick (2009), Marconi e Lakatos (2011) e Stake (2011) como recurso que agrega rigor e minimiza o viés do pesquisador. Nesse sentido, Turato (2011) recomenda que o pesquisador qualitativo leve em conta a qualidade da relação que se estabelece com o participante em sua análise, tornando-a mais rigorosa.

Uma vez identificada uma determinada constelação de sentidos afetivo-emocionais em torno da temática da homoparentalidade, de modo a compor um campo, conceito descrito por Hermann (1991) como um “conjunto de determinações que dotam de sentido qualquer relação humana” (p.28), nomeamos, descrevemos e discutimos cada campo identificado. Ao nomear os

campos, buscamos transmitir de maneira sintética e dramática a qualidade de experiência que nos estava sendo comunicada pelos participantes e pela pesquisadora responsável por este estudo. Finalmente, os campos de sentido afetivo-emocional foram discutidos à luz da psicanálise e de pesquisas acadêmicas recentes sobre a homoparentalidade.

## **2.7 Cuidados éticos**

Esta pesquisa atende às exigências da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e seus respectivos protocolos e órgãos que regulamentam as normas para a pesquisa científica com seres humanos no Brasil. Foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob o Parecer número 2.312.620 (Anexo II), na data de 03 de outubro de 2017.

Os objetivos e metodologia deste estudo e o compromisso ético da pesquisadora responsável foram apresentados ao Centro de Referência LGBT, o qual, por meio de sua coordenadora geral, autorizou e intermediou o acesso aos usuários da instituição que atendiam aos critérios de inclusão aqui pré-estabelecidos. Aos participantes foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo III) e explicitados os cuidados éticos, o caráter voluntário de sua participação, assim como os objetivos e metodologia deste estudo.

Esta pesquisa não ofereceu riscos maiores daqueles presentes no cotidiano dos participantes, estando dentro das exigências da Resolução nº 466/2012 do CONEP. Ainda assim, nos comprometemos a realizar os encaminhamentos necessários para um serviço especializado de Psicologia, caso o participante demonstrasse qualquer desconforto que não pudesse ser acolhido no espaço da pesquisa. Entretanto, este procedimento não se mostrou necessário com nenhum dos participantes.

### 3. MATERIAL NARRATIVO

Apresentamos o material narrativo colhido no encontro com os casais participantes sob a forma de Narrativas Interativas, bem como o registro feito pela pesquisadora – as Narrativas Transferenciais – motivo pelo qual este capítulo é escrito na primeira pessoa do singular. Foram feitas correções ortográficas, seguindo as normas da Língua Portuguesa, a fim de facilitar a compreensão do leitor e proteger os participantes.

Destacamos que os nomes dos participantes são fictícios, em vista de preservar o anonimato. Para nomear os casais participantes, protegendo sua identidade, optamos pelas cores da bandeira LGBT, sendo cada casal representado por uma de suas cores. De acordo com Reis (2018), a bandeira LGBT foi criada por Gilbert Baker em 1978 e representa a diversidade humana, sendo cada uma de suas cores característica de um elemento, a saber vermelho – vida, laranja – cura/saúde, amarelo: luz do sol, verde – natureza, azul – arte e roxo – espírito.

Nesta pesquisa, definimos a cor para os casais de acordo com as impressões da pesquisadora e o impacto que o encontro causou. Como exemplo, a atribuição da cor verde aos participantes Gabriel e Francisco se deu pelo fato do local onde foi realizada a entrevista ser repleto de plantas, remetendo a uma floresta. Vale ressaltar que a equivalência com as cores da bandeira LGBT foi percebida somente *a posteriori*, sendo sinalizada por uma colega do grupo de pesquisa.

Ao optar pelo uso do termo ‘casal’, estamos conscientes da discussão que esta nomenclatura levanta, sobre este termo reproduzir a lógica heteronormativa. Em uma rápida busca em dicionários encontramos a definição de casal como sendo um par formado por ‘macho’ e ‘fêmea’, ou um conjunto formado por duas coisas iguais ou semelhantes. Farias (2017) aponta em seu estudo, o desconforto de um de seus participantes homossexual masculino ao utilizar tal termo, e sugere que este seja substituído por ‘par’. Já o companheiro do participante de Farias complementa que embora o termo casal não seja o mais adequado, é o que mais os representa, na falta de outro mais adequado.

Além disso, o Manual de Comunicação LGBTI+, organizada por Reis (2018) aconselha a utilização da expressão ‘casal homoafetivo’ para esses fins.

Esclarecemos ainda as razões que nortearam a escolha pelo termo ‘homoafetivo’ ao longo desta pesquisa. Tal termo foi cunhado pela doutora em Direito Homoafetivo Maria Berenice Dias, conforme aponta Farias (2017), com o objetivo de valorizar a esfera afetiva das relações entre indivíduos homossexuais. Contudo, Rios (2013) anuncia que o uso deste termo pode ser associado a uma tentativa de ‘esterilizar’ a sexualidade de casais por meio da exaltação da esfera afetiva, de modo a afastar a equivocada associação da promiscuidade e falta de compromisso ao pensarmos nas famílias constituídas por casais do mesmo sexo.

Conforme a ABGLT (2010) e Reis (2018) apontam, o termo homoafetivo é utilizado para descrever a multiplicidade de relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Tal termo não é sinônimo de ‘homossexual’ e não é utilizado para descrever pessoas, mas sim as relações existentes entre elas. Desse modo, quando nos referirmos ao indivíduo utilizaremos o termo ‘homossexual’.

Por fim, esclarecemos ao leitor que ao nomear os cônjuges, optamos pelo termo ‘companheiro’ e ‘companheira’ no lugar de ‘esposa’ e ‘marido’, rompendo com a lógica heteronormativa que a origem do termo remete. Assim sendo, esta opção se justifica pela crença de que tais famílias demandam uma postura crítica e de respeito à diversidade de manifestações afetivas.

### 3.1 Casal Vermelho

<b>Nome:</b> Eduardo <b>Idade:</b> 61 anos <b>Escolaridade:</b> Pós-graduação	<b>Nome:</b> Fábio <b>Idade:</b> 52 anos <b>Escolaridade:</b> Pós-graduação
<b>Tempo de união:</b> 18 anos <b>Filho:</b> Guilherme (8 anos) <b>Estratégia parental:</b> Adoção	

Após algumas tentativas frustradas, nos encontramos em um feriado nacional, 15 de novembro, Proclamação da República, conforme sugestão do casal. Próximo ao horário da entrevista, Eduardo enviou uma mensagem perguntando sobre a possibilidade de transferirmos a entrevista para o final da tarde. Para mim foi possível e finalmente os encontrei. Havia certa expectativa de minha parte com esse encontro, pois o casal já concedeu outras entrevistas sobre homoparentalidade.

Ao chegar na casa do casal, local escolhido por eles, Guilherme abriu o portão e Fábio me aguardara em uma varanda repleta de plantas. A casa fica aos fundos do terreno e na maior parte há uma área repleta de plantas, o que me fez admirar o jardim espontaneamente e me fez sentir bem naquele ambiente acolhedor.

Na varanda próxima à entrada da sala, Fábio me recebeu e fui convidada a tomar café com Eduardo e mais duas amigas. Agradei o convite, mas os aguardei na sala de televisão por pouco tempo. O ambiente interno da casa também era acolhedor e com uma decoração viva e alegre; uma das paredes era vermelha e os objetos de decoração tinham cores vibrantes, dando alegria ao ambiente.

Após breves minutos Fábio sentou-se à sala comigo. Este foi meu primeiro contato com ele, já que ao telefone me comuniquei com o Eduardo, pois foi o contato passado a mim. Agradei por me receber em sua casa nesse dia de feriado e Fábio comentou que não havia problemas, pois eles não tinham compromissos agendados.

Fábio me recebeu calorosamente demonstrando interesse em nosso encontro e antes mesmo de me apresentar, ele perguntou se eu era estudante de Psicologia. Logo imaginei que em decorrência da quantidade de entrevistas que eles concederam, a informação de quem eu era pode não ter sido internalizada, já que seria uma a mais a entrevista-los, como algo trivial. Não nego ainda a possibilidade de minha postura no encontro ter sustentado a impressão de que sou estudante da graduação, já que esta fora minha segunda entrevista e posso ter demonstrado certa apreensão, já que realizar as entrevistas no papel de pesquisadora era algo ao qual estava me descobrindo ao diferenciar de um enquadre clínico ao qual tive uma breve experiência desde minha recente formação.

Após alguns minutos as amigas do casal foram embora e ambos se sentaram ao sofá próximo a poltrona em que eu estava. Guilherme ficou junto de nós durante todo o encontro brincando e desenhando.

Apresentei-me para o casal e agradei pelo aceite em participar de minha pesquisa, bem como por me receber em sua casa, sobretudo em um feriado nacional. A princípio expliquei o procedimento da NI e os convidei para dar um desfecho à história como um início de nosso diálogo. O casal aparentou se entusiasmar com a ideia e logo pensei que o olhar de surpresa ao afirmar que era uma história fictícia pode ter mobilizado outras expectativas no casal, já que este seria um enquadre diferente ao qual eles tenham participado em entrevistas anteriores, como se fosse uma nova forma de contar sua experiência com a parentalidade.

Durante a leitura da NI, o casal se entreolhou e riram com a passagem na história em que a personagem Vanessa se queixa pela perda de tempo para si após a chegada do filho; eles aparentaram se divertir com os dilemas dos personagens da NI. Ao final da leitura conjunta, Eduardo e Fábio completaram histórias individuais.

Reproduzo abaixo a NI criada para este estudo, para facilitar a compreensão da continuidade da história proposta pelos participantes.

### **Narrativa da pesquisadora**

*Rafael e Henrique foram visitar as amigas Laura e Vanessa, que tinham acabado de adotar Caio, de cinco anos de idade, e estavam ansiosas para compartilhar essa nova experiência.*

*Rafael e Henrique perceberam que o casal estava ansioso e, enquanto tomavam café, perguntaram:*

*– Como está o Caio? E vocês, como estão se virando?*

*Laura comentou que estava difícil conciliar o cuidado de Caio, o trabalho e a vida social. Além disso, desde que o filho chegou, elas não têm tido tempo para si.*

*Vanessa se queixou das noites mal dormidas, pois Caio tem pesadelos e as chama em seu quarto. Laura compartilhou seu receio de não saber educar um menino. E Vanessa confessou estar perdida quanto a melhor escola para o filho.*

*O casal Rafael e Henrique perceberam o pedido de ajuda das amigas e decidiram compartilhar sua própria experiência como pais.*

*– Sei que não está sendo fácil. Com a gente foi assim...*

### **Narrativa interativa de Eduardo**

*Guilherme chegou quando estava com 4 anos, em seu histórico havia problemas com o ouvido. Num primeiro momento, não trocamos de escola pois era muita mudança na vida dele.*

*Consultamos uma otorrino e ficamos de tudo que ele tinha o tímpano perfurado e porque a lesão era grande e talvez não cicatrizasse cogitou deveríamos aguardar ele completar 8 anos p/ então fazer uma cirurgia.*

*Na convivência diária, fomos aprendendo a ser pais e ele, nosso filho. Erramos, acertamos, alteramos a nossa maneira de tratá-lo. Nossas prioridades mudaram, hoje nossos programas o incluíram e assim deixamos de sair p/ balada.*

*Viajamos p/ locais onde ele podia ir se divertir.*

*A vida ficou mais gostosa, mais prazerosa a partir da paternidade e da vinda do Guilherme para o nosso cotidiano.*

### **Narrativa Interativa Fábio**

*Quando Guilherme chegou, tudo foi muito confuso. As expectativas eram grandes, o psicológico foi parar no calcanhar. Banho, comida, roupa, escola, tudo era uma incógnita. Com o tempo, porém, as coisas foram se ajustando. A rotina familiar, o cotidiano, a vida enfim, foi se adequando ao novo, ao inusitado. Hoje, depois de quatro anos, muita coisa ainda me surpreende. A gente briga muito, mas brinca também. Tanto nós, quanto o Guilherme, fomos nos organizando. Questões que pareciam absurdas, hoje fazem parte da vida. Parece até que ele sempre esteve conosco. E quer saber, acho que todo mundo que se propõe a ter filhos vive essas agonias, independentemente de o filho ser adotado ou biológico, se a família é homo ou heteroafetiva.*

Fábio interrompeu a escrita para contar-me que gosta de narrar e tem o hábito de usar narrativas em seu dia-a-dia. Enquanto escrevia, Eduardo em tom de surpresa pausou a escrita e pensou em voz alta: *“O que estou fazendo aqui?... estou falando do Guilherme...do que está acontecendo com ele agora!”* Logo, Fábio reconheceu que também tinha narrado a própria experiência como desfecho, explicando que é algo que estão vivendo no momento.

Ao abrir para o diálogo, o casal logo iniciou seu relato sobre a chegada de Guilherme em suas vidas. Eduardo começou pelo momento em que percebeu, pela primeira vez, que gostaria de ser pai, mas Fábio logo comentou: *“Aaaai, lá vai você contar essa história pela milésima vez”*. Brincando, afirmei que sempre que recontávamos alguma história ela se tornava diferente. Fábio concordou e permitiu que Eduardo continuasse seu relato.

Em uma viagem à casa de suas amigas, Eduardo foi ao shopping para que as amigas comprassem roupas. Enquanto elas experimentavam, ele se sentou em uma poltrona próxima ao provador e folheou uma revista. Eduardo se interessou por uma reportagem que narrava a história de um casal gay que tinha adotado uma criança e concluiu que também gostaria de ser pai. Ao voltar para

casa, Eduardo comunicou seu desejo para Fábio, que se mostrou resistente à ideia: “*A princípio eu fui na onda de Eduardo*” (Fábio).

Eduardo procurou a Vara da Infância para informar-se a respeito da legislação sobre adoção. Trouxe para casa inúmeros documentos sobre o processo de adoção, guardou-os na gaveta de sua biblioteca e lá ficaram por alguns meses. Certo dia, Fábio perguntou ao companheiro se ele queria de fato adotar e foi então que o casal deu entrada no processo de adoção.

Durante a narrativa, o casal compartilhou as dificuldades vividas no longo processo de adoção, que durou seis anos, fato atribuído pelo casal ao preconceito contra sua orientação sexual já que naquela época a união estável era concedida somente para casais heteroafetivos. O casal foi aconselhado a fazer a adoção em nome de apenas um deles, contornando a homofobia. Como tanto a literatura quanto dados de realidade evidenciam a crença de que um pai solteiro independentemente de sua orientação sexual é mais aceito socialmente do que um casal homoafetivo masculino, aquele seria o caminho mais fácil. Porém, o casal insistiu no direito de adotarem em conjunto e, assim, garantirem direitos e segurança para seu filho.

Os primeiros pareceres do juiz foram negativos até que, seis anos depois, receberam um telefonema da Vara da Infância. Embora o projeto parental fosse algo sonhado por Eduardo, naquele momento ele estava desempregado e chegou a ponderar se seria o momento ideal para adotar uma criança. Fábio tomou a frente e respondeu: “*Ou é agora ou nunca!*”

Já decididos a adotar a criança, foram ao abrigo conhecer Guilherme que estava brincando com outras crianças em uma sala onde era possível ver a criança sem ser visto. Eduardo e Fábio viram Guilherme pela primeira vez. Fábio revelou que foi ali que sentiu pela primeira vez que era isso mesmo que ele queria...ser pai.

A aproximação do casal foi gradual e cuidadosa, sendo que eles primeiro se aproximaram de todas as crianças, para em seguida chegarem a Guilherme. O período de adaptação durou três meses e foi então que eles puderam levá-lo para um dia de passeio, evoluindo para a fase em que Guilherme poderia passar o final de semana com o casal.

Enquanto o casal narrava, Guilherme parou de desenhar e ficou atento ao que conversávamos. Fábio disse ao filho que eles estavam contando a história dele, e após alguns segundos corrigiu: “a nossa história”. O pai perguntou ao filho se ele se lembrava da época em que morava no abrigo e Guilherme respondeu negativamente. Em seguida, perguntou aos pais se ele teve o primeiro, o segundo e o terceiro aniversário. Fiquei pensando o que teria levado Guilherme a considerar o dia em que foi adotado como o início de sua vida. A ausência de fotografias de seus primeiros quatro anos de vida, e o possível sofrimento por viver em um abrigo podem ter fortalecido a ideia de que passou a existir a partir daquele momento. Fábio confirmou minha impressão quando disse que o filho, ao invés de dizer *quando eu era pequeno* para se referir ao seu passado, dizia: “*quando eu tinha quatro anos...*”

A chegada de Guilherme foi conturbada. Na primeira semana, Eduardo e Guilherme ficavam acordados até as cinco da manhã, pois o filho insistia para dormir no quarto do casal, junto aos pais. Eduardo percebe que o filho não gosta de dormir sozinho, mas é algo a que o filho se adaptou. Guilherme se mostrou uma criança confrontadora e resistente às ordens dos pais. Eduardo reconhece que brigou muito com o filho no início, mas também brincavam muito. Seguiram brigando e brincando até encontrar um equilíbrio entre as prioridades de Guilherme e as de seus pais.

Sobre a história pessoal de cada um, Eduardo conta que cresceu em um cortiço em uma cidade grande com seus pais e irmãos e que tinha vergonha de levar seus amigos para casa devido à precariedade da moradia. Fábio cresceu em uma cidade pequena e sempre se sentiu diferente dos irmãos, pois preferia brincar com as meninas. Assumir a própria orientação sexual foi sofrido para Fábio, razão pela qual procurou ajuda profissional na época. Fábio atribui a conquista do respeito familiar ao fato de ter sido o primeiro de seus irmãos a cursar uma faculdade, como se isto compensasse a homossexualidade. Nenhum dos dois teve o pai presente em suas vidas, tendo somente a mãe como referência de cuidado.

O casal se conheceu em uma manifestação social e, em poucas semanas, Eduardo foi morar com Fábio que, na ocasião, dividia seu apartamento com o ex-namorado. Até então, Eduardo morava provisoriamente em uma pensão.

Eduardo e Fábio contam com uma grande rede de apoio, sobretudo de amigos, talvez pelo fato de sua família morar em outro distrito e não se verem com frequência. A psicóloga que acompanhou o processo de adoção do casal tornou-se amiga deles e passou a frequentar a sua casa. A respeito dessa rede de apoio horizontal, Eduardo reconhece que seus amigos ajudam muito, embora estejam conscientes de que ninguém é obrigado a cuidar de Guilherme e que o filho é prioridade em suas vidas.

A esse respeito, Fábio narrou que até mesmo os roteiros das viagens que tanto gostam de fazer foram repensados de modo a incluir o filho. Antes da chegada de Guilherme, Eduardo e Fábio tinham o hábito de viajar para outro estado do país durante o carnaval, o que foi deixado de lado. Eles viajam bastante com o filho e contam com orgulho que ele já andou de avião diversas vezes.

A moradia do casal também passou por adaptações para a chegada de Guilherme. Inicialmente compraram um apartamento com dois quartos. Com a demora do processo de adoção o cômodo reservado para a criança foi transformado em biblioteca do casal até a chegada do filho. Logo compraram uma casa maior, já que o apartamento ficou pequeno e o aluguel do apartamento passou a compor a renda familiar.

Sobre essas adaptações Fábio afirmou que eles são uma família igual a todas as outras e que vivenciam as mesmas dificuldades: *“Não tem a ver com a questão de gênero, e sim com a chegada de uma criança na família”*, arremata Fábio. Já Eduardo discorda pelo fato de serem vítimas de preconceito e da consequente violência. Eduardo relembra Fábio da ocasião em que ele apanhou na rua por ser homossexual, mas também lembraram de situações cuja experiência foi oposta ao preconceito. Fábio trabalha em uma escola há mais de dez anos, onde Guilherme agora estuda e não é vítima de preconceito. Aliás, seus colegas manifestam desejo de serem filhos de Fábio e Eduardo.

O casal mencionou uma situação em que foram parados no supermercado por uma pessoa que os parabenizou pela sua boa ação social ao adotar uma criança de um abrigo. Sobre a escolha do perfil do filho, o casal explica que eles não optaram por recém-nascidos porque um bebê demandaria maiores cuidados e eles teriam que recorrer ainda mais a figuras femininas para os cuidados com a criança.

Já no final do encontro, o casal contou que Guilherme se dá bem com ambos e que para diferenciá-los os chama de pai Eduardo e pai Fábio. Eduardo reconhece Guilherme como seu companheiro levando-o sempre que sai para resolver alguma coisa, como ir ao banco.

A partir da narrativa de Eduardo e Fábio, percebo que enquanto Eduardo tem uma postura mais pragmática preocupando-se com as questões práticas da vida, tais como ir ao banco, receber as amigas na cozinha e refletir sobre a cirurgia que o filho deve se submeter agora que tem oito anos. Fábio mostra-se mais afetivo e ligado a questões subjetivas. É como se Eduardo contasse os fatos e Fábio os interpretasse e falasse sobre os sentimentos ligados a essas vivências, complementando-se como casal.

### 3.2 Casal Laranja

<p><b>Nome:</b> Natália</p> <p><b>Idade:</b> 36 anos</p> <p><b>Escolaridade:</b> Pós-graduação</p>	<p><b>Nome:</b> Bianca</p> <p><b>Idade:</b> 37 anos</p> <p><b>Escolaridade:</b> Superior em andamento</p>
<p><b>Tempo de união:</b> 5 anos</p> <p><b>Filha:</b> Amanda (6 meses)</p> <p><b>Estratégia parental:</b> Fertilização in Vitro (FIV)</p>	

Desde meu primeiro contato, Natália se mostrou receptiva e empolgada para participar de uma pesquisa acerca da homoparentalidade. Chegando para a entrevista, fui informada pelo porteiro do condomínio que o casal não estava em casa. Após um período de espera, liguei para Natália que logo pediu desculpas, dizendo que havia esquecido nosso encontro. Elas estavam a caminho de casa e pediram que eu as esperasse.

Chegaram em poucos minutos. Bianca estava dirigindo e Natália estava no banco de trás com Amanda. Elas se desculparam novamente e explicaram que foram levar Amanda para tomar vacina. Enquanto subíamos ao apartamento, Natália me contou que Amanda tomou uma das vacinas mais doloridas dentre as obrigatórias, sem aparentar dor, e atribui esse fato à homeopatia que dão à filha.

Entrando no apartamento, Natália se desculpou pela bagunça, pois estavam montando a árvore de Natal. Havia enfeites dispersos na sala de jantar. Embora Natália tenha se preocupado com a bagunça, tive a sensação de uma casa viva e acolhedora.

Amanda, que estava dormindo, despertou assim que Bianca a colocou no berço. “*Esse berço tem espinhos*”, disse Natália em tom de brincadeira, já que dificilmente a filha fica em seu quarto. Bianca trouxe Amanda em seu colo e sentou-se ao meu lado no sofá, enquanto Natália sentou-se no chão a nossa frente.

Natália perguntou o porquê de meu interesse pelo tema da homoparentalidade, assim como do que se tratava exatamente minha pesquisa. Apresentei brevemente o objetivo, assim como a relevância de estudar a homoparentalidade dentre as novas configurações familiares, e logo passamos para a NI. A princípio, elas ficaram em dúvida se escreveriam ou ditariam a história; Natália demonstrou interesse em escrever, mas acabaram decidindo completar a história oralmente.

### ***Narrativa Interativa do casal***

*Desde a chegada de Caio, tivemos que nos organizar contando com a ajuda de nossa rede de apoio para conciliar os cuidados com ele e a continuação da nossa vida profissional e acadêmica.*

*Tivemos a sorte de dividir praticamente tudo em relação aos cuidados com a criança...quer dizer Caio.*

*Tentamos passar o maior tempo possível com ele, reestruturamos a nossa rotina em função de estar com ele. Tentamos postergar o máximo a questão da escola, deixá-la o máximo possível dentro de casa.*

*Desde a gestação, a gente estuda muito para entender desde a escolha do parto, tipos de medicina, intro alimentar, tentando respeitar todas as fases de desenvolvimento, o mais próximo possível. Sempre super baseado na fase de apego e na criação de apego.*

*Uma coisa que sempre aprendemos desde a fase da fertilização é que nada fica sob controle, mas a gente tenta.*

*E no fundo, tudo o que um filho precisa é amor. O resto acontece.*

Embora o casal tenha optado por ditar a NI, Natália foi quem mais contribuiu. Ela pedia ajuda a Bianca, esta não falava muito mas trocavam olhares para combinar o que mais poderiam dizer. Natália ditava lentamente para que eu pudesse acompanhar.

Em certo momento, Bianca perguntou quantos anos tinha Caio, o personagem da narrativa, e Natália disse que elas não precisavam falar de Caio

e poderiam falar da Amanda diretamente. Com dúvida, ela solicitou minha opinião e pude perceber que houve um esforço para completar a história mantendo os personagens como protagonistas, possivelmente por imaginar que essa era a minha expectativa. Fiquei muito feliz ao vê-las utilizar a NI para me contar um pouco de sua família e as incentivei dizendo, novamente, que não havia certo ou errado e que elas poderiam completar a história com o que viesse a sua mente.

Finalizada a NI, comentaram que assim como o casal da história, elas também pensaram em adotar uma criança, mas têm receio tanto do histórico familiar da criança quanto de uma futura aproximação da família de origem. Em seu trabalho, Natália tem contato com crianças adotadas, o que parece ter nutrido a crença de que as relações interpessoais dessas crianças são conflituosa. Bianca acrescenta seu temor de que depois de adotar uma criança seus irmãos logo apareceriam. Poderia adotá-los, mas acha complicado.

Por esses motivos, o casal optou pela FIV. A decisão de recorrer a um doador anônimo foi justificada pelo medo de que o doador pudesse interferir na criação/educação de Amanda. Ainda assim, Bianca teme que o doador possa chantagear o laboratório para localizar o paradeiro da família adotiva. Toda essa perseguição me fez lembrar de artigos da minha revisão de literatura que diziam que o casal homoafetivo feminino que opta pelo doador anônimo tem a fantasia de que estão fazendo algo errado e que serão punidas pela interdição do doador. Seria essa a angústia de Bianca? Medo de um terceiro na relação?

Bianca sempre sonhou ser mãe, mas essa não era uma prioridade em sua vida. Desde o início do relacionamento, Bianca conversava com Natália sobre filhos, mas esta não tinha muita pressa.

Elas se conheceram por meio de amigos em comum. Natália nunca havia tido uma relação homoafetiva, mas se aproximou de Bianca de forma quase involuntária. Bianca, que já se reconhecia como homossexual, sentiu a mesma atração. Embora nunca tivesse pensado em se envolver com uma mulher, Natália encontrou em Bianca tudo o que sempre sonhou e que havia pedido a Deus. Sorrindo, Bianca confirmou que amor à primeira vista existe e que Natália só esqueceu de pedir a Deus que essa pessoa fosse homem.

Quinze dias depois de se conhecerem, Bianca visitou Natália e a pediu em casamento. Natália negou o pedido, com a justificativa de que elas não se conheciam o suficiente. Tiraram férias e passaram a morar juntas, período que foi essencial para que se conhecessem mais intimamente. Bianca conclui, brincando: *“passou no teste!”*

Durante toda a entrevista, o amor e carinho que elas tinham uma com a outra chamou a minha atenção; elas pareciam apaixonadas. A dedicação e o cuidado com a filha também foi algo que me comoveu. Natália e Bianca estão juntas há cinco anos e se casaram antes de iniciarem o processo de inseminação. Para Bianca, era importante casar-se para depois ter filho, conforme dita a tradição. Fiquei pensando no quanto esse modelo se assemelha ao padrão heteronormativo. Natália nunca sonhou em se casar e colocar o “nome do marido” (sic), mas como Bianca fazia questão, Natália o fez.

A primeira FIV foi realizada há dois anos. Depois duas outras tentativas foram feitas, porém sem sucesso. Cada fertilização teve um alto custo financeiro, além da compra do sêmen do doador. Na quarta tentativa, fizeram um empréstimo que será quitado quando Amanda completar nove anos.

Apesar das dificuldades financeiras, elas não se arrependem e acham que a filha vale mais que tudo. Elas se prepararam financeiramente para uma única tentativa, mas depois de iniciarem o tratamento e nutrirem a esperança de que seriam mães, elas não conseguiram parar até terem sucesso.

Fiquei sabendo que para cada tentativa da FIV são necessários dois óvulos. Cada uma delas doou um óvulo, tendência essa que pude verificar a posteriori durante minha revisão de literatura. Desse modo, elas ignoram quem é a mãe biológica de Amanda e parecem não se importar com isso. Alguns familiares acham que a filha se assemelha com Bianca e outros com Natália. Imagino que esta seja uma estratégia para viver a maternidade de forma igualitária, sem diferenciação dos direitos por parte da mãe biológica. Também me peguei olhando para a menina em busca de semelhanças com uma das duas mães.

Embora soubesse que estava grávida após o teste positivo, Natália só conseguiu sentir-se grávida no oitavo mês de gestação, apesar dos enjoos e da barriga que crescia. Fiquei me questionando se esta não seria uma forma de se

proteger de mais uma decepção, caso a FIV não desse certo. No oitavo mês de gestação, sua madrinha fez o chá de revelação do sexo da criança, e até então elas não tinham um nome definitivo para a filha. Elas pensavam em Bernardo ou Catarina, mas ao desistir de Catarina ficaram sem opção para nome de menina. A decisão por Amanda veio de última hora, quando sua madrinha solicitou o nome para colocar no bolo do chá de revelação, já que elas não queriam seguir a tendência atual de utilizar a cor rosa para representar a menina e o azul para o menino.

O casal não pretende educar a filha a partir da perspectiva de gênero. Afinal, a união do casal já é uma militância, conforme afirma Natália. O enxoval e o quarto de Amanda foram idealizados para uma criança, independente do gênero. Seu quarto é laranja, razão pela qual adotei esta cor para nomear este casal. Elas já haviam comprado bolas e bonecas e assim continuariam se descobrissem que seria um menino.

Já em relação ao parto, à educação e à dieta alimentar de Amanda, o casal planejou minuciosamente. O casal escolheu o parto domiciliar, mas após três longos dias em trabalho de parto em casa, com fortes contrações, Natália solicitou à sua parteira ajuda no processo para transferência para o hospital, onde ela faria a cesárea. Dentre todas as solicitações do plano de parto, somente duas não foram atendidas: colocar o bebê pele a pele logo após o nascimento e não deixar o ar condicionado muito forte. A primeira foi impossibilitada pela segunda, e a neonatologista apontou que poderia ser prejudicial para o bebê. Contudo, solicitações como não realizar aspiração, não dar banho, entregá-la diretamente para Bianca, foram atendidas. A experiência com a equipe hospitalar foi muito positiva, inclusive no cartório do hospital que aceitou registrar duas mães, quando esperavam uma postura homofóbica apesar dos direitos garantidos por lei.

A respeito do período pós-parto, o casal relatou dificuldades no primeiro mês, quando se recuperavam da decepção de não terem conseguido concretizar o parto domiciliar. Natália envergonha-se por ter solicitado a cesariana e se consola com o testemunho de sua médica de que são poucos os casos de parto

natural em gestações por FIV, pois a placenta fica mais aderida à parede do útero.

Natália admite ser uma pessoa controladora. Ela planejou o mês exato que gostaria que sua filha nascesse, em vista de emendar a licença maternidade com suas férias. Contudo, com a chegada da Amanda, as prioridades mudaram e o casal reconhece que não tem como manter tudo sob controle, principalmente porque agora priorizam as necessidades da filha. Pude perceber o brilho no olhar de ambas quando falavam da mudança em suas prioridades. Natália e Bianca planejam dar à filha o que lhes faltou em suas vidas e pretendem protegê-la de vivências que consideram inadequadas.

Com a chegada de Amanda, Natália entrou em licença maternidade e emendou um mês de férias. Bianca também esteve presente desde o nascimento de sua filha, ausentando-se somente meio período por dia para ir à faculdade e ao estágio.

No que se refere à divisão das tarefas da casa, Bianca sempre foi a que mais colaborou, sobretudo antes do nascimento de Amanda. Natália relata que sempre foi muito bagunceira e que seu quarto, na casa dos pais, sempre tinha roupas jogadas para todos os lados. Bianca, que é organizada, prefere cozinhar, pois *“Natália deixa bagunça sempre que vai para a cozinha”*, relata Bianca em tom descontraído. Bianca brinca que Natália é *“o homem da casa”*.

Após a chegada de Amanda, Natália assumiu mais tarefas, também porque passava a maior parte do tempo em casa. Já o cuidado de Amanda é partilhado de acordo com as preferências e disponibilidade de cada uma das mães. Por exemplo, como Bianca se sente insegura para dar banho Natália assume essa tarefa, dando banho no chuveiro, durante seu próprio banho. Em tom de brincadeira, descrevem esse cuidado alternado como *“uma linha de produção”* pois enquanto uma dá banho, a outra veste a filha e assim por diante.

Amanda demonstra vincular-se igualmente às duas mães, mas estas percebem que Natália tem certa vantagem devido ao aleitamento materno, pois sempre que a menina tem fome procura Natália. No entanto, Natália não parece se aproveitar da situação aprofundando a intimidade com a filha, haja vista que incentivou Bianca a estimular a translação para que também pudesse

amamentar a filha. Natália sente-se aliviada com essa possibilidade e afirma que elas não são iguais aos casais de mães que ficam brigando por quem fica mais tempo com o bebê no colo.

Com relação à educação de Amanda, chegaram a estudar as melhores práticas de educação. Elas decidiram carregar a filha a maior parte do tempo, até porque ela não se acostumou com seu berço, nem em outro local se ficasse sozinha. Desde seu nascimento, Amanda dorme na cama com elas, o que foi mais confortável para Natália a amamentar durante a noite. A filha rola na cama durante a noite e encontra o seio sem precisar acordar.

Além do conforto e praticidade em amamentar na própria cama, Natália explica que tem estudos que argumentam que as crianças nascem com nove meses somente porque não há espaço dentro da barriga, mas que na verdade eles precisam de mais três meses vivendo como se ainda estivessem na barriga da mãe. Elas admitem que para que a filha se acostume ao berço seria necessário deixá-la chorando por um período, mas Bianca não vê sentido nesse procedimento e não se importam em ficar com Amanda no colo. Também se apoiam na ideia de que um dia a filha vai querer descer do colo e andar para todo lado.

Apesar de suas convicções, seus familiares criticam, sobretudo a mãe de Natália que passa com Amanda três horas durante a semana. A avó sente dificuldade para deixar a neta dormir sozinha, pois ela chora o tempo todo e, às vezes, nem seu colo é suficiente, pois sente falta das mães. Outros conflitos familiares foram citados e, em especial, o preconceito contra a orientação homossexual de ambas.

Quando Bianca assumiu sua orientação sexual aos 17 anos, seu pai informou que, a partir daquele momento, ele a ajudaria somente com moradia e comida e que para o restante teria que batalhar. Bianca matriculou-se na faculdade, mas por dificuldade financeira trancou o curso no segundo semestre. Por incentivo de Natália, Bianca retomou o curso. Natália reconhece que fez “papal de mãe” nos primeiros tempos, ajudando a companheira a estudar e fazer os exercícios.

Natália também sofreu preconceito ao assumir seu relacionamento com Bianca. Tendo sua primeira experiência homossexual aos 31 anos, encontrou a rejeição e o distanciamento da família. Natália é a filha mais velha de três irmãos – Karen, dois anos mais nova e Carlos, nove anos mais novo. Natália sente que perdeu sua mãe com o nascimento de Karen, o que a motivou a aproximar-se mais de seu pai, o que permanece até hoje. Até os 18 anos, Natalia e Karen não se relacionavam, até o momento em que Karen engravidou. Contudo, quando apresentou Bianca a sua família, Karen afastou-se e exigiu que se afastasse de suas filhas. Natalia e Bianca tiveram que pedir medida protetiva contra o marido de Karen, devido a tentativas anteriores de atropelamento. A família de Natália imaginou que seu relacionamento homossexual seria passageiro até a chegada de Amanda, que sinalizava a estabilidade do casal.

O processo de fertilização in vitro, bem como a gestação, também não contou com a participação das famílias. Os pais de Bianca não consideravam Amanda sua filha legítima, por “*não ter nascido da barriga*” dela. Além disso, “*não sendo homem para ser pai*”, conforme afirmou seu pai, não haveria lugar para ela nessa relação. Bianca respondeu que é mulher para ser mãe e será. No entanto, a chegada da Amanda se tornou um marco que as alçou à condição de família, tendo, inclusive, aproximado os pais de Bianca e de Natália da nova família.

Antes de nos despedirmos, fui convidada a conhecer o quarto laranja de Amanda e lá ficamos por alguns minutos enquanto o bebê brincava em seu berço com um móvel de bichinhos.

### 3.3 Casal Amarelo

<b>Nome:</b> Luís <b>Idade:</b> 47 anos <b>Escolaridade:</b> Superior completo	<b>Nome:</b> Bruno <b>Idade:</b> 28 anos <b>Escolaridade:</b> Superior completo
<b>Tempo de união:</b> 1 ano e 3 meses <b>Filha:</b> Aline (3 anos) <b>Estratégia parental:</b> Adoção	

Meu primeiro contato foi com Luís, que se mostrou aberto para participar da pesquisa logo ao convidá-lo. Fui recebida por Luís que, um pouco apressado abriu o portão para que eu entrasse, deu-me um aperto de mão e já foi explicando que seus planos não deram certo e eu teria que aguardá-los na sala. Luís foi buscar Aline na escola e Bruno estava tomando banho. “É rapidinho, cinco minutos”, assegurou-me Luís.

A princípio achei essa situação constrangedora, mas depois me senti extremamente à vontade naquela casa. Luís sugeriu que eu os aguardasse no sofá de sua sala. O ambiente era bem decorado, com móveis modernos que davam uma personalidade ao ambiente. A cor amarela se destacava na decoração daquele ambiente, o que me inspirou a chamá-los de casal amarelo.

Na televisão passava um programa que costumava assistir quando era criança. Senti que Luís me deixou em companhia da televisão, que estava ligada em um volume relativamente baixo e proporcionava um clima tranquilo e acolhedor à casa. Aguardei em torno de 15 minutos quando Bruno saiu do banho e me cumprimentou de longe justificando que logo viria falar comigo.

Enquanto estive sozinha pude observar que havia diversos livros adultos sobre a mesa, diversos DVDs na estante da TV, mas nenhum infantil. Entretanto, em um pequeno nicho da estante havia alguns brinquedos que me fizeram lembrar que ali também vivia uma criança, Aline. Depois desse momento procurei outros sinais de Aline, mas a casa era toda organizada com objetos de decoração sofisticados e sofá com tecido claro, o que me levou a pensar em como é que eles o mantinham tão limpo, com uma criança de três anos na casa.

Depois de alguns minutos, Bruno veio todo sorridente me cumprimentar com um abraço; pediu desculpas pelo imprevisto e por não ter me recebido no horário combinado. Sentou-se a uma poltrona próxima ao sofá onde eu estava instalada e então apresentei a mim e à proposta da pesquisa. Até aquele momento nunca tinha conversado com Bruno, pois todas as questões foram resolvidas com Luís por e-mail, por solicitação deste.

Enquanto Luís e Aline não chegavam, Bruno perguntou, curioso, se havia muitos casais como eles – homoafetivos com filhos. Tive a sensação de que carecem de famílias homoparentais em sua rede de contato, que poderiam ser modelos parentais mais próximos de sua realidade. Bruno passou a falar sobre a chegada de Aline em suas vidas, explicando que foi tudo muito rápido: *“em dois meses ela já chegou”*. Antes mesmo de Bruno e Luís se conhecerem, Luís já havia dado entrada no processo de adoção e Bruno foi informado já no início do namoro que a qualquer momento uma criança poderia chegar. Para Bruno isto não era problema e continuaram juntos. Bruno passou a morar com Luís quatro meses depois da chegada de Aline. À época da entrevista ela estava com eles há 11 meses.

Nesse momento, Luís e Aline adentraram pela porta da sala e o assunto se interrompeu. Luís pediu-me desculpas pelo imprevisto e Aline correu ao encontro de Bruno para abraçá-lo. Ele respondeu ao afeto carinhoso da filha levando-a ao colo. Em seguida, Aline veio me cumprimentar com certo receio, abaixei para me aproximar dela, ela me deu um beijo e um abraço e logo correu para seu quarto para pegar uma camiseta com desenhos de borboletas que queria me mostrar. Comentou que eu era a menina loira que estava desenhada na camiseta que estava vestindo, todos riram e Luís a orientou a brincar no quarto, justificando que teríamos uma conversa de adultos.

Luís sentou-se ao meu lado no sofá e ficamos entretidos com Aline que permanecia na sala, demandando nossa atenção. Luís a olhava com reprovação e a repreendia: *“Aline, NÃO, você sabe que você NÃO pode fazer isso”* (sic), enquanto a filha tentava tirar a camiseta.

Assim que foi possível, agradei o casal pelo aceite em participar dessa pesquisa e logo após minhas primeiras palavras, Luís, assim como Bruno, perguntou se havia muitos casais como eles com filhos.

Enquanto conversávamos, Aline ficava no colo de Bruno que se esforçava para dividir sua atenção. Luís também se mostrava atento aos passos de Aline, com um olhar preocupado e repreensivo.

Após retomar o objetivo da pesquisa e explicar o que era a NI, convidei a ambos para completar a história. Preferiram escrever individualmente. Antes de iniciar a escrita, Bruno advertiu: “Eu não sou muito bom com narrativa, precisa ser muito longa?” Ressaltei novamente que não havia certo e errado e que poderiam completá-la da forma como preferissem. Embora tenha aceitado escrever, Luís mostrou-se resistente e então reafirmei que não precisavam se preocupar com a escrita e que se fosse mais confortável para ele, eu poderia escrever enquanto ele ditava. Luís recusou minha oferta e disse que ele mesmo escreveria. Bruno me pareceu estar animado para completar a história e, com um sorriso no rosto, perguntou se poderia começar

### ***Narrativa Interativa de Luís***

*Cada família com filho pequeno viveu uma única situação.*

*No final comentavam que não existe uma forma certa ou errada, ninguém tem a resposta.*

*Rafael e Henrique conseguiram ficar calmos e que tudo vai dar certo. Foram embora falando pra Caio e Vanessa: “Bem-vindos ao mundo dos pais/mães”*

### **Narrativa Interativa de Bruno**

*...No início é sempre algo difícil de lhe dar, afinal é uma criança e pra ser o primeiro faz do inédito a dúvida de como agir em diversos aspectos, mas sempre buscamos agir pelo instinto paterno, dando à criança liberdade para ser quem ela quiser, imaginar, criar, brincar, impondo os limites necessários.*

*Buscamos sempre pensar no bem-estar e na felicidade da nossa filha, é uma experiência única e incrível, um aprendizado de vida. Sigam o instinto materno humano que existe em vocês e não tenham medo de errar.*

Enquanto o casal completava a história, Aline se manteve perto de Bruno que pedia para ela aguardar alguns minutos por sua atenção e que depois ela desenharia. Tive então a ideia, atrasada, de lhe dar folhas de papel e canetas coloridas. Ponderei sobre a possibilidade de que a atmosfera adulta daquela casa tenha tido um impacto emocional sobre mim e minha postura de ignorar a criança e sua necessidade de inclusão na atividade dos pais.

Assim que entreguei papel e canetas para Aline, Luís recomendou: “Se você quer desenhar, vá pegar sua mesinha”. Aline resistiu mostrando que queria desenhar no sofá, mas após insistência do pai, e a contragosto, pegou uma mesa de plástico e juntou-se a nós na sala. Luís permanecia atento à Aline o tempo todo e sempre que ela se aproximava do sofá com as canetas, ele interrompia a narrativa e advertia: “No sofá não, você sabe que aqui não pode”.

Luís finalizou a narrativa em poucos minutos, e entregou-me com certo desapego. Bruno parece ter se apressado depois da troca de olhares com Luís e logo entregou a sua. Então os convidei para conversarmos a respeito da homoparentalidade, a partir da história dos personagens da NI.

Bruno começou falando sobre o quanto a vida deles mudou com a chegada de Aline, razão pela qual considera que ainda estão se adaptando à nova rotina. Luís acha que o início é sempre mais difícil e tem esperança de que no futuro tudo fique mais tranquilo. A família de ambos mora em outra cidade, há um parente de Bruno que mora próximo, mas que veem raramente. Como a

família de Luís ainda não conhece Aline, eles estão programando uma visita para a filha ser apresentada oficialmente à família. A distância dos familiares que poderiam ajudar é uma limitação para sair e fazer programas de adultos. Bruno reconhece as mudanças na relação de casal após a chegada da filha, que agora está em primeiro plano.

Luís acredita que Aline ficará mais independente e pondera sobre ser esta uma fase inicial. Bruno completou dizendo que a filha já faz muitas coisas sozinha, como comer e se vestir. Contudo, Luís se queixa de que a filha tem o hábito de querer escolher as roupas que irá usar, tendo ele que ser firme para que ela o obedeça. Luís atribui a independência precoce de Aline ao fato de ter vindo de um abrigo, e acha importante que ele mostre que naquela casa não é ela quem manda.

Para Luís, Aline não mostrou grandes dificuldades para adaptar-se ao ambiente, mas insiste que precisou ser firme, pois *“ela queria dominar o ambiente. Ela estava me testando”*. Disse ainda que a hora de dormir foi outra adaptação para a filha, pois embora estivesse acostumada a ir para cama em um horário determinado pelo abrigo, ela mostrou resistência a obedecê-lo. Bruno percebe que ela demanda um cuidado na hora de dormir, ocasião em que fica mais carente e sensível. Ainda quanto aos cuidados iniciais, Bruno falou da dificuldade de utilizar o banheiro, pois Aline urinava no corredor da casa. Luís confirma que aquele foi um momento conturbado, pois ela estava na transição para a retirada das fraldas.

Durante o encontro, Aline pegou um dos lápis e começou a pintar seu rosto, como se fosse uma maquiagem, dizia ela. Luís alertou que isso a machucaria e pediu para guardá-lo. A filha insistiu, sentou perto de mim e começou a me maquiar com os lápis coloridos. Luís parecia desconfortável com aquela situação, enquanto Bruno se divertia, como eu. Aline comentou que sua professora faz essas maquiagens e que ela também quer fazer. Luís explica que passam somente um brilho nas unhas quando ela insiste muito.

Quando chegou à casa de Luís, Aline perguntava frequentemente da mãe. Eles foram honestos com a filha e, por sugestão da psicóloga que acompanhava o processo de adoção, diziam-lhe que sua mãe ficou doente e que a deixou no

abrigo para que ela pudesse ser cuidada. O casal explicou à menina que eles a adotaram e que agora são sua família.

A princípio Aline chamava Luís de pai e Bruno de tio, mas com o passar do tempo os dois se tornaram pais e/ou papais. Sempre que pode, Aline conta para outras pessoas que tem dois pais. Certo dia no taxi, assim que o casal e Aline entraram no carro, ela contou ao motorista que ambos eram seus pais. Também na escola, houve uma ocasião em que durante uma briga, Aline disse que ela tinha DOIS pais, enquanto a outra tinha só UM. O casal imagina que Aline sofrerá preconceito por ser filha de um casal homoafetivo, mas creem que ao criá-la consciente de sua realidade será muito importante para que se sinta segura e empoderada de sua situação.

Já passada uma hora ou mais de nosso encontro, Aline aparentava estar cansada e começou a chorar. Luís comentou que a filha estava irritada pois não estava recebendo atenção. Enquanto conversávamos, Aline mexeu em minha bolsa, e Luís solicitou que soltasse imediatamente. Aline resistente comentou que não estragaria nada. Irritada foi para a cozinha e ficou chorando. Em alguns momentos, Bruno foi até lá e deu alguma comida para a filha.

Incomodado com o choro de Aline, Luís comentou que provavelmente isso aconteceria com qualquer casal, fosse ele gay ou não. Imaginou que ela estivesse irritada por não estar recebendo atenção, além de estar com fome. Comentei que talvez estivéssemos prolongando o encontro mais do que era possível para eles, e que poderíamos interromper, caso fosse necessário.

O casal demonstrou interesse em continuar a entrevista. Bruno retornou aos personagens da NI para dar-lhes um conselho: *“Elas deveriam seguir seus instintos. Ser pai muda completamente a vida, mas é uma mudança gostosa”*, disse Bruno. Luís o interrompeu e, em tom de brincadeira, disse: *“Se você perguntasse isso um tempo atrás a resposta seria diferente”*. Mas, logo em seguida, disse que Bruno estava se saindo muito bem como pai, enquanto acariciava o seu joelho, tranquilizando-o.

Quanto ao exercício da parentalidade, Bruno disse que ele e Luís têm formas diferentes de lidar com Aline, e que Luís é mais rígido do que ele imagina

que seja necessário. Luís entende que Bruno dá muita confiança à filha, considerando-o permissivo demais.

Aproveitei uma interrupção vinda da rua e, enquanto Luís foi verificar do que se tratava, apressei-me com a parte burocrática explicando que não queria atrapalhar mais. Expliquei os termos éticos da pesquisa e pedi que assinassem o TCLE e preenchessem o questionário sociodemográfico. Durante o preenchimento do questionário, eles trocaram ideias sobre como completar o sobrenome da filha, que ainda é o mesmo dos pais biológicos, sobre o estado civil e o tempo de relacionamento. Luís comentou que apesar de viverem em união estável, preferiram colocar que são casados. Eles pretendem se casar e fazer uma festa na Itália.

Ainda preenchendo o questionário, Luís lamentou ter iniciado o processo de adoção há três anos, pois como ainda está em aberto Aline não pode ter o sobrenome deles. Como Luís iniciou o processo como uma pessoa solteira, anexou a presença do Bruno como seu companheiro e pai de Aline.

Ao final, agradei pelo aceite em participar de minha pesquisa e por confiar suas histórias de vida a mim. Luís perguntou se essa é uma pesquisa a nível nacional, e comentou que poderia escrever um texto para convidar os integrantes de um grupo de *Facebook* sobre homoparentalidade para participarem de minha pesquisa. Agradei a ajuda, e comentei que se fosse necessário entraria em contato com ele.

Bruno disse que se eu precisasse de mais alguma informação, poderíamos marcar um novo encontro, abraçou-me e despediu-se apressado, pois precisava retirar sua moto da frente da garagem da vizinha. Luís reafirmou que posso procurá-los caso fosse necessário e nos despedimos.

### 3.4 Casal Verde

<b>Nome:</b> Gabriel <b>Idade:</b> 31 anos <b>Escolaridade:</b> Superior em andamento	<b>Nome:</b> Francisco <b>Idade:</b> 46 anos <b>Escolaridade:</b> Nível técnico
<b>Tempo de união:</b> 11 anos <b>Filhos:</b> Vinícius (8 anos) Carlos (6 anos) <b>Estratégia parental:</b> Adoção	

Em uma tarde ensolarada, ao chegar na casa de Gabriel e Francisco, fui recebida por Gabriel e seus cachorros. Fiquei encantada com a quantidade de cachorros; eram mais de dez. Gabriel me acompanhou até a varanda no fundo da casa. Cumprimentei Francisco e seus dois filhos, Vinícius e Carlos. O percurso até o fundo da casa foi uma aventura, já que os cachorros latiam, rosnavam e alguns pulavam em cima de mim para brincar.

Sentado à mesa, estava Vinícius almoçando. Um pouco envergonhada, comentei que estava no horário de almoço e sugeri aguardá-los finalizar a refeição para iniciarmos a entrevista. Gabriel logo explicou que seu filho estava comendo porque jogou sua comida no lixo e, para não apanhar, tinha a opção de comer tanta comida quanto havia jogado fora.

Francisco cumprimentou-me de longe e voltou para dentro, pois estava fazendo outra atividade no momento. No fundo da casa havia muitas plantas, tantas que parecia uma floricultura repleta de orquídeas. Orgulhoso, Gabriel, me mostrou seu orquidário e explicou o nome de algumas das flores, assim como suas espécies e raridade, bem como o valor de algumas delas, que pode chegar a dois mil reais. Em seguida, me mostrou algumas abelhas presas em caixas de madeira, com o propósito de favorecer a polinização de suas plantas. Isso deixou-me um pouco angustiada, tanto pela situação de mantê-las presas e também pelo risco de ser picada; havia muitas soltas no orquidário. Pude

observar também algumas calopsitas e outros pássaros em uma grande gaiola, o que me fez respirar fundo com pena das aves aprisionadas.

Gabriel perguntou-me se eu preferia que conversássemos dentro da casa, respondi que poderia ser onde eles se sentissem mais à vontade. Assim, ele optou por ficarmos na mesa da varanda, supondo que dentro estaria muito abafado. Gabriel e Francisco estavam sem camisa, vestindo shorts, enquanto Vinícius estava de cueca e camiseta e Carlos somente de cueca.

Como só tinha falado com Gabriel, apresentei-me novamente para o casal, agradei sua participação, mas percebi que o casal não parecia se importar com quem eu era ou sobre o que exatamente era a minha pesquisa. Senti um clima de despreocupação, como se eu fosse uma visita que fora à casa deles para conversar sobre o seu cotidiano. Gabriel parecia satisfeito, enquanto Francisco se mostrou mais reservado.

Apresentei a NI para o casal, lemos juntos e eles optaram por ditar uma história conjunta. Ao final da leitura, Gabriel disse que seria difícil completar essa história, já que viveram experiências diferentes. Após um longo suspiro, Gabriel começou a falar sobre a NI. A princípio fiquei confusa e não tinha certeza se era aquilo que deveria anotar. Logo comecei a anotar rapidamente para tentar acompanhá-lo.

Embora eles tenham optado por fazer a história juntos, Francisco não falou praticamente nada, e quando chamado para o diálogo, ele afirmou em voz baixa: *“é isso mesmo que ele está dizendo”*.

### ***Narrativa Interativa do casal***

*A gente conciliou os horários para a escola, trabalho e vida social.*

*Ela adotou somente uma criança, não vejo motivo pela dificuldade.*

*Nós adotamos duas. Quem tem dificuldade ou não está pronta para ser mãe ou não está apta.*

*Colocaram empecilho onde não tem.*

*É um casal que depende de balada por isso estão com dificuldades.*

*Antigamente as famílias tinham mais de dez filhos e não acontecia nada.*

Carlos sentou-se em meu colo e lá permaneceu a maior parte do tempo. Fiquei na dúvida se Gabriel estaria incomodado com a interação de seu filho comigo. Embora estivesse feliz com a aproximação da criança, foi um pouco difícil anotar enquanto o segurava em meu colo. Em um dado momento, percebi que eles estavam falando mais sobre suas vidas em particular, e então interrompi as anotações, já que a proposta não era anotar tudo o que falavam, somente a história. As demais associações seriam registradas mais tarde em uma NT.

A maior parte do tempo, Gabriel teve o lugar da fala. Foi logo contando sobre o processo de adoção, achou rápido e tranquilo. Gabriel acredita que essa rapidez estava associada à adoção tardia e ao fato de solicitarem crianças deficientes. A adoção sempre despertou o interesse do casal, pois assim que passaram a viver juntos, foram ao cartório para colher informações sobre o processo de adoção. Pelo seu entusiasmo, senti que este era um desejo de Gabriel que pode ter se tornado o plano do casal, em um segundo momento. Em 2011, o casal oficializou a união no cartório, assim que foi legalizado o casamento homoafetivo no Brasil. Gabriel pegou sua certidão de casamento em sua carteira e mostrou-me todo orgulhoso.

A adoção foi iniciada após alguns anos e demorou cinco meses para a chegada de Vinícius, que na época tinha quatro anos. Após dois anos eles realizaram a adoção de Carlos. Gabriel afirma não ter havido dificuldades por serem homossexuais, referindo-se à possibilidade de preconceito. além da opção por crianças com deficiência. Vinícius tem síndrome do alcoolismo fetal e Carlos é autista.

Perguntei sobre o perfil escolhido e Gabriel comentou que “*existem muitas crianças bonitas, brancas, de olhos claros e cabelo bom*” (sic), enquanto as outras crianças envelhecem nos abrigos e não são adotadas. Após inúmeras referências à diferença entre o perfil da criança ideal e o perfil que eles solicitaram, fiquei angustiada com o fato das crianças estarem ali presentes e prestando atenção na conversa.

Assim que foi possível, o casal mudou o nome do primeiro filho adotado para Vinícius, aparentemente sem dificuldades nesse processo. Gabriel disse que Vinícius evoluiu muito desde que fora adotado, pois no abrigo o menino não

andava e nem falava, conforme o próprio Vinícius declarou. Logo Gabriel o interrompeu e pediu para o filho ficar quieto enquanto conversávamos.

Enquanto estava no abrigo, Vinícius frequentava uma escola especial. Ao chegar na família, o casal o matriculou na APAE de sua cidade e lá finalizou o tratamento sugerido pelos profissionais. Hoje, Vinícius frequenta uma escola regular, assim como Carlos. Carlos também frequentava uma escola especial enquanto estava no abrigo, e o casal também o matriculou na APAE. Contudo, Carlos não frequentou a escola por muito tempo, quando o casal foi aconselhado a levá-lo à escola três dias por semana em período integral, além dos outros dias em horário regular. Este aumento da carga horária foi justificado pela necessidade do tratamento de Carlos, que seria atendido por psicólogos, fonoaudiólogos e mais algum profissional que o casal não recordava. Gabriel afirmou que não tinha como o levar à escola dessa forma e acabaram decidindo tratá-lo em casa. Além do mais, o casal não percebeu qualquer mudança positiva no desenvolvimento do filho.

Questionei sobre a procura por algum serviço público e Gabriel disse que já perdeu as esperanças de encontrar o que precisa no serviço público. Irritado, afirmou que não conseguiu benefícios públicos por conta dos filhos deficientes e o único benefício recebido foi um cartão que lhe permite viajar com Carlos de ônibus e trem por todo o Brasil, sem custo algum.

A respeito da rotina do casal, Gabriel relatou não terem tido problemas para adequar sua rotina após a chegada dos meninos. Tanto Vinícius como Carlos obedecem aos pais e dormem no horário predeterminado por eles: *“Chega a hora de dormir, eles dormem rapidinho”*, afirma Gabriel ao explicar que se não dormirem eles apanham. Esse autoritarismo com os filhos me deixou um pouco angustiada, sobretudo por Carlos ser autista e ainda ter que lidar com um ambiente familiar hostil.

Carlos começou a se inquietar e Gabriel o carregou no colo para que ele pudesse dormir. Contudo, a criança se mexia muito, mostrando que queria se levantar. Quando o filho resistia, Gabriel o ameaçava com uma cinta: *“Vai dormir no seu quarto, se eu for lá e você estiver acordado, você vai apanhar”*. Carlos

chorava e Francisco pediu para o companheiro soltá-lo, mas Gabriel não o fez, pois dizia que o filho faria bagunça.

Foi extremamente difícil manter a postura de pesquisadora diante de uma cena de abuso tão explícita a uma criança que precisava de um colo afetuoso e acolhedor e encontrou apenas um pai distante de suas necessidades afetivas.

Após alguns minutos, Gabriel soltou o menino que, desesperado, correu em direção ao colo de Francisco pedindo proteção. O pai respondeu afetuosamente ao pedido do filho e o abraçou amorosamente. Ao ver a cena, Gabriel contou-me que ele é o *“pai chato”*, e que se incomoda pelas crianças sempre procurarem Francisco para se proteger.

Um pouco aflita com a situação que acabara de vivenciar, perguntei ao casal como foi o relacionamento com seus próprios pais. Gabriel tomou a palavra e disse que morou com seus pais até os nove anos de idade com mais quatro irmãos, sendo ele o segundo filho. Seu pai era bastante agressivo e tinha o hábito de bater em seus irmãos, mas como ele *“não é de baixar a cabeça”* (sic) sempre enfrentava seu pai, até o dia em que acabou sendo expulso de casa. Além disso, a orientação sexual de Gabriel já era um problema para sua família, contribuindo para seu afastamento do lar.

Ao ser expulso de casa, aos nove anos de idade, Gabriel foi morar na rua até que sua avó descobriu sua condição e o chamou para morar com ela. Gabriel morou com a avó por um período, mas após alguns anos foi *“tocar minha vida”* (sic). Gabriel nunca mais viu sua família de origem, mas tem contato por internet com alguns de seus irmãos. Sua família mora em um estado distante.

Ao dirigir minha atenção para Francisco, ele pouco falou sendo logo interrompido por Gabriel que contou que a mãe de Francisco já os tinha visitado duas vezes, além de já terem passado o Natal juntos. Francisco tem uma relação próxima com sua mãe e irmãos, mas não fez qualquer referência a seu pai. A família de origem de Francisco é de outro estado do país, tendo ele mudado para o estado de São Paulo ao conseguir um emprego. Francisco não relatou ter sido vítima de preconceito familiar por ser homossexual.

Ainda em relação à homofobia, eles narraram que um funcionário da escola queria impedi-los de matricular seu filho, por ter pais homossexuais.

Porém, ao falar com a diretora, eles o matricularam com a garantia de que esse tipo de preconceito não ocorreria novamente, embora recebam olhares repreensivos quando levam o filho à escola. Também em um supermercado, o casal foi vítima do preconceito, quando o atendente se recusou a atendê-los. Incomodado com a situação, Gabriel entrou em contato com o gerente do supermercado, que por sinal era seu conhecido e demitiu o atendente.

Enquanto conversávamos, uma chuva leve começou a cair e Gabriel mandou Francisco recolher as roupas do varal. Este obedeceu prontamente. Fiquei pensando o quanto essa família me lembrava a tradicional família nuclear, havendo uma certa hierarquização de papéis, porém não associados à relação entre gêneros. Haveria um compartilhamento de tarefas domésticas, ou Francisco ficava com a maior parte das tarefas que antes eram consideradas maternas? Ou sou eu tentando identificar o pai e a mãe em cada um deles?

Enquanto Francisco recolhia as roupas do varal, Gabriel descreveu as dificuldades enfrentadas no ambiente de trabalho quando Vinícius chegou. Ele tentou tirar a licença maternidade, mas seus chefes foram resistentes argumentando que Gabriel não tinha vagina para tirar licença maternidade. Para garantir os seus direitos, Gabriel manteve os e-mails salvos e está atualmente processando a empresa. Ainda que tenha havido conflitos, a supervisora de Gabriel o autorizou a retirar a licença maternidade, embora em seu holerite constasse que estava trabalhando. Terminada a licença, Gabriel e a supervisora foram demitidos. Apesar de ter gozado a licença, Gabriel decidiu processar a empresa por homofobia e demissão sem justa causa.

Ao final da entrevista, perguntei se tinham mais alguma coisa que gostariam de falar. Gabriel retomou a história da NI e disse que esse casal da história talvez gostasse de ir a baladas e por isso tenha sido tão difícil conciliar o trabalho, a vida social e os filhos. Concluiu que as personagens não estavam prontas para serem mães naquele momento de suas vidas e, por isso, reclamavam tanto. Gabriel acrescentou que como ele e Francisco não acham que o sofrimento das personagens da história seja legítimo, pois estavam adotando somente uma criança, além de não ser deficiente (sic).

Ao final, agradei novamente por me confiarem suas histórias de vida e lemos juntos o TCLE, assim como o questionário sociodemográfico. Nos despedimos e fui embora.

### 3.5 Casal Azul

<b>Nome:</b> Larissa <b>Idade:</b> 35 anos <b>Escolaridade:</b> Superior completo	<b>Nome:</b> Giovana <b>Idade:</b> 34 anos <b>Escolaridade:</b> Superior completo
<b>Tempo de união:</b> 3 anos e meio <b>Filho:</b> Marcelo (1 ano) <b>Estratégia parental:</b> Fertilização in Vitro (FIV)	

Larissa, muito simpática, se mostrou receptiva desde nosso primeiro contato por telefone, quando concordou em participar da pesquisa assegurando que também não seria um problema para sua companheira Giovana. O encontro ocorreu na residência do casal, em uma quarta feira ensolarada, quando fui recebida por Giovana de forma despreocupada. No quintal, Paçoca, a cachorrinha da família, recebeu-me de forma carinhosa quando abaixei para lhe dar atenção. Devido à semelhança, assim que vi Paçoca me lembrei de minha cachorrinha Debbie que, após 22 anos de convivência, tinha morrido recentemente. Paçoca ficou me rodeando na maior parte do encontro, o que eu adorei.

Giovana organizou a sala que estava coberta de brinquedos de Marcelo e me convidou para sentar à mesa da sala de jantar enquanto finalizava a organização. Me senti muito à vontade com o casal, como se eu fosse uma velha conhecida da família visitando-os. Após alguns instantes, Larissa apareceu com Marcelo no colo. Marcelo é uma criança alegre, sorridente e simpática e, em poucos minutos, já estava em meu colo, o que causou-me um certo desconforto e preocupação em segurá-lo de forma segura, já que ele era bastante agitado.

Larissa e Giovana sentaram-se à mesa comigo, mantendo-se atentas aos passos de Marcelo. Expliquei o objetivo da pesquisa e apresentei a NI como um recurso mediador para iniciar nosso diálogo. Segundos antes de iniciar a leitura, Larissa, que estava com Marcelo no colo, explicou ao menino que ia ler uma história e pediu para que ele aguardasse um minuto para voltar a ter sua atenção.

Marcelo compreendeu o pedido da mãe, parou de demandar sua atenção e brincou tranquilo por um tempo sozinho.

Li a NI em voz alta e Larissa e Giovana se mostraram atentas e envolvidas com os dramas das personagens Laura e Vanessa em suas primeiras experiências com a parentalidade. Giovana assumiu que se identificava com o casal que pede ajuda por não saber o que fazer diante da situação. Ao final da leitura conjunta da NI, Larissa e Giovana completaram histórias individuais.

### ***Narrativa Interativa de Larissa***

*Achávamos que estávamos prontas e que sabíamos como seria. A verdade é que somos mães perfeitas só até o dia em que temos um filho.*

*Quando decidimos ter um filho sabíamos o que precisaríamos, os gastos e cuidados, mas só a vivência diária que nos ensina de fato o melhor caminho. Tudo é muito individual, as experiências das amigas podem nos nortear, mas não ser regras para nossa casa.*

*Perdemos noites de sono, disposição física, tempo com amigos, programas, mas na verdade só ganhamos.*

*Essa é a melhor e maior experiência que estamos vivendo. A casa não fica mais limpa, nem as coisas no lugar, não fazemos mais unha, cabelo, mas o sorriso dele preenche todas as lacunas e sempre transborda amor.*

*Sabemos que a dedicação é intensa nesse momento, é que nós agora na verdade somos Ele, mas tudo isso é passageiro, ele vai crescer. Vamos voltar a ter nossos momentos e estamos felizes assim.*

*A única certeza que trago agora é que fizemos a melhor escolha de nossas vidas. E não importa como será, importa mesmo o que é.*

### **Narrativa Interativa Giovana**

*Nosso menino chegou pequeno, apesar da diferença de idade dos nossos filhos, estamos tentando inserir ele na sociedade e no meio em que vivemos.*

*O mais importante é manter a calma e, dentro de todos os obstáculos que vão surgindo no caminho, encontrar um ponto de equilíbrio.*

*Após o período de adaptação, as “coisas” vão voltando ao seu estado natural (normalmente dentro daquilo que se pode fazer).*

*Nossos filhos precisam se sentir amados, protegidos e queridos, procuramos fazer isso a cada dia, sem sofrimentos ou angústias.*

*Assim como vamos inserindo ele na sociedade, também começamos a voltar a fazer coisas que antes fazíamos. Preocupações e medos são normais, porém precisamos fazer da maneira como julgamos ser correta e acreditar que com amor tudo será superado.*

*É importante conhecer bem o “meio” que nossos pequenos serão inseridos e mostrar para eles que o amor e o respeito vêm acima de tudo.*

Larissa foi a primeira a finalizar a NI e logo levantou para pegar Marcelo, que estava brincando no chão da sala. Assim que Giovana finalizou, as convidei para conversarmos sobre suas impressões acerca da NI. Nesse momento, elas perceberam que Marcelo havia feito cocô e ficaram alguns segundos para decidir quais das duas o trocaria. Embora ambas tenham demonstrado que gostariam de fazê-lo, foi Larissa que se levantou. Enquanto isso, Giovana iniciou sua narrativa sobre o processo de Fertilização in Vitro (FIV), com doador anônimo, para concretizar a maternidade.

O casal comentou sobre a “cor da pele de Marcelo” (sic) e as dificuldades decorrentes. Como Giovana é branca e Larissa é negra, as pessoas questionam se Marcelo, uma criança branca, loira e de olhos azuis poderia ser filho de Larissa. Como Larissa seria a mãe biológica de Marcelo, ambas decidiram escolher características fenotípicas dos doadores que se assemelhassem às de Giovana e sua família, para que a criança fosse parecida com Larissa e Giovana,

já que esta não teria o vínculo biológico. Imaginei que a busca pela semelhança física poderia ser uma compensação para a ausência de vínculo biológico entre Giovana e o filho, ou uma forma do casal viver imaginativamente a concepção daquela criança como resultado biológico de sua união.

O processo de FIV foi realizado em uma clínica especializada e as participantes explicaram que o acesso aos doadores brancos tem um custo maior que os doadores negros, sendo usualmente o dobro. Porém, o fato de Marcelo ter “nascido tão branco” (sic) foi uma surpresa para o casal, que não esperava tamanha semelhança com as características que solicitaram para a clínica.

Ao retornar à sala, com Marcelo, Larissa comenta sobre o preconceito associado à cor da pele. Quando sai com o filho, as pessoas brincam com o menino e dizem o quanto ele é lindo, mas não acreditam que Larissa seja a mãe. E quando saem os três, as pessoas tendem a supor que o filho seja de Giovana, que também é branca. Confesso que também tive essa impressão antes de começarmos a entrevista.

A escolha de quem seria a mãe biológica parece ter sido fácil, já que ambas queriam ter filhos, mas Giovana não fazia questão de gestar a criança, enquanto Larissa desejava muito, movida pela crença de que a maternidade só seria vivida em sua plenitude se fosse biológica. Larissa afirmou que queria ver sua barriga crescer sabendo que dentro dela havia outra vida.

O processo para concretização da maternidade durou dois anos e foi marcado por intercorrências, desgaste emocional e prejuízo financeiro. Devido a um distúrbio hormonal decorrente de ovário policístico, Larissa realizou um tratamento de alguns meses antes de iniciar a transferência do óvulo fecundado, aumentando suas chances de engravidar. Como primeira tentativa, elas realizaram a inseminação artificial e, devido ao insucesso, partiram para a FIV.

Larissa conta que, após a primeira tentativa frustrada, viu uma mulher com filhos pedindo dinheiro na rua e sentiu raiva de Deus, sentindo-se injustiçada por Ele ter dado um filho para aquela mulher e não para ela. Também se questionou sobre a existência de Deus. Depois se sentiu mal por ter se revoltado diante das

dificuldades e atribuído a culpa a Deus, mas acaba concluindo que não se pode negar o direito de ser mãe a uma mulher.

Já com certo brilho no olhar, Larissa relata que, alguns meses depois, outros dois óvulos fecundados foram implantados com sucesso. Porém, um dia antes de realizar o primeiro ultrassom, ela teve um sangramento e foi para o hospital. O médico anotou em sua ficha que era início de aborto espontâneo, notícia que a deixou angustiada. Foi encaminhada para o exame de ultrassom, e quando o médico questionou o porquê do choro, ela explicou que estava com medo. O médico afirmou que não havia razão para isso e logo mostrou o batimento cardíaco de seu filho. Nesse momento, também fiquei emocionada e nossos olhos encheram de lágrimas.

Na 11ª semana de gestação, Larissa realizou o segundo ultrassom, mas desta vez Giovana não pode acompanhá-la. Contudo, sua ausência foi sentida com muito pesar, sobretudo diante da notícia do médico de que ela estava gestando um menino. Ao ouvi-lo, Larissa perguntou se ele achava que era um menino e logo o médico retrucou: *“Não, eu tenho certeza, é um menino”*.

O mundo de Larissa “desabou” (sic) com essa notícia, já que sonhava ser mãe de uma menina. Giovana confirmou que Larissa sempre disse que estava gestando uma menina. Larissa a interrompeu dizendo que queria muito que fosse, não que sentia, acrescentando que quem sentia era sua mãe.

Nesse dia em que Larissa descobriu que seu filho era um menino, ficou desorientada e, mesmo conhecendo o caminho de casa, não conseguia chegar. Ligou para sua mãe, que disse: *“Menino? Vai se foder, eu já tenho quatro meninos!”*, referindo-se aos quatro netos. Larissa concluiu que ela não tinha nenhum e que foi a partir desse momento que percebeu que o sexo de seu filho não tinha a menor importância, já que ela não tinha filho algum.

Durante a gestação, Larissa precisou ficar em repouso absoluto até a 15ª semana, em função do descolamento de 40% da placenta. Após esse período crítico, o médico disse a ambas que o sangramento ocorrido no dia do primeiro ultrassom foi motivado pelo aborto de um dos fetos, já que sua gestação era gemelar. O médico preferiu ocultar esse fato, pois achou que poderia atrapalhar o desenvolvimento do outro feto. Larissa interpretou essa atitude do médico

como um gesto de cuidado e reconhece que não teria conseguido lidar com a verdade naquele momento.

Assim que Larissa terminou de falar sobre esse episódio, Giovana, que brincava com Marcelo no chão da sala, disse ao menino que seu irmãozinho se foi para que ele pudesse crescer mais forte e saudável. Entretanto, a felicidade criada em torno do nascimento de Marcelo foi interrompida por uma intercorrência no parto: o bebê sofreu uma paralisia cerebral, tendo como seqüela o comprometimento motor em um dos lados do corpo. Esta notícia foi uma surpresa para mim, que já estava na casa delas há aproximadamente uma hora e não havia notado nada no sorridente e inquieto Marcelo. Feliz e brincalhão, ele ensaiava seus primeiros passos por toda a casa.

Com o nascimento de Marcelo, Larissa desfrutou a licença-maternidade por sete meses, enquanto Giovana só obteve 15 dias em sua empresa. Giovana decidiu não lutar judicialmente pela licença maternidade, para não entrar em conflito no trabalho. Apesar disso, Giovana acompanhou de perto os primeiros meses de Marcelo, devido a um procedimento cirúrgico que lhe rendeu uma licença médica.

Marcelo tem o registro de ambas como mães em sua certidão de nascimento e o casal não enfrentou dificuldades para a realização do registro, nem quando concretizaram a união estável.

No que se refere a preconceito contra a homoparentalidade, ambas manifestaram receio de que Marcelo venha a sofrer *bullying* por ser filho de mães lésbicas: “*hoje em dia, tudo é bullying*”, conforme Giovana. Larissa declara sua preocupação de que Marcelo venha a se importar com as opiniões de outras pessoas e, conseqüentemente, sinta vergonha por ter duas mães.

Com relação à educação, o casal se preocupa com a superproteção que Marcelo recebe da família extensa e venha a crescer sem limites, pois na família de Giovana ele é a única criança e, na família de Larissa, Marcelo é tratado de forma diferenciada por ser branco. Por essa razão, a mãe de Larissa costuma favorecê-lo com os melhores presentes, em comparação aos outros netos, o que afeta os sobrinhos de Larissa que se sentem inferiores. Larissa exemplifica com uma situação em que elogiou a inteligência de um dos sobrinhos afirmando que

gostaria que Marcelo fosse tão inteligente quanto o sobrinho, ao que o menino retrucou: *“Marcelo vai ser mais inteligente porque é branco”* (sic).

O neurologista que acompanha Marcelo também recomendou a Larissa e Giovana que imponham limites ao filho. Desde o nascimento da criança, elas se revezam durante as noites, enquanto uma delas dorme com a criança na cama do casal, a outra dorme no sofá da sala. O casal justifica este hábito pela facilidade para amamentar, durante a noite, na própria cama.

Enquanto Larissa e Giovana falavam sobre a orientação do neurologista, senti que elas não haviam pensado de fato sobre essa questão. Como a consulta ocorreu no dia anterior ao encontro, a ideia dos limites parecia estar ainda em processo de elaboração. Larissa começa a refletir sobre o assunto, quando imagina que Marcelo logo perceberá que é o único homem da casa e, para que não venha a transgredir todas as leis, ele vai precisar de limites.

Quanto à rotina da família, elas percebem que, desde a chegada de Marcelo, a casa está sempre bagunçada. Para garantir a segurança de Marcelo, Larissa e Giovana amarraram todas as portas dos armários com fraldas para evitar que ele abra as portas e se machuque. O casal também observa que não tem mais tempo para si, nem para sair, justificando que a maternidade demanda dedicação exclusiva. As tarefas domésticas e o cuidado de Marcelo são realizados de acordo com a disponibilidade e aptidão de cada uma.

Quanto à educação de Marcelo, Larissa manifestou o desejo de matricular seu filho em uma escola religiosa tradicional, na cidade onde seus irmãos estudaram, mas reconhece, e lamenta, a impossibilidade, dada a configuração homoparental de sua família que poderia ser alvo de preconceito. Percebi que, embora esse assunto traga desconforto, Larissa evita questionar-se, já que não tem uma solução imediata. Ela argumenta que não deve se preocupar antecipadamente, já que tem tantas outras prioridades no presente.

Larissa recorda que sempre teve a certeza de que seria mãe, independente das opiniões de amigos e familiares. O casal evitou compartilhar com a família o projeto parental, para evitar comentários preconceituosos, já que estavam decididas a seguir em frente.

Outro conflito apontado se refere à demanda social pelo paradeiro do pai de Marcelo, sobretudo quando este está em companhia de Larissa, de cujas características físicas se diferencia. Larissa e Giovana preferem pensar que Marcelo não tem pai, e sim duas mães, mas ponderam que algumas pessoas parecem não levar a sério esse arranjo familiar.

Ao ouvir o relato do casal, pude perceber que compartilho sua opinião de que Marcelo não passaria despercebido em lugares públicos, já que atende ao atual padrão de beleza infantil, expresso em campanhas publicitárias pela predominância de crianças brancas, loiras e de olhos claros. Ainda com relação à aparência de Marcelo, Giovana se contrapõe ao desejo de Larissa ter um segundo filho: *“imagina se nasce feio”*. Giovana explica que seu receio é amar um filho mais que o outro, situação que prefere evitar. Ao longo do encontro, compreendo o ponto de vista de Giovana ao relatar como sempre se sentiu rejeitada pela sua mãe.

Giovana é a quarta filha de oito irmãos, sendo sete por parte de pai e um de seu pai e mãe. Giovana relata que seu irmão mais novo sempre foi o favorito da mãe. Com muita dor, conta que sua mãe só passou a vê-la de outro modo quando seu irmão se casou e quando seu pai e a cachorra da família morreram. Em busca da figura materna ainda não conquistada, Giovana se mudou para a casa de uma idosa que a empregou em uma loja. Esta senhora não mantinha uma relação saudável com seus filhos e passou a tratar Giovana como uma filha. Giovana explicou que esta senhora gostava mais dela do que de seus próprios filhos e que, em decorrência de conflitos entre Giovana e os filhos da idosa, precisou abandonar o trabalho e mudar de casa. Giovana ainda mantém contato telefônico com essa senhora, porém sempre mediado por um dos filhos.

Larissa é a filha mais velha de três irmãos, sendo dois homens. Trabalhou desde os 16 anos de idade. Seu pai morreu quando ela tinha quatro dias de vida: *“Daí minha mãe se viu com um marido morto e com uma criança a tiracolo”*. Ela morou com a mãe até os 15 anos, momento que esta decidiu se mudar para outra cidade, enquanto Larissa e seu irmão caçula decidiram ficar na cidade de origem. Larissa cuidou de seus irmãos a vida toda, pois sua mãe estava sempre à procura de emprego e não tinham uma vida financeira estável. Seus irmãos

não são do mesmo pai e seu padrasto “*foi comprar algo na padaria e nunca mais voltou*”, abandonando a família.

Após cinco anos, a mãe de Larissa voltou para sua cidade, mas Larissa preferiu se mudar, acompanhada de seu irmão, para outra casa. Além das dificuldades de convivência com a mãe, a orientação sexual de Larissa também motivou um maior distanciamento da mãe. Atualmente, a chegada de Marcelo parece ter reaproximado sua família.

Ao final do encontro, Larissa refere o sofrimento causado pela homofobia, motivo pelo qual preferem ser discretas quanto a sua orientação sexual, evitando beijar-se e andar de mãos dadas na rua. Larissa argumenta que mesmo um casal heterossexual deve evitar essas situações.

Antes de encerrar o encontro, Larissa e Giovana fizeram mais algumas perguntas a respeito da pesquisa, bem como se disponibilizaram a indicar outras famílias homoparentais, caso eu necessitasse mais participantes. Quando agradei a disponibilidade de participarem da pesquisa me recebendo em sua casa, Larissa e Giovana me convidaram para voltar caso precisasse de mais alguma coisa.

### 3.6 Casal Roxo

<b>Nome:</b> Débora <b>Idade:</b> 38 anos <b>Escolaridade:</b> Ensino médio	<b>Nome:</b> Lia <b>Idade:</b> 44 anos <b>Escolaridade:</b> Superior completo
<b>Tempo de união:</b> 3 anos e meio <b>Filhos:</b> Diego (27 anos) Júlia (15 anos) Lorenzo (11 anos) Samuel (8 anos) Jéssica (4 anos) <b>Estratégia parental:</b> Biológico de casamento anterior e adoção	

Meu contato inicial foi com Débora, ocasião em que manifestou seu interesse em participar desta pesquisa. Realizei contato por telefone e marquei o encontro em sua residência, no dia que fosse possível para ela e sua companheira, Lia.

Ao chegar, fui recebida pelo casal e por Mila, uma cachorrinha simpática que insistentemente pedia carinho. Abaixei-me e deixei que me cheirasse e durante todo o encontro ela ficou em meu colo dormindo e pedindo carinho.

Logo fui apresentada à Jéssica, a filha de 4 anos, que convidou-me para conhecer seu quarto, antes que eu tivesse tempo para cumprimentar o restante da família. Débora brincou dizendo que se seu quarto estivesse bagunçado ela passaria vergonha. Guiada por suas mãozinhas, fui para o segundo andar da casa. Lia subiu conosco. Jessica dorme no mesmo quarto que Júlia, a irmã mais velha de 15 anos. As paredes do quarto são cor de rosa, assim como o jogo de cama e todos os brinquedos, que pareciam novos. Jéssica abriu todas as suas gavetas de roupas, explicando o que tinha dentro de cada uma delas: blusas, shorts, calcinhas e meias. Mostrou-me também seus brinquedos. Lorenzo, de 11 anos, também me convidou para conhecer o seu quarto e me mostrou seu guarda-roupa, explicando que este era compartilhado com Samuel, de 8 anos.

Em seguida, Jéssica puxou-me pela mão para que eu conhecesse o quarto de suas mães. Ela parecia entusiasmada com cada detalhe da casa. Mostrou-me o lustre que fica no corredor, sua toalha no banheiro suíte de suas mães, assim como seus sapatos.

Ao descer, Lia e Débora me apresentaram para o restante dos filhos e pediram que fossem brincar na cozinha para conversarmos. Lia explicou-me brevemente a configuração familiar: Júlia, Lorenzo e Jéssica são filhos adotivos que chegaram três dias antes do nosso encontro. Eles são irmãos biológicos entre si. Samuel é filho biológico de Débora. Lia também tem um filho biológico de seu casamento anterior, Diego, que não mora com o casal.

Após apresentar-me e explicar o procedimento da NI, elas a completaram, enquanto Jéssica, ainda com a gente, brincava com um alfabeto de letras de PVC. A cada letra aleatória ela repetia: “*Jéssica, Jéssica, Jéssica*”.

### ***Narrativa Interativa de Débora***

*Já tínhamos o Samuel, de 8 anos e decidimos realizar um sonho antigo de adoção. Encontramos 3 irmãos com idade entre 3 e 14 anos e decidimos que eram nossos filhos. Entramos em contato com a Comarca responsável, ainda não tínhamos finalizado o processo de habilitação, mas tudo deu certo. Hoje temos um lindo quarteto em casa. A adaptação está correndo bem, os únicos tropeços ainda são com a caçula, que apresenta comportamento típico da idade, além de traços de personalidade forte. Achamos que estamos fazendo um bom trabalho em família e obtendo ótimos resultados. Sensação de família completa e sonho realizado.*

### **Narrativa Interativa Lia**

*Organizamos nossa rotina antes da chegada das crianças, para que os contratempos não nos surpreendessem. Mesmo com o Caio em casa, tentem se organizar de forma saudável para todos. Criar meninos não é tão diferente de meninas, eles apenas são mais ativos. Tentem colocar ele em alguma atividade esportiva, pode ajudar com seu sono. Em relação aos pesadelos, essa fase vai passar, na medida que ele sentiu que pode confiar e contar com vocês, assim que se sentir seguro.*

*Na escolha da escola, acredito ser fundamental optar por uma escola mais humana e que tenha habilidade com a diversidade familiar e casos de adoção, pois o Caio precisará desse apoio diferenciado.*

*E tenham calma. O amor tudo cura. Com disponibilidade para o amor e o vínculo, vocês irão conseguir! É trabalhoso, mas prazeroso e vai encher as vidas de vocês com muita alegria!*

Após completarem a história e convidadas a falar sobre o assunto, o casal relatou que foi fácil completar a NI, pois elas estão vivendo algo parecido. Lia falou sobre a ideia que as pessoas têm da adoção como algo perfeito, imaginando que assim que as crianças chegam em casa começa o “*Felizes para sempre*”. Em seu entender, as personagens da história estariam vivendo a fase de adaptação, assim como elas cujas crianças chegaram há três dias. Apesar disso, estão surpresas com a tranquilidade do processo, já que tinham sido alertadas sobre casos difíceis no caso de adoção tardia. Estão muito felizes agora com família está completa.

Embora Débora e Lia afirmem que a adaptação está sendo melhor do que imaginavam, tive a sensação de que elas desconsideram que tudo esteja apenas começando, e que muitas dificuldades poderão ocorrer mais para frente, já que as crianças estão com elas há menos de uma semana.

Débora e Lia sempre tiveram o sonho de adotar uma menina. Alguns meses antes da entrevista elas decidiram realizar esse sonho dando entrada no processo de adoção. Embora quisessem adotar uma menina, seus planos foram

se modificando. Certo dia, Débora viu uma publicação, em um grupo de famílias homoafetivas de uma rede social, sobre três irmãos que estavam disponíveis para adoção. Eles já haviam sido retirados da família há um ano e estavam prestes a serem separados, pela Justiça, podendo ser adotados separadamente. Ao ver essa publicação, Débora sentiu que aqueles já eram seus filhos. Contou a história para Lia que também aderiu à ideia e juntas batalharam por eles na Justiça. Devido à expectativa de separação dos irmãos, tinham medo de que eles já pudessem ter sido adotados. Entraram com o pedido de adoção em maio de 2017, mas devido à gravidade da situação, o processo foi agilizado, para garantir que os irmãos ficassem juntos.

Segundo Débora, as pessoas têm a crença de que diferente da maternidade biológica, a adoção não permite a mesma emoção ao ver os filhos pela primeira vez. Contudo, ela afirma que, também na adoção, “os *sininhos tocam*” ao vê-los pela primeira vez. Como as crianças eram de uma cidade distante, ao invés de Lia e Débora continuarem visitando as crianças no abrigo, estas passavam alguns feriados na casa do casal. Esses momentos de convivência foram muito importantes, mas ao final das visitas, quando tinham que levar as crianças de volta ao abrigo, era muito difícil, sobretudo para Jéssica que vivia novo abandono. Jéssica tinha apenas 46 dias de vida quando foi deixada no abrigo com seus irmãos, na época com Lorenzo tinha 7 anos e Júlia 11 anos de idade.

Ao falar sobre as idas e vindas das crianças do abrigo para a sua nova casa, Jéssica que estava brincando no sofá, perguntou baixinho: “*Agora vou ficar aqui pra sempre né, mãe?*” Tanto Jéssica quanto seus irmãos chamam o casal de “mãe” e demonstram estar entusiasmados e felizes com a nova família. Durante a entrevista, Lorenzo nos interrompeu para perguntar onde estaria “*aquele negócio*” que elas colocaram no iogurte para eles comerem. Lia não entendeu e ele ensaiou o nome: “*Granel, granol...GRANOLA!*” Lia explicou onde estava guardado para que o filho pudesse comer.

Fiquei muito feliz e grata por ter podido testemunhar momentos como esses, em que as participantes abriram sua casa em um momento tão delicado da adaptação dos filhos adotados para que eu pudesse compreender a dinâmica

de sua família. Acompanhar essas descobertas das crianças, criando/encontrando seu lugar ali na casa e na família foi mais importante do que posso demonstrar pelas palavras. Chamou a minha atenção a maneira generosa com que o casal recebeu os três irmãos, compartilhando sua casa, seus pertences, sua comida.

Jéssica e seus irmãos permaneceram no abrigo por quatro anos, por falta de condições de serem cuidados por sua família de origem. Seus pais eram usuários e traficantes de droga e não havia outros familiares que pudessem assumir essa responsabilidade. A avó materna, ainda que usuária de drogas, visitava-os com frequência no abrigo e, em alguns encontros, levava sua filha, a mãe das crianças, apesar da falta de interesse desta em ver os filhos. Com a morte da avó, as visitas se encerraram e, após três anos de abrigamento, a família foi destituída.

Quando entraram com o pedido de adoção, Débora e Lia tinham em mente que os adotariam de qualquer forma, tendo eles o problema que tivessem, já os consideravam seus filhos. A única razão que as impediria de adotar seria a recusa das crianças por elas serem lésbicas, conta Lia. Essa questão não se constituiu como problema em nenhuma etapa do processo, nem por parte dos profissionais, muito menos das crianças.

Soube que Lorenzo sempre perguntava à assistente social do abrigo se ela havia encontrado uma família para eles. A resposta que usualmente recebia era que a assistente seguia procurando e logo encontraria, mas da última vez sua fala foi diferente. Ela perguntou a Lorenzo sobre a possibilidade de ele ter duas mães ou dois pais, ao que Lorenzo respondeu: *“Claro que não, você acha que a gente é preconceituoso?”*

Lorenzo se tornou muito apegado a Samuel e tem nele uma representação da figura masculina. Assim como Lorenzo, Samuel sempre quis ter um irmão e ficou muito feliz quando sua mãe lhe contou que entre as três crianças que pretendiam adotar, uma delas era um menino. Samuel estava de acordo com o projeto de adoção e assim como o casal, estava feliz e ansioso com a chegada deles. Sempre que compravam algo para o enxoval dos futuros filhos Débora e Lia compravam algo para Samuel, supondo que ele pudesse

sentir ciúmes. Contudo, elas perceberam que esta era mais uma necessidade delas, pois Samuel mostrou que não se importava.

Débora e Lia estão juntas há três anos e se conheceram em movimentos sociais, quando Débora ainda era casada e Samuel tinha cinco anos. Lia era solteira, mas já havia se casado duas vezes. Nenhuma delas teve experiência homossexual anterior, mas sentiram-se mutuamente atraídas assim que se viram. Em dois meses, Débora separou-se de seu marido. Depois de quatro meses foram morar juntas. Elas se casaram há seis meses, após o pedido de casamento que Débora fez em uma praça pública, realizando um sonho de Lia.

Débora conta que seu ex-marido não aceitava sua decisão pela separação, chegando a ameaçá-la com o pedido da guarda do filho, promessa que não se concretizou. Enquanto Débora sublinha que Samuel visita o pai com certa frequência, Lia expõe que este não é muito ligado a Samuel e que, na realidade, pouco se veem.

O ex-marido de Débora revelou a sua homossexualidade aos seus pais, antes que ela pudesse contar. A família de Débora ainda resiste a aceitar o relacionamento homoafetivo. O pai parece respeitá-la, embora sua mãe demonstre a necessidade de um longo tempo para elaborar essa história.

Para Lia não foi tão difícil assumir o relacionamento com Débora. Sua mãe morreu quando ela tinha 15 anos, sendo a irmã do meio de mais três irmãos homens. Seu pai e sua madrasta reagiram com tranquilidade, embora seu pai tenha demonstrado preocupação com a segurança da filha, cuja homossexualidade a expunha ao risco de sofrer violência. Lia conta que seu pai respirou aliviado com o fato de seu irmão não ser gay.

O casal reconhece a importância de assumirem sua orientação sexual, tanto para os filhos quanto para a sociedade em geral. Elas têm o hábito de andar de mãos dadas na rua, conta Débora orgulhosa. O pedido de casamento foi feito em praça pública e publicado na internet posteriormente. Elas não costumam reparar no preconceito alheio, mas quando se detêm nos olhares curiosos observam a reprovação social. Contudo, compreendem a reação heterossexual à diferença e declaram nunca terem sido vítimas de preconceito e violência,

quando procuraram o cartório para oficializar sua relação, nem durante o processo de adoção.

Lia sabe que as adoções tardias são feitas majoritariamente por casais homoafetivos, o que imagina ter acelerado o processo. Sobre essa questão da identidade de gênero, Débora lembra que Samuel andou lhe perguntando se também ele era gay. Débora respondeu: “Quem é gay sabe que é gay”, além de afirmar ao filho que ele é muito novo para ficar, seja com meninos ou meninas. E ampliou sua explicação, dizendo: “*Seu avô é gay? Então, não é porque eu sou que você precisa ser*”. Débora confessa que prefere que Samuel seja heterossexual, já que gays sofrem mais preconceito que lésbicas.

Ainda a respeito das relações de gênero, o casal percebe que por Samuel ter presenciado brigas entre Débora e seu pai, passou a nutrir a crença de que “*é melhor mesmo casar com mulher, porque homem e mulher brigam muito*”. No entanto, Débora argumenta que as brigas ocorreram somente no final de sua união, embora tenham marcado Samuel.

Lia e Débora explicam ao filho que não é toda relação heterossexual que é conflituosa e sempre que possível trazem exemplos de familiares que se respeitam e são felizes juntos. “*A solução não é ser lésbica, e sim encontrar alguém que te respeite*”, conclui Débora. Mas, logo em seguida, Debora comunica a crença de que o relacionamento entre duas mulheres é de fato mais fácil, já que os homens deixam as coisas jogadas pela casa e não ajudam com as tarefas domésticas. Débora acredita que entre casais homoafetivos masculinos ocorra o mesmo propondo a diferença de gênero como problemática para o relacionamento conjugal, na contramão do que afirmou a seu filho.

A respeito da adaptação de Samuel à nova configuração familiar, quando aos cinco anos mudou-se para a casa de sua mãe e Lia, o casal buscou ajuda de um psicólogo. Este profissional foi explicando a nova dinâmica familiar até que Samuel compreendeu que sua mãe e Lia eram companheiras. Com o decorrer da psicoterapia, o casal teve notícias de que Samuel estava angustiado, mas depois de conversarem com a psicóloga perceberam que Samuel estava se vinculando a Lia e que suas longas viagens a trabalho o deixavam inseguro, por medo de ela não mais voltar para casa. Ao desenhar a família, Samuel se

colocava entre o pai e o novo casal, Débora e Lia. Elas reconhecem a importância do atendimento psicológico para o processo de assimilação de Samuel, que passou a chamar Lia de mãe, com a chegada dos irmãos adotivos, “*entrando na onda*” (sic).

Com a chegada de Júlia, Lorenzo e Jéssica a rotina da casa foi modificada. O casal os educa com tarefas diárias que devem cumprir, tais como, colocar a roupa suja no cesto, lavar louça e retirar os pratos da mesa após uma refeição. Os quatro filhos recebem mesada e elas limitam o período de uma hora por dia para o uso de aparelhos eletrônicos, mas aos finais de semana o tempo é dobrado. Elas percebem que eles raramente assistem televisão ou jogam videogame, preferindo brincar de forma mais livre.

Ao ouvir, tive a sensação de uma rotina já consolidada como se eles já estivessem morando com elas há um bom tempo. Débora abandonou seu emprego para mudar-se para a cidade em que Lia trabalhava e ainda hoje ela se dedica aos filhos e às tarefas domésticas.

Júlia, Lorenzo e Samuel se dão bem e brincam a maior parte do tempo, porém deixam Jéssica de lado, atribuído à diferença de idade. Jéssica, em contrapartida, provoca os irmãos, sendo a “*pimenta da brincadeira*”, afirma Lia. Jéssica lhes parece mais independente que outras crianças de quatro anos.

No que se refere à escolha da escola para Samuel, tinham optado por uma que tivesse excelência de ensino, mas como perceberam o preconceito, buscaram uma escola mais humana que pudesse acolher as diferentes configurações familiares. Os fundadores dessa escola são pais que, não encontrando uma escola adequada para seus filhos, fundaram a própria escola. O casal parece ter se identificado com suas histórias de vida, já que eles têm filhos adotivos. Samuel e Lorenzo estudam nessa escola, que é particular, enquanto Júlia e Jéssica em escolas públicas. Tal decisão se baseou na esperança de que Lorenzo seja acompanhado mais de perto e corra menos risco de preconceito, dado seu comportamento confrontador.

Enquanto estava no abrigo, Júlia estudava em uma escola pública e se destacava entre os melhores alunos. Lia e Débora temiam que ela ficasse desmotivada com uma eventual dificuldade para acompanhar o desempenho

dos colegas, já que ela não teve conteúdos importantes na antiga escola. Jéssica vai a uma escola infantil pública próxima da casa da família e, portanto, não vai precisar do transporte escolar, aliviando os gastos da família.

Antes de encerrarmos, o casal mostrou o vídeo com o pedido de casamento, o qual incluía a dança e depoimentos que uma fez para a outra. Nesse momento, os filhos vieram para a sala e Jéssica questionou por que ela não estava presente nesse vídeo. Lia explicou que eles ainda não moravam com elas nessa ocasião, mas sugeriu que fizessem um novo vídeo *“agora que a família está completa”*.

Concluído o vídeo, agradei a disponibilidade de participarem de minha pesquisa e Lia acrescentou que pesquisas desse tipo são importantes para que a família homoparental tenha maior visibilidade e deixe de ser vítima de preconceitos. Nos despedimos e fui embora.

## 4. DISCUSSÃO

### 4.1 Campo 1: Que família é essa?

O campo “*Que família é essa?*” revela o estranhamento que a família homoparental desperta no outro em decorrência de uma visão heteronormativa da sociedade. O projeto parental acaba colocando em evidência a orientação sexual dos pais e o conseqüente preconceito contra arranjos familiares que desafiam o modelo vigente.

Embora as famílias tenham passado a se constituir de acordo com diferentes arranjos, o modelo da família nuclear mantém sua hegemonia, excluindo todas as outras configurações familiares (Passos, 2005; Roudinesco, 2003). Dentre elas, a família homoparental é a que mais se distancia do ideal social, já que a orientação sexual dos pais é frequentemente associada com a capacidade parental (Costa et al., 2013; Martinez, 2013).

Nesse cenário, a família homoparental luta para encontrar um lugar na sociedade que garanta seus direitos, saindo da invisibilidade social, já que são vítimas de preconceito contra a sua orientação sexual, sobretudo quando optam por ter filhos (Lira, Morais & Boris, 2016; Ryan-Flood, 2005; Santos, Araújo, Negreiro & Cerqueira-Santos, 2018).

De uma perspectiva heteronormativa, as principais críticas dirigidas à família homoparental se referem à ausência de uma das figuras parentais, seja paterna ou materna, o que acarretaria o comprometimento do desenvolvimento psicológico de seus filhos, bem como o seu bem estar (Zambrano, 2008).

A orientação sexual dos filhos de pais homossexuais também é alvo de preconceito, já que nesse contexto homofóbico se produz a crença de que os filhos se tornariam homossexuais como seus pais. Além disso, a discriminação que esses filhos sofrerão por terem pais homossexuais também é alvo de críticas (Gato, Freitas & Fontaine, 2012; Zambrano, 2008).

Apesar de inúmeros estudos demonstrarem que a saúde mental e identidade sexual dos filhos não são influenciadas pela orientação sexual de seus pais (Gartrell et al., 2012; Golombok et al. 2003; Patterson, 2001), o campo

“*Que família é essa?*” aponta para a intolerância social que se expressa pela ideia equivocada de que o contexto da homoparentalidade é prejudicial para as crianças.

Quanto à preocupação de faltar uma figura masculina ou feminina na configuração da família homoparental, os casais amarelo e vermelho explicam que seus filhos já conviviam com figuras femininas entre seus familiares e amigos. Tal argumentação corrobora os achados de Gartrell, Bos, Deck e Rodas (2012) e de Lira, Morais e Boris (2016) de que não há prejuízo para a criança que é filha de casais homoafetivos, já que a convivência com as figuras feminina e masculina não se restringe ao casal parental.

O casal vermelho salienta o apoio de sua rede de amigos, desde a chegada de seu filho, a despeito da lacuna familiar. O relato do casal revela, ainda, a intenção de garantir a presença de uma figura feminina na família, escolhendo uma madrinha para seu filho, a qual poderá ajudá-los no cuidado com o filho. Tal concepção se alinha com a evidenciada pelos participantes de Tarnovski (2011) de que a figura feminina cuida melhor dos filhos, em virtude de um alegado instinto materno.

No estudo de Tarnovski (2011) e no de Rodriguez, Gomes e Oliveira (2017), os homens tendem a acreditar que são menos capazes de cuidar de crianças pequenas. Os casais vermelho, amarelo e verde optaram pela adoção tardia fundamentados na crença de que lhes seria mais fácil cuidar de uma criança mais independente. Rodriguez, Gomes e Oliveira (2017) observam a crença de que aos homens faltaria algo para o cuidado infantil, que é próprio do universo feminino e, portanto, negado a eles.

No que se refere à adoção, o casal vermelho esperou seis anos pelo filho. Durante o processo de adoção, foram aconselhados a entrar individualmente com o processo de adoção já que teria maior chance de ser aceito, mas o casal resistiu ao preconceito na justiça, já que o projeto parental era compartilhado e aquela era a realidade que seu filho viveria. Tal dilema também foi apontado no estudo de Zambrano (2008) cujos participantes preferiram a adoção individual, por receio de serem vítimas de preconceito.

Costa et al. (2013) confirmam que a adoção por casais homoafetivos é usualmente vista de forma negativa quando comparada à adoção por casais heteroafetivos, ou mesmo à adoção monoparental, desconsiderando o ganho de ter duas pessoas cuidando da criança, em termos do compartilhamento de tarefas que evita a sobrecarga no modelo monoparental.

Jurado (2013) observa o preconceito de estudantes universitários em relação à adoção homoparental, sendo vista como uma forma de subversão - conduta que poderia ser tomada como ação afirmativa - mas que, em seu polo homofóbico, onde se concentrava a maioria das produções, foi expressa no relato de uma participante que aconselhava o casal a adotar um cachorro. Neste mesmo sentido, Araújo e Oliveira (2008) concluem que a adoção por casais homoafetivos é vista por estudantes de Psicologia e de Direito como algo vergonhoso e que poderia gerar traumas na criança adotada.

A homossexualidade nunca foi mencionada no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA como restrição à adoção, embora haja a recomendação de que os candidatos sejam casados ou vivam em união estável, condição esta que só foi superada em 2011 quando o Supremo Tribunal Federal (STF) estendeu esse direito às famílias homoafetivas. Assim fica evidente que, apesar dos avanços jurídicos no âmbito da adoção homoafetiva, a conduta de uma sociedade demora a acompanhar a letra da lei, reproduzindo seus princípios e valores até que a transição esteja completa. Vale mencionar, ainda, que a adoção homoparental, como qualquer adoção, está condicionada à interpretação de cada juiz, que pode ou não agir em função do próprio preconceito (Filho, 2017; Zambrano, 2008), uma vez que ele também compartilha os valores de uma determinada cultura.

Zambrano (2008) pondera sobre as transformações sociais e seu impacto sobre os papéis parentais, tornando a fronteira que separa a função materna da paterna mais fluida, de modo a permitir o compartilhamento de tarefas. No entanto, o autor alerta para o fato do cuidado infantil ainda ser concebido como tarefa essencialmente feminina, restando ao homem o lugar de coadjuvante. Esse tipo de crença sobre como as relações de gênero se articulam no campo da parentalidade certamente participa da avaliação dos profissionais envolvidos

em um processo de adoção homoparental, sobretudo quando se trata de um casal homoafetivo masculino, o que é confirmado por Zambrano (2008). Nesses casos, a avaliação costuma ser mais rigorosa e a capacidade parental é mais profundamente investigada, em virtude da associação entre sexualidade e competência parental.

Filho (2017) também argumentam a respeito do preconceito sofrido por casais homoafetivos candidatos à adoção, mas sinalizam que esta é vista por seus participantes – estudantes de Psicologia e idosos da mesma universidade - como “a melhor escolha para a falta de opção”. Há que se levar em consideração que os casais homoafetivos são os que mais optam por aqueles que são mais raramente adotados, como é o caso de crianças mais velhas, doentes, negras ou aquelas que têm irmãos, além dos adolescentes (Filho, 2017).

Os casais verde e roxo confirmaram a crença de que o fato de terem conseguido adotar seus filhos de forma rápida e sem entraves legais se deveu ao perfil que escolheram. Como o casal verde incluiu crianças mais velhas e com deficiência, acabaram adotando duas crianças com mais de quatro anos, sendo uma autista e a outra com a síndrome do alcoolismo fetal. Relembrando a narrativa do casal, podemos supor uma possível relação entre esse perfil escolhido e a vida pregressa de Gabriel. Depois de ter sido expulso de casa, aos nove anos de idade, em virtude de sua orientação sexual, Gabriel morou na rua por um tempo.

Filho (2017) também estabelece essa relação entre a discriminação sofrida pelos adotantes homossexuais e a escolha por crianças igualmente discriminadas. Estaria Gabriel identificando-se com a condição de vítima de discriminação, adotando outras vítimas para operar uma espécie de reparação? A fala emblemática de Gabriel parece apontar nesse sentido, ao explicar que ele e seu companheiro adotaram aquelas crianças justamente porque não tinham o perfil buscado pela maioria dos adotantes: bebês brancos de olhos claros e sem problemas de saúde.

O casal roxo também não encontrou entraves legais ao adotar seus filhos, apesar do receio de não conseguirem por serem homossexuais. Antes mesmo

de finalizar o curso obrigatório para pretendentes adotantes, Debora e Lia foram chamadas e decidiram adotar três irmãos, com idades que variavam de quatro a quinze anos. Refletimos sobre o que teria motivado o casal a entrar em contato com o órgão responsável em busca desses irmãos, cuja família havia sido destituída e que poderiam ser adotados separadamente. Afetadas pela história dos três irmãos, Débora e Lia decidiram, em caráter de urgência, que eles seriam seus filhos antes que fossem separados. O processo de adoção foi agilizado, sendo algumas de suas etapas eliminadas, sobretudo pela rara possibilidade de que três irmãos sejam adotados pela mesma família.

O convite para que explorassem o tema da homoparentalidade levou os casais participantes deste estudo à reflexão sobre o preconceito de que seus filhos poderiam ser vítimas, por serem filhos de pais homossexuais. Todas as narrativas comunicavam essa preocupação, a qual também é apontada no estudo de Ben-Ari e Livni (2006) quando pais homossexuais declaram o temor de que seus filhos paguem um alto preço pelo projeto homoparental, supondo que a assimilação social desse tipo de arranjo familiar seja difícil.

Em sua narrativa, o casal azul pondera sobre a intenção de matricular o filho em uma escola religiosa – a mesma escola em que Larissa estudou quando criança –, já que receiam que a criança venha a sofrer discriminação. Tal receio também foi encontrado nas narrativas do casal verde e roxo, razão pela qual este último optou por trocar seu filho para uma escola mais “humana” (sic). Nas palavras de Lia: *“acredito ser fundamental optar por uma escola mais humana e que tenha habilidade com a diversidade familiar e casos de adoção, pois o Caio precisará desse apoio diferenciado”*.

Gartrell, Bos, Deck e Rodas (2012) e Lira, Morais e Boris (2016) também apontam a crença de mães homossexuais de que seus filhos demandem maior cuidado e ajuda em decorrência do preconceito. Para os autores, embora o preconceito seja uma possibilidade, a franqueza das mães com relação à sua orientação sexual constitui um fator de proteção para seus filhos, os quais não demonstram vergonha ao falar de sua família para os amigos, já que suas mães expõem com naturalidade, inclusive no espaço público, seu arranjo familiar.

Em etapa anterior ao exercício da parentalidade, a maioria dos participantes deste estudo referiu dificuldade de assumir sua orientação sexual diante da família, os conflitos familiares desencadeados pelo preconceito e o conseqüente sofrimento com o distanciamento dos familiares. Em alguns casos, a saída de casa foi a única solução encontrada, já que a convivência ficou comprometida pela reação dos familiares. Pekny (2017) também observa o sofrimento de casais homoafetivos quando os familiares preferem se afastar do casal, em um gesto de repúdio pela união homoafetiva.

Segundo nosso estudo de revisão de literatura, os casais homoafetivos podem evitar o compartilhamento de seus projetos parentais com família e amigos, como uma forma de se defenderem do preconceito. Essa estratégia é adotada pela maioria dos participantes deste estudo que assim preferem manter em segredo o projeto parental por medo das críticas. Larissa ilustra esta posição em que o receio de não ser aceito se mistura à determinação de dar continuidade ao projeto parental, a despeito das dificuldades: *“Não importa o que outras pessoas falem sobre os perigos, nós teremos filho de qualquer jeito”*.

O casal Laranja relatou dificuldades na realização do projeto parental ao assumir para sua família de origem que recorreriam à Fertilização in Vitro (FIV). Natália já percebeu o distanciamento da família ao assumir-se homossexual e, mais tarde, quando decidiu ter filhos com sua companheira. Bianca relata o mesmo impacto sobre sua família e refere, em especial, a reação de seu pai frente à possibilidade da criança ser gerada por outra mulher: *“Se essa criança não nascer de sua barriga não é seu filho”*.

Tal situação conflituosa não se restringe à família homoparental, tendo em vista a manutenção dos valores sociais ligados à vinculação biológica entre pais e filhos e à concepção tradicional de uma criança. Assim, casais heteroafetivos inférteis que optam pelas Novas Tecnologias Reprodutivas (NTR), ou pela adoção, enfrentam as mesmas dificuldades de aceitação por parte dos familiares e da sociedade em geral.

Vale destacar que, apesar do habitual distanciamento da família de origem dos participantes, o nascimento do filho é relatado pelos casais Azul, Laranja e Roxo como um evento que os reaproximou da família, como se a

maternidade deixasse a orientação sexual como pano de fundo e, a partir de então, casais homoafetivos femininos passassem a ser vistos como qualquer outra família.

A partir dos estudos de Ben-Ari e Livni (2006), de Lira, Morais e Boris (2016b) e de Machin (2016), chegamos a nos questionar se, além do preconceito, a declaração da homossexualidade de um(a) filho(a) poderia, no imaginário dos pais, comprometer o projeto de ampliação da família e a chegada dos netos. Uma tal crença se alinharia à lógica da parentalidade biológica, a qual concebe a família tradicional formada por um casal heterossexual como única possibilidade para a concepção de uma criança (Rodriguez, Gomes & Oliveira, 2017). Assim, superada a frustração pela chegada de uma criança produziria a superação do preconceito e a aceitação familiar, ainda que relativa, da homoafetividade do casal.

Nesse contexto familiar conflituoso, cabe ainda uma ressalva: é fato que os três casais que mencionaram a aceitação familiar que se seguiu à chegada dos netos eram casais homoafetivos femininos que se, de um lado, contrariam o padrão heteronormativo, de outro, confirmam o ideário que une a figura feminina ao cuidado infantil, satisfazendo as expectativas sociais, ainda que parcialmente. Desse modo, o campo “*Que família é essa?*” continua a levantar questões: De que concepção de família estamos falando? Qual seria a função da família? O que diferencia as famílias homoparentais das heteroparentais em termos do cuidado infantil adequado?

Uziel (2002) e Zambrano (2008) argumentam que a família tem a função de promover o primeiro contato da criança com as regras sociais, funcionando como seu agente socializador. Rodriguez, Gomes e Oliveira (2017) situam a família como núcleo social da criança no interior do qual as pessoas estão unidas por laços afetivos.

Já nossos participantes enfatizaram o amor como o que constitui uma família, priorizando os vínculos afetivos entre seus membros e não sua ligação biológica ou legal. Embora tenha havido consenso, entre os participantes, quanto ao vínculo afetivo ser o elo de ligação entre os familiares, alguns demonstraram certa hesitação quanto à necessidade de um homem e de uma mulher no

cuidado de seus filhos. Assim pareciam comunicar a crença de que a função parental está associada ao sexo biológico, o que, nesse caso, tornaria a família homoparental inviável. Alguns tiveram dificuldades para definir o papel que cada um desempenharia na nova família, já que não tinham um modelo para espelhar-se, mantendo a visão da família tradicional. Tal movimento é abordado por Roudinesco (2003) ao discutir o retorno das famílias homoafetivas ao padrão heteronormativo, em decorrência de sua tradição. Assim acabam por reproduzir o modelo segundo o qual o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas cabiam à mulher enquanto o homem se encarregava da provisão do lar.

A narrativa do casal verde é emblemática dessa situação, já que as divisões de tarefas e de cuidado com os filhos são divididas de forma rígida, e imposta com autoridade. Tal situação pode ser observada durante o encontro, quando Gabriel ordenou que seu companheiro fosse retirar a roupa do varal pois começara a chover. O clima de submissão de seu companheiro ficou explícito ao longo do encontro, bem como sua postura de cuidado, afeto e proteção aos filhos, enquanto o Gabriel se mostrava violento e autoritário.

Ao lembrar da narrativa do casal verde, refletimos a respeito de Gabriel estar reproduzindo a dinâmica a qual vivera em sua família de origem, em que seu pai era violento e frequentemente batia em seus filhos, tal como o próprio Gabriel o fez, durante a entrevista.

O casal laranja também trouxe o modelo da família tradicional em sua narrativa, sobretudo quando Bianca declara que gostaria que elas se casassem antes de ter filhos. Além disso, Bianca pediu que sua companheira acrescentasse o seu sobrenome, em conformidade com um sistema patriarcal. Sem perceber, Natália esvazia o significado dessas questões, justificando que fez isso pela companheira. A narrativa do casal expressou ainda a identificação com a família heteroafetiva, ao relatarem que Bianca é responsável pelas atividades domésticas, enquanto Natália é mais bagunceira, “como se fosse o homem da casa”, nas palavras das participantes.

O casal azul concebe como família ideal aquela que tem um filho que é fisicamente perfeito. Quando optaram por um doador com características distintas de ambas, não imaginavam os conflitos que viriam. Larissa, a mãe

biológica, que é negra, não era reconhecida por terceiros como mãe daquela criança loira e de olhos claros, sendo vista mais como a babá da criança. Em diversos episódios elas foram vítimas de preconceito, já que a criança não parecia ser filha de nenhuma delas. Larissa e Giovana referiram dificuldade para aceitar o próprio corpo, um possível sentimento de imperfeição que pode ter levado à escolha de um doador com características bastante diferentes das suas.

Ainda a respeito do casal azul, nos questionamos sobre o fato de Giovana ter preferido se ausentar da concepção biológica do filho, deixando de contribuir com a gestação ou com a doação de óvulos, já que ela tinha condições físicas caso o desejasse. A literatura (Ben-Ari & Livni, 2006; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015; Ryan-Flood, 2005) cita como uma preocupação frequente das mães homossexuais estarem igualmente vinculadas ao filho. Algumas das estratégias utilizadas para esse fim são: alternar a cada gestação qual das duas contribuirá com seus óvulos, ou utilizar óvulos de ambas para a mesma gestação sem que se saiba qual foi fertilizado, ou uma delas transfere seus óvulos para que a companheira geste a criança (Ben-Ari & Livni, 2006).

Winnicott (1960/1983b, 1960/1993e) se dedicou ao estudo do desenvolvimento emocional primitivo em sua articulação com o ambiente familiar, considerando-o essencial ao processo de inclusão criativa do indivíduo em sua cultura. Indivíduos que experimentam um ambiente saudável na infância, terão maior facilidade para se desenvolverem de forma sadia, já que este ambiente os sustentará emocionalmente e permitirá a experiência de onipotência que funda a relação criativa que estabelecerá com o mundo (Winnicott, 1945/2000a, 1960/1993e). Para o autor, o potencial para o desenvolvimento é inato no ser humano que tende à integração e à criação/descoberta de sentidos para sua existência, quando na presença de um ambiente saudável que o sustente (Winnicott, 1971/1975b, 1971/1975c). A criatividade é assim definida pelo autor como a capacidade de viver experiências de modo pessoal e autêntico (Winnicott, 1971/1975c).

Quando descreve o ambiente saudável para o desenvolvimento da criança, Winnicott (1956/2000b, 1960/1983b) sublinha que não se trata de uma família ideal, mas de um lar em que os pais estabeleçam uma relação viva e

peçoal com seus filhos e sejam responsáveis pelos seus cuidados físicos e emocionais. Pratta e Santos (2007) enfatizam que é no contexto familiar que a criança terá suas primeiras interações e experiências de afeto. Serão essas primeiras experiências que, se satisfatórias, permitirão à criança o registro da segurança e confiabilidade do ambiente (Winnicott, 1960/1993a, 1960/1993c), tonando-se apta para viver uma vida pessoal, já que nutre a crença em si mesma.

Ao tomarmos a fala de Lorenzo, um dos filhos do casal roxo em sua resposta ao questionamento da assistente social do abrigo sobre ser adotado por duas mulheres – “*Claro que não, você acha que a gente é preconceituoso?*” – percebemos uma referência ao ambiente suficientemente bom cuja adequação não se define pela orientação sexual parental. A aceitação imediata de Lorenzo parece retomar a essência de um ambiente familiar previsível e que promova a segurança, experiência que talvez tenha sido interrompida em seu lar de origem.

Winnicott aponta os riscos de uma criança que vive em um ambiente falho. Viver em um ambiente que não promove segurança à criança pode comprometer a sua espontaneidade, acarretando uma quebra de sua continuidade de ser e a submissão ao ambiente, o que configura um falso self (Winnicott, 1960/1983a, 1971/1975c, 1960/1984).

Desse modo, podemos afirmar que o que se mostra de suma importância para que uma família seja suficientemente boa para o amadurecimento de seus filhos é a presença de pais que a amem e a aceitem, independentemente de sua orientação sexual, permitindo que a criança desenvolva seu self de forma verdadeira e espontânea. Nesse sentido, falar de homoparentalidade é o mesmo que falar de parentalidade quando tomamos o vínculo afetivo estabelecido entre as pessoas, e não os laços consanguíneos, como o que constitui uma família (Rodrigues & Paiva, 2009). Daqui podemos concluir com Jurado (2013) que as funções materna e paterna são intercambiáveis e independem do sexo biológico e da orientação sexual dos pais.

Vale salientar que embora Winnicott oriente sua teorização pelas necessidades básicas do bebê, ele parte de uma perspectiva de família tradicional que distingue a função materna da função paterna (Ferreira & Aiello-

Vaisberg, 2006; Serralha, 2017), ainda orientado pelo sexo biológico dos pais. Este modo de qualificar o cuidado parental de acordo com os papéis de gênero que vigoravam nos anos 1950, sendo a mãe vista como cuidadora e o pai como provedor não nos servem como referência de cuidado suficientemente bom nos dias de hoje. Contudo, sua descrição dos elementos que compõem esse cuidado pode nos ajudar a compreender como se organizam a família contemporânea, independente de seus arranjos.

Embora Winnicott (1956/2000b) afirme ser a mãe biológica a pessoa mais adequada para cuidar de um bebê, também considera que a maternagem suficientemente boa não é exclusividade da mãe biológica, de sorte que uma mãe adotiva pode desenvolver a preocupação materna primária, estado psicológico que possibilita que o cuidador se torne sensível às necessidades básicas do bebê, sejam elas físicas ou psicológicas, podendo satisfazê-las.

A mãe adotiva, ou qualquer mulher que possa ficar doente no sentido de apresentar uma preocupação materna primária, pode ser capaz de adaptar-se suficientemente bem, por ter alguma capacidade de se identificar com o bebê (Winnicott, 1956/2000b, p.404).

Nesse mesmo sentido, Serralha (2017) argumenta que tanto uma cuidadora de uma instituição quanto um pai adotivo podem exercer a função materna, já que esta não está condicionada ao sexo biológico do cuidador, e sim à qualidade do cuidado fornecido à criança.

Assim sendo, pontuamos a necessidade de revisão de uma dupla articulação, naturalizada em nossa sociedade e em muitas teorias psicológicas: primeira, a que se estabelece entre funções parentais e sexo biológico dos pais, de acordo com a qual a função materna é atribuída à mulher e a paterna ao homem; segunda, a que associa o cuidado precoce à mãe, aquele que se destina ao bebê, e o cuidado posterior ao pai, usualmente associado à imposição de regras ou da autoridade. Tal panorama parece nos revelar uma confusão entre o que um bebê, uma criança ou um adolescente necessitam, em termos de cuidado, e a pessoa que vai prover esse cuidado. Nossos participantes nos ajudam a refletir sobre essas questões, apesar de estarem tão enredados quanto nós nessa confusão de papéis.

## 4.2 Campo 2: A gente dá conta

Este campo reúne as produções imaginativas dos participantes que fazem referência à capacidade pessoal para o exercício da parentalidade, às estratégias de enfrentamento frente à tarefa parental, além do desafio apresentado pela inclusão de um terceiro na concepção da criança. A análise interpretativa do material também gerou o subcampo “*O amor tudo cura*” que acrescenta um elemento de esperança ao projeto homoparental, além de situar a parentalidade em termos de vinculação afetiva e não conforme laços de consanguinidade.

Segundo Dayan (2016), Paul-Claude Racamier introduziu o termo parentalidade, na França, referindo-se à dimensão psicológica do processo parental, principalmente inconsciente, que se traduziria por mudanças nas preocupações, no humor e nas reações dos pais. Embora o termo já existisse no idioma inglês (*parenthood*), Racamier deu a conotação psicológica ao termo que depois passou a ser utilizado por demógrafos, assistentes sociais e antropólogos, até fazer parte do vocabulário corrente.

Dadas as inúmeras transformações que a família vem sofrendo em termos de configuração e dinâmica relacional, na esteira de mudanças sociais como a ascensão do feminismo e a entrada da mulher no mercado de trabalho (Roudinesco, 2003), a decisão pela parentalidade e seu exercício passam a ser determinados pelas novas condições subjetivas, sociais e econômicas dos casais na contemporaneidade (Biffi & Granato, 2017; Matos & Magalhães, 2014).

A existência de um relacionamento estável, a qualidade da convivência conjugal e a condição financeira são fatores apontados pela literatura como essenciais para a decisão pela parentalidade, além de acesso facilitado a educação para seus filhos (Araldi & Serralta, 2016; Ben-Ari & Livni, 2006; Biffi & Granato, 2017; Meletti & Scorsolini-Comin, 2015). Biffi e Granato (2017) evidenciam que na atualidade a relação conjugal e a vida profissional são fatores priorizados pelos jovens casais, o que vem acarretando o adiamento da parentalidade.

Apesar da liberdade conquistada pela família pós-moderna, casais que adiam seu projeto parental ou optam por não ter filhos sofrem com o estigma social de que estão se recusando a cumprir a sua “missão”: a de ter filhos (Bernardi, 2018). Já os casais homoafetivos sofrem discriminação quando se aventuram no campo da parentalidade, desafiando o modelo parental heterossexual (Jurado, 2013; Roudinesco, 2003; Tarnovski, 2012). O projeto homoparental passa a ser visto como um ato egoísta do casal que condena seus filhos a pagar um alto preço: ter dois pais ou duas mães (Ben-Ari & Livni, 2006; Bernardi, 2018; Jurado, 2013).

Dessa forma, o campo “*A gente dá conta*” comunica a superação dos desafios que a transição para a parentalidade apresenta a toda e qualquer família (Biffi & Granato, 2017; Moraes & Granato, 2016), inclusive a homoparental, como afirma Fábio em sua NI:

*“E quer saber, acho que todo mundo que se propõe a ter filhos vive essas agonias, independentemente de o filho ser adotado ou biológico, se a família é homo ou heteroafetiva [...] não tem a ver com a questão de gênero e sim com a chegada de uma criança na família”*

No entanto, a transição de casais homoafetivos rumo à parentalidade é colorida pelos conflitos que costumam habitar o universo homossexual, como a dificuldade de aceitação social e familiar (Lira, Moraes & Boris, 2016a).

Moraes e Granato (2016) observam que a relação conjugal é o elemento mais estudado no campo da pesquisa sobre transição para a parentalidade. Bernardi (2018) pontua que embora o projeto parental seja frequentemente associado à existência de uma relação conjugal saudável, a parentalidade pode comprometer sua estabilidade, na medida em que acarreta redução da atividade sexual, aumento de tarefas domésticas e alto custo financeiro. A chegada da criança à família, portanto, demanda adaptações do casal, que deixa em segundo plano suas necessidades pessoais e profissionais em prol da parentalidade (Bernardi, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017).

Tais adaptações do ambiente familiar são fundamentais para o desenvolvimento emocional do bebê, conforme Winnicott (1956/2000b,

1960/1993b) defende e nossos participantes confirmam. Fábio e Eduardo mudaram suas prioridades após a chegada do filho, desde a rotina diária até os roteiros de suas viagens que então passaram a incluir Guilherme. A chegada do filho foi por eles descrita como um período de muita turbulência emocional, dado o volume de demandas que iam se acumulando à espera de resolução: *“Quando Guilherme chegou tudo foi muito confuso. As expectativas eram grandes, o psicológico foi parar no calcanhar. Banho, comida, roupa, escola, tudo era uma incógnita”*.

Larissa também trouxe em sua narrativa as angústias iniciais da parentalidade: *“Achamos que estávamos prontas e que sabíamos como seria. A verdade é que somos mães perfeitas até o dia em que temos um filho”*. Sua fala comunica tanto a expectativa de dar conta de tudo quanto sua frustração diante dos limites de suas possibilidades pessoais e da ajuda externa: *“Tudo é muito individual, as experiências das amigas podem nos nortear, mas não ser regras para nossa casa”*, narra Larissa.

A narrativa do casal laranja nos permite acompanhar o projeto parental que se estruturou em torno de preparativos para a chegada de Amanda e a organização de uma nova rotina familiar que a incluísse e priorizasse o seu cuidado. O casal se empenhou no estudo dos diferentes aspectos do exercício da maternidade, buscando aprimorar o cuidado recebido em sua própria infância e fornecer à filha um ambiente facilitador do desenvolvimento infantil.

Para além das boas intenções de Natália e Bianca quanto à oferta de um cuidado adequado às necessidades da filha, podemos supor o intenso desejo de controle que se manifesta na elaboração de um projeto parental, tendência esta que tem sido observada na contemporaneidade em jovens casais (Biffi & Granato, 2017). Em sua busca por teorias sobre o cuidado infantil, Natália e Bianca encontraram no pediatra espanhol Carlos González uma referência para suas práticas parentais. O pediatra é conhecido pelo incentivo aos pais para recorrerem aos seus “instintos” no cuidado com a criança e defende o afeto sem limites, o aleitamento sob livre demanda, além da cama compartilhada (González, 2015). Entretanto, a convicção de ambas de que ao tomarem a filha ao colo satisfazem as necessidades da criança não encontra eco nos familiares

que interpretam as demandas de Amanda como desejo, motivo pelo qual devem ser frustradas com o objetivo de educar a criança.

O movimento do casal laranja de recorrer a estudos da parentalidade tendo em vista o aprimoramento de sua capacidade parental, vai de encontro à teorização winnicottiana sobre o ambiente suficientemente bom como aquele fornecido por cuidadores que estabelecem uma relação viva e pessoal com a parentalidade (Winnicott, 1956/2000b, 1960/1983b). O discurso técnico do especialista pode tanto sustentar práticas afinadas com princípios e valores do casal parental quanto substituir uma parentalidade mais autoral (Granato & Aiello-Vaisberg, 2013) por uma conduta esvaziada de sentido pessoal que termina por retirar a autonomia dos pais.

Nessa área das práticas parentais, a maior parte dos participantes referiu compartilhamento de tarefas de acordo com as aptidões individuais de cada um e o tempo disponível, conforme os estudos de Lira, Morais e Boris (2016a) e Medeiros (2006) evidenciaram. A parceria diária é apontada pelos participantes como essencial para que deem conta da tarefa parental. O casal laranja ilustra o compartilhamento de uma mesma tarefa, como o banho de Amanda, o qual é realizado em etapas, assemelhando-se a uma “linha de produção” (sic). Por sentir-se insegura ao banhar a filha, Bianca participa como auxiliar de Natália. Em contrapartida, Bianca é a “mãe do cocô” (sic), já que ao chegar da faculdade assume o cuidado da filha e troca suas fraldas.

Os casais vermelho e amarelo compartilharam a superação de dificuldades tais como fazer com que os filhos dormissem sozinhos em seus quartos. Ambos os casais descobriram que contar histórias antes de dormir era uma estratégia eficaz, que os ajudou nesse processo. Eduardo reconhece que Guilherme ainda não gosta de dormir sozinho, mas se adaptou. O casal roxo também trouxe essa questão em relação a Jéssica, a filha caçula, lembrando que ainda estão em fase de adaptação, já que a entrevista ocorreu na semana em que os filhos adotivos chegaram à família.

Embora o exercício da parentalidade traga muitos desafios, os participantes comunicaram em suas narrativas a impressão de estarem se saindo bem na tarefa parental:

*Na convivência diária fomos aprendendo a ser pais e ele nosso filho. Erramos, acertamos, alteramos à nossa maneira de tratá-lo. Nossas prioridades mudaram, hoje nossos programas o incluíram e assim deixamos de sair para balada (Eduardo).*

*Questões que pareciam absurdas, hoje fazem parte da vida. Parece até que ele sempre esteve conosco (Fábio).*

*Achamos que estamos fazendo um bom trabalho em família e obtendo ótimos resultados. Sensação de família completa e sonho realizado (Débora).*

Quanto à experiência do casal amarelo sobre a tarefa parental, Bruno disse que estava gostando da experiência de ser pai, mas Luís o interrompe para comentar que se eu tivesse feito essa pergunta um tempo atrás a resposta teria sido bem diferente. Tal situação ilustra que o exercício da parentalidade caminha a passos lentos, sendo construído na própria experiência, nem antes nem depois.

Ao completar a NI, aceitando o nosso convite para compartilhar sua experiência parental, Bruno assume o protagonismo da história e aconselha as personagens que se mostram inseguras na área do cuidado infantil:

*Sigam o instinto materno humano que existe em vocês, e não tenham medo de errar [...] no início é sempre algo difícil de lidar, afinal é uma criança e por ser o primeiro faz do inédito a dúvida de como agir em diversos aspectos.*

Sem se dar conta do paradoxo que a noção de instinto materno instaura, pois se fosse instintivo não teríamos dúvidas sobre como proceder, como acontece com os animais, Bruno se apoia sobre a ideia de uma natureza humana. O “natural” a que Bruno se refere pode não ser uma negação da construção social da parentalidade, mas pode indicar a necessidade de se deixar levar pela experiência, sem recorrer ao conhecimento especializado, como o próprio Winnicott já sugeria (1966/2013), sem ter medo de errar, já que o cuidado tem de ser adequado e não perfeito.

Já Gabriel concluiu sua NI atribuindo as dificuldades das personagens Laura e Vanessa para cuidar do recém-chegado Caio ao fato de não terem mudado suas prioridades para atender as necessidades do filho:

*Ela adotou somente uma criança, não vejo motivo para a dificuldade, nós adotamos duas. Quem tem dificuldade ou não está pronta para ser mãe ou não está apta. Colocam empecilho onde não tem. É um casal que depende de balada e por isso estão com dificuldades.*

Percebemos na narrativa de Gabriel um discurso moralista e falta de empatia pela personagem insegura, mas ele não deixa de ter razão quanto à renúncia parental necessária para que as necessidades da criança assumam o primeiro plano nas preocupações familiares. No entanto, é o próprio Gabriel que se vangloria por conseguir a obediência dos filhos: “*Chega a hora de dormir eles dormem rapidinho [...] se não dormir, apanham*”

Já o participante Bruno, ao contrário, demonstra capacidade para entrar nesse estado empático o qual temos denominado *preocupação parental primária* (Moraes, 2017), ajustando o conceito winnicottiano que ignorava a implicação da questão de gênero (Winnicott, 1956/2000b). Assim, sua tendência a naturalizar a parentalidade pode advir tanto de sua própria capacidade empática, que lhe faz parecer “natural.

Outro aspecto da parentalidade do participante Gabriel que desafia a nossa compreensão é o fato de ele manter 11 cães, um enorme orquidário, três empregos e, agora, o cuidado de duas crianças com necessidades especiais. A assunção de tantas tarefas que requerem um cuidador atento, disponível e dedicado não nos parece condizer com o modo de Gabriel ser pai, o que nos leva a pensar em seu companheiro Francisco como o complemento necessário para o cuidado de tantos dependentes. Durante a entrevista, Francisco aparentou ser a referência para seus filhos se protegerem, sobretudo da agressividade de Gabriel. Infelizmente, nossos achados não nos permitem afirmar sobre como a conjugalidade do casal incide sobre a sua parentalidade, e muito menos sobre como isso impacta sobre o desenvolvimento emocional das crianças. O fato é que enquanto Francisco desempenha um papel parental

relacionado aos cuidados emocionais, Gabriel se refere à renúncia e dedicação, o que nos leva de volta a Winnicott.

Embora a figura materna esteja socialmente associada ao amor incondicional e à capacidade intrínseca da mulher para cuidar do bebê (Aching, Biffi & Granato, 2016), Winnicott pontua que embora a mãe biológica seja a pessoa mais adequada a entrar nesse estado psicológico que ele denomina como preocupação materna primária e que garante o cuidado infantil adequado, não há garantias de que toda mulher esteja em condições emocionais para entrar nesse estado, ou mesmo para sair dele (Winnicott, 1956/2000b). A questão do instinto e sua base biológica ficam assim afastados das condições de possibilidade de que uma criança seja atendida em termos de necessidades físicas e psicológicas, já que pais adotivos podem exercer um cuidado afinado às demandas de uma criança.

Marcos (2017) defende que a maternidade ultrapassa o campo da biologia, e para que a maternidade seja vivida de forma saudável e realizadora para a mulher inúmeros fatores concorrem para o resultado final, conforme avaliam Bobo e Ywan (2014) e Dayan (2016). Nestes dois últimos estudos foi constatado que a presença de uma rede de apoio, o cuidado médico adequado, o relacionamento conjugal saudável, a estabilidade profissional e condições socioeconômicas favoráveis são essenciais para a saúde mental da mulher que se torna mãe.

Portanto, nessa perspectiva psicossocial da maternidade, compreendemos a colocação de Bruno sobre a existência de um instinto materno como expressão de um imaginário social sobre a maternidade que se nutre da esperança de que a biologia pode nos salvar de pais inadequados, negligentes ou abusadores. Badinter (1980, 2010) ilustra como na França do século XVIII a tendência higienista, alavancada por preocupações demográficas, participa da construção do mito do amor materno como estratégia de enfrentamento das altas taxas de mortalidade infantil. Entre nós, temos o trabalho de Freire (2009) a demonstrar como o discurso médico se embrenhou nos lares brasileiros, no início do século XX, para validar um imaginário social que colocava a maternidade no centro da vida da mulher. Tal noção de maternidade se alinha

com a proposta de Bleger (1963/1984) sobre a intersecção dos campos biológico, psicológico e social na determinação de qualquer conduta humana.

Assim, o “dar conta” do cuidado infantil deste campo de sentidos aponta para várias direções, desde o “dar conta” da tarefa parental em um contexto homoafetivo até a reprodução caricata da família heterossexual em que um dos cônjuges figura como marido e outro como esposa. Supomos que essa polarização seja uma resposta ao preconceito contra a homossexualidade e, por consequência, contra a família homoparental que surge como alternativa ao modelo de família nuclear em tempos de transição.

Além das situações acima evidenciadas, este campo também comunica o mal estar que alguns casais participantes deste estudo manifestaram por necessitarem da presença de um terceiro para a concepção de seus filhos, o que poderia ser compreendido como um “não dar conta” do processo parental enquanto casal.

Passos (2005) argumenta que a impossibilidade de gerar filhos demanda elaboração psíquica tanto para indivíduos homossexuais quanto para heterossexuais, na medida em que se torna necessário lidar com a presença de um terceiro para a concretização do projeto parental. De acordo com Passos, o desafio que o casal homoafetivo enfrenta diz respeito à elaboração do luto da fertilidade e seu consequente sentimento de incompletude.

Tal preocupação com o terceiro se mostra presente sobretudo nas narrativas dos casais laranja e azul, que recorreram às NTR. De modo geral, a presença de um terceiro foi apontada pelos participantes como uma presença estranha e invasiva. Os casais laranja e azul expressaram seus medos e anseios ao recorrerem a um doador anônimo com o intuito de manter este terceiro distante na vida de seus filhos. Este achado corrobora os estudos de Hequembourg (2004), Ben-Ari e Livni (2006), Ryan-Flood (2006) e Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2016) cujas participantes nutriam o medo de que o doador interferisse na educação de seus filhos ou que solicitasse a sua guarda, apoiando-se no vínculo biológico para reclamar seus direitos.

A narrativa do casal azul nos levou a refletir sobre as razões pelas quais Larissa e Giovana mantinham o discurso de que o filho não tinha pai, quando

eram questionadas. Conforme evidenciam Passos (2005) e Ben-Ari e Livni (2006), este pode ser um dos recursos utilizados pelos casais a fim de elaborarem o sentimento de incompletude. Embora o casal azul negue a participação do pai biológico, resta a aparência de Marcelo como um lembrete de que esse pai existe, já que escolheram um doador diferente de ambas e o menino muito se assemelha ao pai.

A surpresa de Larissa ao descobrir que estava grávida de um menino parece atestar novo sentimento de estranheza frente ao terceiro, agora na figura do filho que parece vir se intrometer na família de mulheres que imaginou constituir. Apesar do movimento de recusa da participação de uma pessoa do sexo masculino para a concepção de seu filho, Larissa e Giovana reconhecem o seu lugar de “homem da casa”, quando imaginam que precisarão cuidar das regras e limites para que ele não venha “bagunçar a casa” (sic).

O casal laranja também abre espaço em sua narrativa para a presença de um terceiro na relação conjugal. Bianca nutre a fantasia de que, apesar de anônimo, o doador poderia chantagear os funcionários do laboratório para descobrir o paradeiro de sua filha biológica. Percebemos seu temor de perder a guarda/amor de sua filha e nos questionamos se tal fantasia estaria associada à crença de que, a partir da lógica heteronormativa, casais homoafetivos não podem ter filhos e, assim, correm o risco de ter seus filhos roubados.

A partir das angústias trazidas pelos casais azul e laranja, refletimos sobre a opção de ocultar dos filhos a existência de um pai biológico visaria protegê-los de um mundo concebido como invasivo. O casal laranja apresentou resistência a aceitar conselhos de terceiros, preferindo se amparar somente nos próprios recursos, criando uma espécie de “bolha” onde só entram elementos que confirmam suas escolhas, tal como o fizeram com as concepções de Carlos González sobre o cuidado infantil.

As estratégias defensivas contra o estranho/estrangeiro nos parecem estar metaforicamente representadas por alguns procedimentos protetores, como o colar de âmbar que Amanda carrega no pescoço, para garantir sua imunidade além de ser um anti-inflamatório natural, nas palavras de Natália e Bianca. Também optam pelo uso de algodão com água para a limpeza da filha,

no lugar de lenços umedecidos infantis, dentre outros cuidados que visam a saúde da filha.

Todavia, é possível compreender essa mesma conduta parental como o “retorno ao natural” (Badinter, 2010) que hoje testemunhamos nas opções parentais pelo parto natural, pelo aleitamento exclusivo, pela alimentação dita saudável, pelo uso de fraldas de pano e pela recusa de produtos industrializados como práticas associadas a um “novo” bem cuidar. Nessa perspectiva, Natalia e Bianca estariam apenas buscando ser “boas mães” de acordo com valores sociais contemporâneos, os quais situam esse tipo de opção junto às mães *neotradicionais*, segundo a definição de Badinter.

Ainda no âmbito do campo de sentidos afetivo-emocionais “A gente dá conta”, o qual abarca tanto limites quanto possibilidades de se exercer uma parentalidade suficientemente boa, observamos a confluência de algumas das narrativas colhidas em direção a uma solução para o conflito parental apresentado pela NI, a ser aqui tratada como subcampo – “O amor tudo cura”.

#### **4.2.1 Subcampo: O amor tudo cura<sup>3</sup>**

O subcampo “*O amor tudo cura*” acrescenta um elemento de esperança ao projeto homoparental, além de situar a parentalidade em termos de vinculação afetiva e independente de laços de consanguinidade. O título deste campo foi inspirado pela fala emblemática de Lia ao propor que os desafios do exercício da parentalidade podem ser enfrentados a partir da premissa de que o amor tudo cura.

Ao completar sua NI, Larissa se preocupa em transmitir em sua narrativa a esperança de que os pais serão recompensados pelo esforço que o exercício

---

<sup>3</sup> Compreendemos o termo *cura* expresso pelos participantes como a cura que ocorre pelo cuidado, e não a cura que pretende extinguir uma doença (Winnicott, 1970/1968). O termo “cuidar-curar” descrito por Winnicott é compreendido como o estabelecimento de um ambiente confiável que seja um facilitador para o amadurecimento pessoal.

da parentalidade implica: *“Tenham calma. O amor tudo cura. Com disponibilidade para o amor e o vínculo, vocês irão conseguir! É trabalhoso, mas prazeroso e vai encher as vidas de vocês com muita alegria!”*

Em outra passagem de sua narrativa, Larissa sublinha o papel do amor na superação das dificuldades da parentalidade:

*Perdemos noites de sono, disposição física, tempo com amigos, programas, mas na verdade só ganhamos. Essa é a melhor e maior experiência que estamos vivendo. A casa não fica mais limpa, nem as coisas no lugar, não fazemos mais unha, cabelo, mas o sorriso dele preenche todas as lacunas e sempre transborda amor.*

Sua companheira Giovana também expressa a esperança de que o amor seja a solução para as angústias que afligem os pais, quando afirma: *“Com amor tudo será superado”*. Jurado (2013) argumenta que, em seu estudo sobre o imaginário de estudantes de psicologia a respeito da homoparentalidade, também está presente essa concepção do amor como antídoto para todos os males, sobretudo contra o preconceito.

Ainda a respeito das narrativas dos participantes que acrescentaram o elemento do amor como essencial na construção da parentalidade, os casais laranja e azul aludiram ao sacrifício que a FIV demanda. Larissa e Natália explicam que o processo é longo, a medicação tem efeitos colaterais e as sucessivas tentativas malsucedidas resultam em intenso sofrimento psíquico.

O alto gasto financeiro também foi apontado pelos casais laranja e azul como um fator que demandou uma reorganização financeira. Contudo, não demonstram arrependimento pela sua decisão, já que a *“filha vale mais do que tudo”*, segundo Natália. Também as mães participantes dos estudos de Golombok et al. (2003), Lira, Morais e Boris (2015) e Pontes, Féres-Carneiros e Magalhães (2015) referem que apesar do alto investimento financeiro e do sofrimento envolvidos seguiram com o projeto parental até sua concretização.

Entretanto, vale ressaltar que este expediente de recorrer à noção de amor para se referir à renúncia dos próprios interesses para dedicar-se ao outro não é exclusivo de famílias homoparentais. O estudo de Granato e Aiello-Vaisberg (2016) sobre as produções imaginativas de estudantes de Psicologia e

Pedagogia diante da suspeita do nascimento de um bebê com síndrome de Down ilustra como o amor parental é ativado por uma espécie de dever parental. Não faltam referências ao amor e à vontade divina, sobretudo no grupo de estudantes da Pedagogia, como forma de conjurar os pais para o desempenho de uma tarefa que adquire um sentido de missão. Assim, o amor parece funcionar como promessa para a elaboração do projeto parental e como motivo para a manutenção do exercício parental a despeito das dificuldades.

Assim, dentre as múltiplas formas de conceber o amor, o cuidado, o desejo e os caminhos que este pode tomar, os participantes parecem enfatizar o papel do vínculo afetivo nas relações entre pais e filhos, sendo este o elemento que os mantém unidos e que os fortalece frente aos desafios da parentalidade, independente do arranjo familiar proposto.

Para Roudinesco (2003) e para Rodriguez, Gomes e Oliveira (2017) o desejo de construir uma família, no caso de indivíduos homossexuais, estaria mais relacionado ao desejo de pertencimento. Gato, Freitas e Fontaine (2012) e Machin (2016) acrescentam que, em virtude do preconceito de que são vítimas, as famílias homoafetivas buscam assemelhar-se à norma como estratégia de inclusão social.

Farias (2017) concorda que o projeto parental insere o casal homoafetivo na sociedade, na medida em que adquire o status de família, ainda que a parentalidade tenha sido, ao longo da história, reservada à família tradicional nuclear (Bernardi, 2018). Tal inserção se deve ao fato de a sociedade atual ainda operar sob a ótica heteronormativa na qual o projeto parental é visto como um importante acontecimento na vida do casal, além da experiência do casamento (Farias, 2017).

Assim, o desejo dos participantes de constituir uma família pode ser visto como possibilidade de serem incluídos, uma vez que se tornariam menos visíveis com a redução das arestas entre sua configuração familiar comparada à família nuclear tradicional (Roudinesco, 2003). No entanto, embora tal luta pela conquista de direito às famílias homoafetivas seja essencial para que possam encontrar um lugar de reconhecimento social, concordamos com Butler (2003) sobre a necessidade de nos questionarmos se tal movimento estaria

reproduzindo a lógica heteronormativa ou constituindo-se combustível para a transformação social na esfera da família.

Farias (2017) conclui que a reprodução de valores hegemônicos, mesmo nas famílias homoafetivas, é ainda uma realidade, já que esta configuração familiar é recente e seus integrantes ainda têm como modelo parental de referência o heteronormativo. Assim, a família homoafetiva é constituída pela combinação de valores da família tradicional e por valores emergentes da atualidade (Farias, 2017). Assim concluímos que a família homoparental indica a transição entre modelos sociais de parentalidade, exibindo toda uma diversidade antes oculta sob a norma vigente, transição esta que nos parece ainda distante de sua conclusão.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas dos participantes comunicam os diversos sentidos da homoparentalidade, os quais se constelam em dois grandes campos. O campo *Que família é essa?*, que comunica o estranhamento e o preconceito que a família homoparental desperta em uma sociedade ainda orientada por valores patriarcais, anuncia a necessidade de pesquisas empíricas que se proponham a compreender as especificidades dessas famílias a partir de uma nova perspectiva, que se pautem na sociedade em transformação.

Assumir uma postura de respeito diante dessa família, adotando novos olhares para compreendê-la em sua alteridade torna-se, portanto, essencial. No entanto, a família homoparental ainda é vista como inadequada, na medida em que desafia a lógica da família nuclear. Desse modo, o reconhecimento social, tanto por parte da comunidade científica, quanto da sociedade em geral, que legitima o exercício da homoparentalidade é algo que vem sendo conquistado a passos lentos. Sendo assim, a família homoparental ensaia voos mais distantes do modelo hegemônico, enquanto ainda reproduz as funções parentais tradicionais em busca de aprovação social.

Ao considerar que as principais críticas das quais a família homoparental é vítima se concentram em torno de sua capacidade parental, compreendemos que embora tenha havido avanços científicos e jurídicos na esfera da parentalidade, a sociedade demora a assimilar tais mudanças. Ainda presos à lógica heteronormativa, os casais homoafetivos ainda buscam possibilidades de exercer a parentalidade de modo criativo e espontâneo, o que, segundo Winnicott (1971/1975c) é fundamental para uma vida real e gratificante sem sacrifício do verdadeiro self.

O campo de sentidos *A gente dá conta*, parece se constituir como resposta à indagação proposta no primeiro campo sobre o exercício da homoparentalidade, assim como as estratégias de enfrentamento elaboradas pelos participantes. Daqui caminhamos para a compreensão de que as funções parentais se tornaram mais fluidas, exigindo que atualizemos nossas concepções sobre a parentalidade, tradicionalmente baseada no binarismo de

de gênero. A nosso ver, esta posição deixa de atender critérios de cuidado infantil suficientemente bom ao tomarmos este conceito winnicottiano desde a perspectiva da criança e suas necessidades básicas e não mais da perspectiva de seus cuidadores.

As experiências que foram generosamente compartilhadas pelos participantes deste estudo fertilizaram o campo da parentalidade com novas questões de pesquisa: Do que uma criança realmente precisa em cada uma das etapas de seu desenvolvimento? Que teorias são construídas pelos pais ao longo do seu cuidado parental? Enfim, que concepções a respeito do cuidado infantil embasam suas práticas de cuidado?

Imaginamos que pais e crianças das mais variadas orientações e configurações familiares nos auxiliarão a responder a essas perguntas, atualizando velhas teorias psicológicas para estes novos tempos, em que pais e filhos se reinventam para incluir o trabalho parental e a escola em tempo integral, a internet que potencializa a difusão do conhecimento, para o bem e para o mal, e as mídias digitais que aproximam e/ou distanciam pais e filhos.

## REFERÊNCIAS

- ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Manual de Comunicação LGBT. Curitiba: ABGLT, 2010.
- Aching, M. C., Biffi, M., & Granato, T. M. M. (2016). Mãe de primeira viagem: narrativas de mulheres em situação de vulnerabilidade social. *Psicologia em Estudo*, 21(2), 235-244. doi: 10.4025/psicoestud.v21i2.27820.
- Aiello-Fernandes, R., Ambrosio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2012). O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares. In *X Jornada Apoiar* (pp. 306-314). São Paulo, SP.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits tranfériels comme presentation du vecú Clinique: une proposition methodologique. In D. Beaune (Org), *Psychanalyse, Philosophie Art: Dialogue* (pp. 39-52). Lille: L'Hamattan.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2005). Narrativas: o gesto do sonhador brincante. In: IV Encontro Latino Americano dos Estados Gerais da Psicanálise, 2005, São Paulo. *Anais do IV Encontro Latino Americano dos Estados Gerais da Psicanálise*. São Paulo: Estados Gerais da Psicanálise. Recuperado de: <http://serefazer.psc.br/wp-content/uploads/2013/09/aiello-vaisberg-e-machado-IV-ENC-LAT-DOS-ESTADOS-GERAIS-DA-PSICAN%C3%81LISE-2005.pdf>.
- Amazonas, M. C. L. A., Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, 9(2), 177-191. doi: 10.1590/S1516-14982006000200002.

- Ambrosio, F. F., Aiello-Fernandes, R., & Aiello-Vaisberg, T. A. (2013). Pesquisando sofrimentos sociais com o método psicanalítico: considerações conceituais. In *XI Jornada Apoiar* (pp.174-188). São Paulo, SP.
- Araldi, M. O., & Serralta, F. B. (2016). Parentalidade em casais homossexuais: uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa, 10*(2), 31-39. doi: 10.24879/201600100020057.
- Araújo, L. F., & Oliveira, J. S. C. (2008). A adoção de crianças no contexto da homoparentalidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 60*(3), p. 40-51. doi: 10.9788/tp2018.1-06pt.
- Badinter, E. (1980). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2010). *Le conflit: la femme et la mère*. Paris: Flammarion.
- Ben-Ari, A., & Livni, T. (2006). Motherhood is not a given thing: experiences and constructed meanings of biological and nonbiological lesbian mothers. *Sex Roles, 54*, 521-531. doi: 10.1007/s11199-006-9016-0.
- Benjamin, W. (1994). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp.197-221). São Paulo: Editora Brasiliense. (Trabalho originalmente publicado em 1936).
- Bernardi, D. (2018). O adiamento do projeto parental na contemporaneidade. *Mudanças – Psicologia da Saúde, 26*(1), 59-64. doi: 10.15603/2176-1019/mud.v26n1p59-64.
- Bernardi, D., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2017). Entre o desejo e a decisão: a escolha por ter filhos na atualidade. *Contextos clínicos, 11*(2), 22-35. doi: 10.4013/ctc.2018.112.02.

- Biffi, M., & Granato, T. M. M. (2017) Projeto de ter filhos: uma revisão da literatura científica nacional e internacional. *Temas em Psicologia*, 25(1), 207-220. doi: 10.9788/TP2017.1-14Pt.
- Bobo, W. V. & Yawn, B. P. (2014). Concise Review for Physicians and other clinicians: postpartum depression. *Mayo Clin. Proc.*, 89(6), 835-844. doi: 10.1016/j.mayocp.2014.01.027.
- Bleger, J. (1984). *Psicologia da conduta*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho originalmente publicado em 1963).
- Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, (21), 219-260. doi: 10.1590/S0104-83332003000200010.
- Bruner, J. (2004). Life as Narrative. *Social Research*, 71(1) 691-710.
- Brunet, L. (2009). La recherche psychanalytique et la recherche sur les thérapies psychanalytiques: Réflexions d'un psychanalyste et chercheur. *Filigrane: écoutes psychanalytiques*, 18(2), 70-85. doi: 10.8202/039290ar.
- Campos, R. T. O., & Furtado, J. P. (2008). Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. *Rev. Saúde Pública*, 42(6), 1090-1096. doi: 10.1590/S0034-89102008005000052.
- Costa, G. M. C., & Gualda, D. M. R. (2010). Antropologia, etnografia e narrativa: caminhos que se cruzam na compreensão do processo saúde-doença. *História, Ciências, Saúde*, 17(4), 925-937. doi: 10.1590/S0104-59702010000400005.

- Costa, P. A., Caldeira, S., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H., & Leal, L. (2013). Atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade. *Psicologia: reflexão e crítica*, 26(4), 790-798. doi: 10.1590/S0102-79722013000400020.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. (3a ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Dayan, J. (2016). *Les baby blues*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dutra, E. (2002). A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 371-378. doi: 10.1590/S1413-294X2002000200018.
- Farias, M. O. (2017). *Experiências e vivências de famílias homoafetiva com filhos: vozes de pais, mães e filhos*. (Tese de Doutorado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Recuperado de: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20512>.
- Ferreira, C. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2006). O pai 'suficientemente bom': algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14(2), 136-142. doi: 10.15603/2176-1019/mud.v14n2p136-142.
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&nrm=iso)>.

- Filho, R. A. C. (2017). Sob o “melhor interesse”! O “homoafetivo” e a criança nos processos de adoção. *Estudos Feministas*, 25(2), 495-418. doi: 10.1590/1806-9584.2017v25n2p495.
- Flick, U. (2014). *An introduction to qualitative research*. Los Angeles: Sage.
- Freire, M. M. de L. (2009). Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV.
- Fulgencio, L. (2013). Metodologia de pesquisa em psicanálise na universidade. In C. A. Serralha & F. Scorsolini-Comin. (Org.). *Psicanálise e Universidade: um encontro na pesquisa* (pp. 27-68). Curitiba: CRV.
- Gartrell, N. Henny, M. W. Peyser, H., Deck, A., & Rodas, C. (2012). Adolescents with lesbian mothers describe their own lives. *Journal of homosexuality*, 59(9), 1211-1229. doi: 10.1080/00918369/00918369/2012.720499.
- Gato, J., Freitas, D., & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social. *Psicologia*, 26(1), 71-95. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-20492012000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492012000100005&lng=pt&nrm=iso).
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*, 26(2), 312-322. doi: 10.1590/S0102-718220140020008.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000163&pid=S0034-7612200800040000200015&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000163&pid=S0034-7612200800040000200015&lng=pt).

Golombok, S., Perry, B., Burston, A., Murray, C., Mooney-Somers, J., & Stevens, M. (2003). Children with lesbian parents: a community study. *Developmental Psychology*, 39(1), 20-33. doi: 10.1037/0012-1649.39.1.20.

González, C. (2014). *Bésame mucho*. Madrid: Ediciones Planeta Madrid.

Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Uso terapêutico de narrativas interativas com mães em situações de precaridade social. *Psico*, 42(4), 494-502. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/7122/7456>.

Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica*, 25(1), 17-35. doi: 10.1590/S0103-56652013000100002.

Granato, T.M.M., & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2016). Interactive narratives in the investigation of the collective imaginary about motherhood. *Estudos de Psicologia*, 33(1), 25-35. doi: 10.1590/1982-0275201600010004.

Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. M. (2011). Narrativa interativa e psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 157-163. doi: 10.1590/S1413-73722011000100018.

Granato, T. M. M., Tachibana, M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 81-89. doi: 10.1590/S0102-71822011000400011.

- Granato, T. M. M., Russo, R. C. T., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). O uso de narrativas na pesquisa psicanalítica do imaginário de estudantes universitários sobre o cuidado materno. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 17(1), 43-48. doi: 10.15603/2176-1019/mud.v17n1p43-48.
- Gross, M., & Mehl, D. (2011). Homopaternités et gestation pour autrui. *Enfances, Familles, Générations*, (14), 95-112. doi: 10.7202/1004011ar.
- Hequembourg, A. (2004). Unscripted motherhood: lesbian mothers negotiating incompletely institutionalized family relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 21(6), 739-762. doi: 10.1177/0265407504047832.
- Herrmann, F. (2004). *Introdução à teoria dos campos*. (2a ed). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann, F. (1991). *O método da psicanálise* (2a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Jurado, T. (2013). *Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de Narrativas Interativas*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Recuperado em: [http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_arquivos/6/TDE-2013-04-01T085908Z-1798/Publico/Thiago%20Jurado.pdf](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2013-04-01T085908Z-1798/Publico/Thiago%20Jurado.pdf).
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1991). *Vocabulário de psicanálise*. (11a ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Lei n.8069 (1990, 13 de julho). Estatuto da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Brasília-DF.
- Lira, A. N., Morais, N. A. & Boris, G. D. J. B. (2015). A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos. *Revista da*

*Spagesp*, 16(1), 74-91. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702015000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100007).

Lira, A. N., Morais, N. A., & Boris, G. D. J. B. (2016a). Concepções e modos de viver em família: a perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(4), 1-10. doi: 10.1590/0102.3772e324213.

Lira, A. N., Morais, N. A., & Boris, G. D. J. B. (2016b). (In)Visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações. *Psicologia: ciência e profissão*, 36(1), 20-33. doi: 10.1590/1982-3703000152014.

Locan, A. (2004). De la bisexualité psychique à l'homoparentalité. *Le Divan familial*, 2(13), 11-28. doi: 10.3917/difa.013.0011.

Lourenço, G. O., & Amazonas, M. C. L. A. (2015). Filhos/as de casais do mesmo sexo: sentidos atribuídos à noção de família. *Psicologia em Estudo*, 20(2), 261-271. doi:10.4025/psicolestud.v20ie.25278.

Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re)afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359. doi: 10.1590/1807-0310216v28n2p350.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis e metodologia jurídica*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Marcos, C. M. (2017). O desejo de ter um filho e a mulher hoje. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 9(2), 246-256. doi: 10.18379/2176-4891.2017.v2p.246.

- Martinez, A. L. M. (2013). Famílias homoparentais: tão diferentes assim? *Psicologia em Revista*, 19(3), 371-388. doi: 10.5752/P.1678-9563.2013V19N3P371.
- Matos, M. G., Magalhães, A. S. (2014). Tornar-se Pais: Sobre a Expectativa de Jovens Adultos. *Pensando Famílias*, 18(1), 78-91. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2014000100008&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2014000100008&script=sci_arttext).
- Medeiros, C. P. (2006). “Uma família de mulheres”: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo”. *Estudos Feministas*, 14(2), 535-547. doi: 10.1590/S0104-026X20006000200013.
- Meletti, A. T., & Scorsolini-Comin, F. (2015). Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. *Revista Psicologia: teoria e prática*, 7(1), 37-49. doi: 10.15348/1980-6906/psicologia.v17n1p37-49.
- Miranda, M. L. A., & Granato, T. M. M. (2016). Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. *Psico*, 47(4), 309-318. doi: 10.3149/fth.0303.267.
- Moraes, C. J. A., & Granato, T. M. M. (2014). Narrativas de uma equipe de enfermagem diante da iminência da morte. *Psico*, 45(4), 475-484. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/15571/12474>.
- Moraes, C. J. A., & Granato, T. M. M. (2016). Tornando-se pai: uma revisão integrativa da literatura sobre a transição para a paternidade. *Psicologia em Estudo*, 21(4), p. 557-567. doi: 10.4025/psicoestud.v21i4.29871.

- Moraes, C. K. A. (2017). *Tornando-se pai: narrativas de casais grávidos sobre a transição para a paternidade*. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/1042>.
- Mozena, H., & Cury, V. E. (2010). Plantão psicológico em um serviço de assistência judiciária. *Memorandum*, 19, 65-78. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/9695/7522>.
- Onocko-Campos, R. T., Palombini, A. L., Leal, E. Junior, O. D. S., Baccari, I. O. P. Ferrer, A. L., Diaz, A. G., & Xavier, M. A. Z. (2013). Narrativas no estudo das práticas em saúde mental: contribuições das perspectivas de Paul Ricoeur, Walter Benjamin e da antropologia médica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10), 2847-2857. doi: 10.1590/S1413-81232013001000009.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, 17(2), pp. 31-40. doi: 10.1590/S0103-56652005000200003.
- Patterson, C. J. (2001). Families of the lesbian baby boom: maternal mental health and child adjustment. *The Haworth Press*, 4(3/4), 91-107. doi: 10.1300/j236v04n03\_07.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em estudo*, 12(2), 247-256. doi: 10.1590/S1413-73722007000200005.
- Pekny, V. M. (2018). *Tempo de Espera: Narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia

Universidade Católica de Campinas). Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/1042>.

Politzer, G. (1998). *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba, SP: Unimep. (Trabalho originalmente publicado em 1928).

Pontes, M. F., Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2015). Famílias homoparentais e maternidade biológica. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 189-198. doi: 10.1590/1807-03102015v27n1p189.

Pontes, M. F., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2017). Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. *Psicologia USP*, 28(2), 276-286. doi: 10.1590/0103-656420150175.

Reis, T., org. (2018). Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino.

Rios, R. R. (2013). As uniões homossexuais e a “família homoafetiva”: o direito de família como instrumento de adaptação e conservadorismo ou a possibilidade de sua transformação e inovação. *Civilistica*, 2(2), 1-21. doi: 10.5380/rdufpr.v6i1i3.46868.

Rodriguez, B. C., Gomes, I. C., & Oliveira, D. P. (2017). Família e nomeação na contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 8(1), p. 135-150. doi: 10.5433/2236-6407.2016v8n1p135.

Rodriguez, B. C., Merli, L. F., & Gomes, I. C. (2015). Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. *Temas em Psicologia*, 23(3), 751-762. doi: 10.9788/TP2015.3-18.

- Rodriguez, B. C., & Paiva, M. L. S. C. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. *Vínculo*, 6(1), 13-25. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-24902009000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902009000100003&lng=pt&nrm=iso).
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ryan-Flood, R. (2005). Contested heteronormativities: discourses of fatherhood among lesbian parents in Sweden and Ireland. *Sexualities*, 8(2), 189-204. doi: 10.1177/1363460705050854.
- Santos, B. S. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. (5a ed.). São Paulo, SP: Cortez Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1985).
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia* 11(1), 83-89. doi: 10.1590/S1413-35552007000100013.
- Santos, J. V. O., Araújo, L. F., Negreiros, F., & Cerqueira-Santos, E. (2018). Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais. *Temas em psicologia*, 26(1), 139-152. doi: 10.9788/TP2018.1-06pt.
- Serralha, C. A. (2017). A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. *Revista Natureza Humana*, 19(2), 163-177. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v19n2/v19n2a10.pdf>.
- Silva, M. E. L. (1993). *Investigação e psicanálise*. Campinas, SP: Papyrus.
- Stake, R. E. (2011). *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso.

Tarnovski, F. L. (2011). Les coparentalités entre gays et lesbiennes em France: le point de vue des pères. *Vibrant*, 8(2), 140-163. doi: 10.1590/S1809-434120110002000007.

Tarnovski, F. L. (2012). Devenir père homosexuel em France: la construction sociale du désir d'enfant. *Etnográfica*, 16(2), 247-267. doi: 10.4000/etnográfica.1487.

Tarnovski, F. L. (2013). Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas. *Cadernos Pagu*, (40), 67-93. doi: 10.1590/S0101-83332013000100002.

Tostes, G. W. (2016). *Dor cortante: sofrimento emocional de pessoas que se autolesional*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Recuperado de: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/947#preview-link0>.

Turato, E. R. (2011). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. (5a ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Uziel, A. P. (2002). *Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas*. (Tese de Doutorado em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Recuperado de: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280718/1/Uziel\\_AnaPaula\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280718/1/Uziel_AnaPaula_D.pdf)

Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Winnicott, D. W. (1975a). Objetos transicionais e Fenômenos transicionais. In. D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. (pp. 13-44). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1975b). O brincar: a atividade criativa e a busca do *self*. In. D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. (pp. 79-94). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1975c). A criatividade e suas origens. In. D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. (pp. 95-120). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1983a). Distorção do ego em termos de verdadeiro e falso self. In: *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp.128-139). Porto Alegre: Artmed (Trabalho originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1983b). Teorias do relacionamento paterno-infantil. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos e maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp.38-54). Porto Alegre: Artes médicas (Trabalho originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1986). A cura. In D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 105-114). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho originalmente publicado em 1970).
- Winnicott, D. W. (1993a). O primeiro ano de vida: concepções modernas do desenvolvimento emocional. In D. W. Winnicott, *A família e o desenvolvimento individual* (pp.3-20). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho originalmente publicado em 1958).

- Winnicott, D. W. (1993b). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In. D. W. Winnicott, *A família e o desenvolvimento individual*. (pp. 21-28). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1993c). Segurança. In. D. W. Winnicott, *A família e o desenvolvimento individual*. (pp. 43-48). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1993d). Fatores de integração e desintegração na vida familiar. In. D. W. Winnicott, *A família e o desenvolvimento individual*. (pp. 59-72). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho originalmente publicado em 1957).
- Winnicott, D. W. (1993e). Família e maturidade emocional. In. D. W. Winnicott, *A família e o desenvolvimento individual*. (pp. 129-140). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1994). O jogo do rabisco. In: C. Winnicott (Org.) *Explorações psicanalíticas*. (pp. 230-243). Porto Alegre: Artmed (Trabalho originalmente publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (2000a). O desenvolvimento emocional primitivo. In: D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (pp.219-231). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho originalmente publicado em 1945).
- Winnicott, D. W. (2000b). A preocupação materna primária. In: D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (399-406). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (2013). A mãe dedicada comum. In D. W. Winnicott, *Os bebês e suas mães* (pp.1-11). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1966).

Zambrano, E. (2008) *“Nós também somos família”: estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual*”. (Tese de doutorado. Instituto de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17649>.

## ANEXO I. CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS REVISÃO DE LITERATURA

Artigo	Participantes	Objetivo	Principais resultados
1. Patterson, 2001	37 famílias de lésbicas com filhos entre 4 e 9 anos	Explorar a relação das mães lésbicas com a saúde mental de seus filhos	Os principais resultados indicam boa saúde mental das mães lésbicas e visão positiva delas mesmas. Saúde mental das mães associada ao desenvolvimento saudável de seus filhos
2. Golombok et al., 2003	39 famílias de mulheres lésbicas com filhos. 74 famílias heterossexuais nucleares. 60 famílias lideradas por uma mãe heterossexual	Explorar a qualidade da relação parental de mães lésbicas com seus filhos, assim como o desenvolvimento socioemocional e de gênero de seus filhos	Relação parental saudável das mães com seus filhos e crianças bem ajustadas
3. Locan, 2004	Um casal de mulheres lésbicas com filhos	Refletir sobre a identidade de gênero de mães lésbicas, assim como de seus filhos, a partir de um estudo de caso	O conceito de pai e mãe têm se tornado cada vez mais fluido na sociedade atual
4. Hequembourg, 2004	40 mães lésbicas	Investigar as diferentes trajetórias para a maternidade em famílias de lésbicas	Famílias lideradas por lésbicas vivenciam dinâmica familiar similar à de famílias heterossexuais recompostas, contudo, enfrentam a dificuldade de não haver papéis sociais e legais que assegure suas relações
5. Ryan-Flood, 2005	68 mães lésbicas (40 suecas e 28 irlandesas)	Explorar o discurso de paternidade em mães lésbicas da Suécia e Irlanda	Mães suecas geralmente expressam maior preferência por doador conhecido que exerceria um papel ativo, enquanto mães irlandesas usualmente optam por doador não conhecido
6. Medeiros, 2006	Uma família recomposta homoparental feminina	Refletir sobre uma família recomposta homoparental feminina a respeito da conjugalidade e relacionamento com filhos e ex-marido	O engajamento na militância política, assim como o assumir a lesbianidade implica diretamente na configuração familiar das participantes
7. Ben-Ari & Livni, 2006	8 casais de lésbicas israelenses	Compreender a experiência subjetiva de mães lésbicas israelenses e seus significados construídos sobre a experiência da maternidade biológica e não biológica	Ser lésbica em Israel é vivenciado de forma estigmatizada, enquanto ser mãe agrega uma maior inserção social, deixando a homossexualidade como pano de fundo

Artigo	Participantes	Objetivo	Principais resultados
8. Tarnovski, 2011	23 pais homossexuais franceses	Analisar o projeto parental de gays e lésbicas por meio da coparentalidade	Pais gays vivenciam dificuldades para exercer um papel mais ativo na vida de seus filhos, impedidos pelas mães que parecem querer mais um doador conhecido do que um pai dedicado
9. Gross & Mehl, 2011	39 pessoas homossexuais masculinas	Compreender a vivência de pais gays que recorrem à fertilização no útero de uma mulher para tornarem-se pais	Com receio da ligação estabelecida entre a gestante e a criança, a maioria dos participantes optou pelo processo no qual participavam duas mulheres: uma delas contribui com o óvulo e a outra é a gestante. Tal decisão era pautada na crença de que o vínculo materno impossibilitaria a separação da gestante com a criança, sobretudo se este fosse seu filho biológico
10. Tarnovski, 2012	23 pais homossexuais franceses	Analisar os contextos sociais de surgimento do desejo de ter filhos e questões relacionadas à elaboração do projeto parental	Estabilidade do casal e qualidades atribuídas ao parceiro estão na origem do desejo de ter filhos. Projeto parental individual passou a ser em conjunto em um segundo momento na maior parte dos casos
11. Gartrell, Peyser & Rodas, 2012	78 adolescentes concebidos através de inseminação artificial por mães lésbicas	Analisar a experiência acadêmica, planos para o futuro e interação familiar de adolescentes criados por mães lésbicas	Adolescentes bem-sucedidos academicamente. Relatam ter uma relação saudável com suas mães e as veem como modelos parentais
12. Tarnovski, 2013	23 pais homossexuais franceses	Analisar as concepções de paternidade e maternidade relacionadas a coparentalidade em famílias homossexuais	É possível identificar tensões entre as mães e pais no que se refere à aproximação do filho, bem como a percepção do desejo de ter filhos como uma realização pessoal para os pais gays
13. Martinez, 2013	2 casais com filhos (um hetero e um homossexual)	Analisar as problemáticas emocionais que podem levar à dificuldade no desenvolvimento psicossocial de crianças de famílias homossexuais e heterossexuais	Orientação sexual dos pais não se mostra relevante para determinar dificuldade no desenvolvimento psicossocial de seus filhos
14. Lira, Morais & Boris, 2015	4 mulheres lésbicas que tenham filhos	Compreender a experiência da vida diária de mulheres lésbicas que têm filhos, bem como desempenham os papéis parentais	Convívio diário e disponibilidade afetiva tidos como essenciais para o bom exercício parental e aproximação com a criança. Vínculo biológico garante mais direitos parentais.

Artigo	Participantes	Objetivo	Principais resultados
15. Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015	9 mulheres lésbicas que vivem em coabitação com outras mulheres e planejam a maternidade conjuntamente	Analisar os desafios vivenciados por casais de mulheres para a concretização da maternidade biológica, por meio de NTR	O desejo de ter filhos biológicos é concretizado mesmo diante de tanto esforço e sofrimento, como a utilização de medicação e alto custo financeiro e emocional
16. Lourenço & Amazonas, 2015	4 crianças e um adolescente	Investigar como crianças e adolescentes que vivem em famílias homoparentais atribuem sentido a suas famílias	Não há evidência de que a parentalidade seja prejudicada em famílias com pessoas do mesmo sexo. As relações de afeto e cuidado são apontadas como essenciais para uma relação parental satisfatória
17. Rodriguez, Merli & Gomes, 2015	5 casais homossexuais masculinos que viviam em união estável	Investigar as representações de casais homossexuais masculinos, por meio das imagos parentais e legados geracionais	A falta de elaboração da orientação homossexual impede que os casais cheguem à parentalidade, já que estão presos a conflitos familiares ainda não resolvidos
18. Lira, Morais & Boris, 2016a	4 mulheres lésbicas que tenham filhos	Investigar a ambiguidade quanto à (in)visibilidade das vivências homoparentais femininas no cenário brasileiro relacionadas ao preconceito e sua superação	Preconceito social gerador de conflitos diários nas famílias homoparentais. Rede de apoio familiar e social visto como essenciais na desmistificação e desconstrução de preconceitos
19. Machin, 2016	12 casais de mesmo sexo (9 de homens e 3 de mulheres)	Compreender a vivência de casais homossexuais masculinos e femininos que recorrem as NTR e adoção como estratégia para criarem uma família	A partir do estudo, é possível identificar a valorização do vínculo afetivo em detrimento do biológico. Ter filhos é concebido como um marco no reconhecimento e afirmação da família, bem como possibilidade de aproximação da família de origem
20. Lira, Morais & Boris, 2016b	4 mulheres lésbicas que tenham filhos	Investigar as concepções e modos de viver em famílias de mulheres lésbicas que têm filhos	Visões contraditórias: por um lado a adoção foi uma escolha em decorrência da desnaturalização do vínculo biológico, e por outro, mulheres procuram pais biológicos para seus filhos de modo a reproduzir a lógica heteronormativa
21. Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017	9 mulheres lésbicas que vivem em coabitação com outras mulheres e planejaram a maternidade conjuntamente	Estudar a dinâmica de famílias homoparentais, na qual somente uma possui vínculo biológico com os filhos	Mães biológicas têm seus direitos garantidos pela lei e é reconhecida pela sociedade, enquanto a mãe não biológica é invisibilizada

## ANEXO II. PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS PUC CAMPINAS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Narrativas de casais homoafetivos sobre o cuidado parental

**Pesquisador:** LETICIA JOIA RIBEIRO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 75849317.7.0000.5481

**Instituição Proponente:** Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.312.620

#### Apresentação do Projeto:

Estudo descritivo, no qual casais (08 grupos) homoafetivos que tenham um ou mais filhos participarão de uma Narrativa Interativa (NI), recurso facilitador da expressão afetiva dos participantes. A NI consiste em uma história fictícia elaborada pela pesquisadora, cuja trama alude à questão da homoparentalidade e o cuidado parental. A princípio, cada casal participante será convidado a completar a história de forma livre, por escrito ou oralmente para, em um segundo momento, refletirem sobre o tema da homoparentalidade e do cuidado parental. As entrevistas serão realizadas com um casal de cada vez, em local e data que forem mais confortáveis para os participantes, que poderão a qualquer momento se retirar do estudo, sem qualquer prejuízo.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo desta pesquisa é investigar os sentidos afetivo-emocionais atribuídos por casais homoafetivos a respeito do cuidado parental.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

**Riscos:**

A presente pesquisa não oferece riscos maiores daqueles presentes no cotidiano dos participantes, estando dentro das exigências da Resolução nº466 /2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respectivos protocolo e órgão que regulamentam as normas para pesquisa

**Endereço:** Rodovia Dom Pedro I, Km 136  
**Bairro:** Parque das Universidades **CEP:** 13.086-900  
**UF:** SP **Município:** CAMPINAS  
**Telefone:** (19)3343-8777 **Fax:** (19)3343-8777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 2.312.620

científica com seres humanos no Brasil.

Através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os participantes estarão cientes de que poderão deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, serão informados sobre os objetivos e métodos da pesquisa, bem como sobre as questões éticas de sigilo e divulgação dos resultados da pesquisa. Caso seja identificado algum mal-estar psicológico nos participantes, que não possa ser acolhido pelo pesquisador, no espaço da pesquisa, serão realizados os encaminhamentos necessários para um serviço especializado de Psicologia em que o mesmo possa ser atendido. Vale ressaltar que o método empregado neste estudo, assim como o Código de Ética Profissional do Psicólogo, visa proteger os participantes, evitando que os mesmos se sintam expostos ou desrespeitados.

**Benefícios:**

Este estudo pretende contribuir para o debate social sobre a homoparentalidade, para o desenvolvimento de práticas profissionais mais afinadas com as necessidades de uma sociedade em transformação, além da prevenção do sofrimento de pais e filhos que decorre do preconceito contra a família homoafetiva

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Apresenta pertinência e valor científico do estudo proposto;

- Apresenta adequação da metodologia aos objetivos perseguidos;
- Apresenta presença dos compromissos exigidos do pesquisador, patrocinador e instituição responsáveis;
- Apresenta garantia dos direitos fundamentais do sujeito de pesquisa (informação, privacidade, recusa inócua, desistência, continuidade do atendimento, acesso ao pesquisador e CEP etc...);
- Apresenta consistência e aceitabilidade de justificativas para presença de circunstâncias de alerta.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- As Cartas de Autorização das Instituições, Folha de Rosto estão em conformidade com as solicitações.
- O TCLE apresenta as seguintes características:

Concisão e objetividade;

Linguagem adequada ao nível sócio-cultural dos sujeitos de pesquisa;

Descrição suficiente dos procedimentos;

Identificação dos riscos e desconfortos esperados;

<b>Endereço:</b> Rodovia Dom Pedro I, Km 136	
<b>Bairro:</b> Parque das Universidades	<b>CEP:</b> 13.086-900
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> CAMPINAS
<b>Telefone:</b> (19)3343-6777	<b>Fax:</b> (19)3343-6777
	<b>E-mail:</b> comitedeetica@puo-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 2.312.620

Explicitação das garantias acima referidas

**Recomendações:**

Sem recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

não ha pendencias

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Dessa forma, e considerando a Resolução no. 466/12, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: **Aprovado.**

Conforme a Resolução 466/12, é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa". Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP da PUCCampinas

os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_985742.pdf	01/09/2017 16:07:00		Aceito
Outros	Projeto_de_mestrado.docx	01/09/2017 16:04:00	LETICIA JOIA RIBEIRO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_instituicao.pdf	01/09/2017 16:02:33	LETICIA JOIA RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_mestrado.pdf	01/09/2017 14:45:32	LETICIA JOIA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento.pdf	01/09/2017 14:43:04	LETICIA JOIA RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	01/09/2017 14:42:03	LETICIA JOIA RIBEIRO	Aceito

**Endereço:** Rodovia Dom Pedro I, Km 136  
**Bairro:** Parque das Universidades **CEP:** 13.086-900  
**UF:** SP **Município:** CAMPINAS  
**Telefone:** (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 2.312.620

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMPINAS, 03 de Outubro de 2017

---

Assinado por:  
**Silvana Mariana Srebernich**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rodovia Dom Pedro I, Km 136  
**Bairro:** Parque das Universidades      **CEP:** 13.086-900  
**UF:** SP      **Município:** CAMPINAS  
**Telefone:** (19)3343-6777      **Fax:** (19)3343-6777      **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br

### **ANEXO III. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, Letícia Jóia Ribeiro, psicóloga (CRP 06/130064), Mestranda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, venho convidá-lo(a) para participar de minha pesquisa, intitulada “Narrativas de casais homoafetivos sobre o cuidado parental”, sob orientação da Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato.

Este estudo busca produzir conhecimento científico sobre a experiência emocional de casais homoafetivos a respeito da parentalidade e do cuidado parental. A investigação se dará por meio de uma entrevista, em que você será convidado a completar, por escrito, uma história fictícia, elaborada pela pesquisadora, que abordará o tema da pesquisa. Após esta primeira etapa, será aberto um espaço de reflexão a respeito da vivência da homoparentalidade e suas concepções sobre o cuidado parental.

Com a análise dos dados, buscar-se-á compreender como se articula a homoparentalidade e as necessidades da criança, bem como fornecer subsídios para que pais e profissionais possam refletir sobre o exercício e a prática da parentalidade de modo não preconceituoso e mais afinado com as demandas da sociedade contemporânea, sendo seus dados pessoais ou qualquer informação que os identifique retirados da pesquisa, com o objetivo de garantir o sigilo e o anonimato.

Como a sua participação é totalmente voluntária, você não terá nenhum tipo de remuneração por seu consentimento, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento, o que poderá ocorrer em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de consentimento será impresso em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com você.

O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado a Rodovia D. Pedro I, Km 136, Parque das Universidades, Campinas-SP. Para quaisquer esclarecimentos éticos, o Comitê poderá ser consultado através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e-mail [comitedeetica@puc-campinas.edu.br](mailto:comitedeetica@puc-campinas.edu.br), sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Para maiores esclarecimentos com relação à sua participação nesse estudo, pode entrar em contato com a pesquisadora através do telefone (19) 98169-0518 ou pelo email: leticiajoia@outlook.com.

Eu,..... RG:....., afirmo estar ciente dos objetivos e método da pesquisa intitulada “Narrativas de casais homoafetivos sobre o cuidado parental”, e declaro a minha participação voluntária na mesma, autorizando a inclusão do material narrativo por mim produzido na pesquisa, mediante o respeito a minha privacidade e sigilo. Declaro ainda, estar ciente da possibilidade de cancelar minha participação na pesquisa, a qualquer momento, sem que isso me traga qualquer prejuízo.

---

Participante

---

Letícia Jóia Ribeiro  
Psicóloga Pesquisadora  
CRP: 06/130064